

Jonatã Vieira Clemes

**INTERAÇÃO SER HUMANO/NATUREZA EM ARARANGUÁ,
SC, ATRAVÉS DO PROCESSO DE DEGRADAÇÃO
AMBIENTAL DO RIO ARARANGUÁ - 1900-1950**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em História

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eunice Sueli
Nodari

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Renato
Carola

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Clemes, Jonatã Vieira

Interação Ser Humano/Natureza em Araranguá, SC, Através
do Processo de Degradação Ambiental do Rio Araranguá - 1900
- 1950 / Jonatã Vieira Clemes; orientadora, Eunice Sueli
Nodari; coorientador, Carlos Renato Carola. -
Florianópolis, SC, 2016.

163 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. História. 3. História Ambiental. 4.
Interação Ser Humano/Natureza. 5. Rio Araranguá. I. Nodari,
Eunice Sueli. II. Carola, Carlos Renato. III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
História. IV. Título.

**Interação Ser Humano/Natureza em Araranguá, SC, através do
processo de degradação ambiental do rio Araranguá – 1900-1950**

Jonatã Vieira Cledes

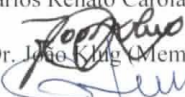
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora


Profa. Dr. Eunice Sueli Nodari (Presidente e Orientadora) –
PPGH/UFSC

Prof. Dr. Carlos Renato Carola (Coorientador)– PPGE/UNESC



Prof. Dr. João Kling (Membro interno) – PPGH/UFSC


Prof. Dr. Gilmar Arruda (Membro externo) – PPGH/UEL


Prof. Dr. Alfredo/Ricardo Silva Lopes (Membro externo) –
HST/UFMS

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado (Suplente interno) –
PPGH/UFSC

Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto (Suplente externo) –
HST/UFMS


Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 15 de setembro de 2016

Esta dissertação é dedicada a todos os
pescadores da comunidade
araranguaense.

AGRADECIMENTOS

Após dois anos e meio de discussões, aprendizado, escrita e muita leitura, eis que um ciclo se fecha. A vivência possibilitada nesse período em muito transcendeu a esfera acadêmica. Nessa jornada, várias pessoas estiveram ao meu lado, e cabe aqui o meu mais sincero obrigado.

A meus pais que sempre me apoiaram em tudo, até mesmo quando eu pensava que não ia conseguir enfrentar e passar pelas agruras da seleção e ingresso no PPG. Afinal, como se diz aqui por Araranguá, entrei no mestrado na raspa do tacho! Ao meu irmão, pelas tardes ouvindo e trocando ideias sobre os discos dos Beatles, Stones e por aí vai. Esses intervalos sempre me renovaram o ânimo para retomar a escrita.

Aos meus primos, pelas reuniões e descontrações, que em muito ajudaram a aliviar os momentos tensos do mestrado, principalmente com relação às incessantes leituras e sessões de escrita. Em especial, vai um agradecimento à minha prima Larinha, que me acolheu em Floripa quando eu estava sem bolsa de estudos e foi fundamental para eu cumprir as disciplinas necessárias. Muito obrigado!

A meus camaradinhos de som, debates e cervejas, Tom e Jennifer, foi muito bom conhecer as belezas da Ilha com vocês. Além de ser muito divertido embalar as noites de reunião da turma com nossas músicas, aprendi muito convivendo com pessoas tão inteligentes quanto eles. Também vai aqui meu agradecimento a todos os membros do LABIMHA, sempre me senti muito bem acolhido por todos, além, é claro, das frutíferas discussões.

Cabe aqui meu agradecimento ao professor Carlos Renato Carola, de grande relevância para minha formação desde a graduação e pelas considerações tecidas sobre a pesquisa ainda em fase de elaboração de projeto, as quais foram substanciais para que este fosse aprovado. À minha orientadora Eunice Sueli Nodari, pois além das disciplinas ministradas e das discussões por ela conduzidas serem de suma importância para a concretização desta pesquisa e minha formação como historiador, sempre se mostrou preocupada e presente ao longo

desses anos. E ao professor João Klug, pela inteligência, competência e bom humor. Fez das reuniões de laboratório e estágio docência espaços de reflexão e aprendizado, de forma muito agradável e cheia de momentos engraçados!

E por último, meu agradecimento à FAPESC, que tornou possível a concretização desta dissertação via bolsa de estudos.

“Um sistema de desvínculos: para que os calados não se façam perguntas, para que os opinados não se transformem em opinadores. Para que não se juntem os solitários, nem a alma junte seus pedaços. O sistema divorcia a emoção do pensamento como divorcia o sexo do amor, a vida íntima da vida pública, o passado do presente. Se o passado não tem nada para dizer ao presente, a história pode permanecer adormecida, sem incomodar, no guarda-roupa onde o sistema guarda seus velhos disfarces”.

Eduardo Galeano – O Livro dos Abraços

RESUMO

Palco de acontecimentos misteriosos, onde atividades cotidianas assumem uma dimensão inexplicável, beirando o irreal. O Rio Araranguá, em Santa Catarina, enquanto atribuidor de diferentes sentidos e significados, ao efluir para a formação de práticas e costumes, acaba por mediar um particular modo de interação entre ser humano e natureza. Nesse sentido, objetiva-se analisar as especificidades ambientais, sociais e culturais estabelecidas entre as populações ribeirinhas e o Rio Araranguá através de sua dimensão fantástica, em que, concomitantemente aos relatos de estranhas aparições envolvendo caracaxás, bruxas, pessoas que desapareciam ao pedir travessia pelo rio, caminhões de fogo que perseguiram os pescadores e moradores em geral, dentre muitos outros casos, a fartura e abundância de peixes se entrelaça a essa visão mística de mundo. No entanto, à medida que se intensifica a produção carbonífera na região Sul Catarinense na década de 1940, somada a um peculiar ímpeto progressista, seus efeitos nocivos passam a afetar o fluxo de manutenção ecológica do Rio Araranguá, e a dimensão fantástica de natureza ligada à diversidade e à fartura dá lugar a uma perspectiva econômica e desenvolvimentista de uso dos recursos naturais.

Palavras-chave: Rio Araranguá. O Fantástico e a Natureza. Produção Carbonífera. História Ambiental.

ABSTRACT

Stage of mysterious events, where daily activities assume unexplainable dimension bordering the unreal. The Araranguá River in Santa Catarina, as the holder of different senses and meanings, flows towards the formation of practices and customs and ends up mediating, in a particular way, the interaction between human beings and nature. In that sense, the objective here is to analyze the environmental, social and cultural specificities established between the riverside population and the Araranguá River itself, through its fantastic dimension, that in conjunction with the reports of strange sightings involving mythological beings like the *caracaxás*, witches, people who suddenly vanished after asking to cross the river, trucks of fire chasing fishermen and residents in general, among many other cases, the abundance and affluence of fish interlace with this mystical view of the world. However, as the coal production intensifies in the southern Santa Catarina region in the 1940s, in addition to the peculiar progress-driven impetus, its harmful effects begin to affect the ecological maintenance of the Araranguá River, and the fantastic dimension of nature linked to diversity and abundance gives place to an economic and developmental perspective of use of natural resources.

Keywords: Araranguá River. The Fantastic and Nature. Coal Production. Environmental History.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	25
2. NATUREZA E PAISAGEM NO SUL DE SANTA CATARINA – SÉCULO XIX.....	35
2.1. A IDEIA DE NATUREZA/PAISAGEM NOS RELATOS DE VIAJANTES, MEMORIALISTAS E RELATÓRIOS DE PROVÍNCIA.....	40
3. OS RIOS E A HISTÓRIA.....	61
3.1. MISTICISMOS E ESPECIFICIDADE AMBIENTAL NA INTERAÇÃO SER HUMANO/RIO ARARANGUÁ.....	79
3.2. “ANTES DESSA POLUIÇÃO, NEM PRECISAVA PESCAR. ERA SÓ IR BUSCAR O PEIXE”.....	98
3.3. PROBLEMÁTICAS SOCIOECONÔMICAS.....	110
4. ÍMPETO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	120
4.1. RECURSOS NATURAIS COMO BENS DE CONSUMO.....	128
4.2. “OLHA A CRISE DE JANEIRO!”: PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	140
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
6. REFERÊNCIAS.....	157

1. INTRODUÇÃO

No decorrer de minha vivência na cidade de Araranguá¹, Santa Catarina, deparava-me com uma figura imponente. Aparentemente distante das referências cotidianas da comunidade araranguaense, o “Majestoso” Rio Araranguá brotava nas mais simples caminhadas, brincadeiras e andanças. Suas cores, que oscilam entre um tom azul e esverdeado, propiciam ao espectador uma experiência admirável, capaz de impressionar tanto os que pela primeira vez se deleitam com tal peculiaridade quanto os moradores que diariamente acompanham seu curso. Facilmente, de sua beleza e fartura, nascia a denominação do Nilo Araranguaense.

Contudo, à medida que transcorriam as últimas décadas do século XX e início do XXI, fazia-se candente o debate sobre o estado de degradação ambiental presente no município, e, sobretudo, no Rio Araranguá. Assim, ao longo de minha jornada inicial em problematizar os processos históricos que acabaram por ocasionar a contaminação de 2/3 de seus recursos hídricos, desmatamento de mais de 95% de suas matas ciliares e a preservação de apenas 2% de suas vegetações nativas, um primeiro questionamento surgira: de que maneira delineou-se, no município de Araranguá e região, um modelo de organização socioeconômica devastador do meio natural e, precisamente, de seu rio?

De maneira geral, os debates em torno da devastação da natureza na região sul do estado ganharam fôlego, principalmente, em meados da década de 1980, devido à atuação de movimentos ambientalistas que passaram a propor um diálogo com a população, denunciando as contradições ocasionadas pela produção carbonífera e o intenso uso de agrotóxicos na agricultura. Pois, ao mesmo tempo em que essas produções econômicas geraram emprego, renda e crescimento para o município, marcaram o advento de uma série de problemas ambientais, políticos, sociais e culturais relacionadas à diminuição da biodiversidade local (fauna e flora), precarização da qualidade de vida e distribuição urbana desordenada. Isso somado ao fato de a micro-bacia

¹ O Rio Araranguá possui como principais afluentes o Rio Mãe Luzia e o Rio Itoupava. Sua Bacia Hidrográfica, em conjunto com as bacias do Rio Mampituba e do Rio Urussanga, formam as bacias do Extremo Sul Catarinense. Está localizado entre as latitudes de 28° 40' e as longitudes de 49° 20' W a 50° 00' W.

do Mãe Luzia (pertencente à Bacia do Rio Araranguá), na década referenciada, ser diagnosticada a mais poluída do Brasil em função do despejo de dejetos de mineração de carvão em seu curso².

Em contraposição a esse processo de crescimento e ascensão de uma racionalidade econômica mediando a interação com o meio natural, pude perceber que alguns pequenos grupos mantinham uma relação diferenciada com o Rio Araranguá. Este se demonstrava como um ator cotidiano, atuando como gerador de diferentes sentidos e significados, em que seus recursos e leito, além de prover os seres humanos de seu sustento e lazer, possuíam uma dimensão de mistério, beirando o fantástico. O rio mostrava-se palco de estranhas aparências e causos, em que bolas de fogo, caracaxás, bruxas, homens pedindo travessia pelo rio, crianças aparecendo inexplicavelmente em canoas e caminhões desgobernados, efluíam para um particular conjunto de valores, práticas e costumes.

Logo que me deparei com esses causos e aparências, referentes à primeira metade do século XX, passei a questionar-me: de que maneira esses acontecimentos fantásticos se relacionam com práticas e costumes diferenciados com o Rio Araranguá? Como podemos perceber os embates entre essa prática diferenciada e a ascensão de uma perspectiva utilitarista do rio? E como a História Ambiental pode auxiliar na compreensão dessas particularidades, evidenciando uma interação ser humano/natureza marcada por especificidades?

Norteados por essas problemáticas e em busca de uma análise que contemple o rio para além da dimensão de um espaço de disputas e figura propulsora do progresso econômico, através de meus primeiros contatos com a comunidade pesqueira de Ilhas, ficou clara uma alternativa definição de rio. O Rio Araranguá apresenta-se como um ser ecologicamente vivo e diretamente atuante nas práticas cotidianas dessas populações, que, por sua vez, modelaram um meio de organização social totalmente dependente de suas cheias, estações de peixes e navegabilidade.

² Decreto Federal Nº 85.206/1980. In: SANTOS, Juliana Vamerlati. **Um olhar sócio-ambiental da história:** a trajetória do movimento ambientalista e seus conflitos com a atividade carbonífera no sul de Santa Catarina (1980-2008). Florianópolis, SC, Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2008.

Mas à medida que o processo de expansão econômica e industrial ocorre em grandes centros urbanos do país e em algumas cidades do norte de Santa Catarina, a pressão pela busca do crescimento econômico a todo custo ecoa no vale do Araranguá, sobretudo, com o estopim ocasionado após a emancipação do município de Criciúma em 1925, a partir da qual a intensificação da extração mineral de carvão causa uma espécie de polarização no sul do estado. A parte norte da bacia carbonífera, representada na figura maior de Criciúma, passa a ser considerada industrializada e nos ditames do crescimento, diferentemente da parte sul, figurada na cidade de Araranguá, até então dotada de belezas, porém sem os mínimos investimentos que a “tire do marasmo”³ de uma produção de subsistência agrícola.

Nesse contexto, entre as décadas de 1930-40, busca-se colocar a cidade de Araranguá, a todo custo, nos caminhos do sonhado progresso, já despertado em outros locais do estado. Para isso, os jornais locais e regionais desempenharam um notório papel, apresentando planos progressistas para a cidade. Assim, novas percepções e ações passam a tornar-se presentes para com a natureza e o rio, e aqueles que estabeleceram uma relação próxima e particular passam a simbolizar o sinal do atraso e da estagnação, necessitando, segundo essas novas vozes, redirecionar suas atividades para o caminho do desenvolvimento progressista alinhado aos modelos dos grandes centros urbanos do país.

Para o estudo de tal processo histórico, utilizar-se-á referenciais teóricos da História Ambiental como meio de compreensão das especificidades socioambientais estabelecidas entre comunidade a Araranguaense e o Rio Araranguá. Em linhas gerais, ao questionar as tradicionais fronteiras políticas, temas de pesquisa e fontes de análise enrijecidas pela escola metódica, a História Ambiental visa elencar o papel da natureza na vida humana. Nas palavras de Donald Worster, um dos principais expoentes da perspectiva ambiental da história, em estudo clássico:

Em termos bem simples, portanto, a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana. Há um consenso de que “natureza” designa o mundo não humano, o mundo que nós

³ Termo utilizado em: MACIEL, Sérgio G. **Raízes locais do atraso industrial de Araranguá**. Criciúma, 2006. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade do Extremo Sul Catarinense.

não criamos originalmente. O “ambiente social”, o cenário no qual os humanos interagem uns com os outros na ausência da natureza, fica portanto excluído. Excluído também fica o ambiente construído ou fabricado, aquele conjunto de coisas feitas pelos homens e que podem ser tão ubíquas a ponto de formar em torno deles uma espécie de “segunda natureza”. [...] Mas quando lidamos com fenômenos tais como as florestas ou o ciclo hidrológico, estamos diante de energias autônomas que não derivam de nós. Essas forças interferem na vida humana, estimulando algumas reações, algumas defesas, algumas ambições. Assim, quando ultrapassamos o mundo auto refletido da humanidade e chegamos à esfera não-humana, a história ambiental encontra o seu principal tema de estudo.⁴

O estudo dos processos de interação entre ser humano e natureza no tempo histórico demonstram-se campo de análise do Historiador Ambiental. Donald Worster destaca três eixos centrais que podem auxiliar o pesquisador na delimitação de abordagens temáticas. Primeiro, na compreensão da natureza e seus ecossistemas, ciclos e movimentos sem ou com pouca intervenção humana. Segundo, problematizar as diferentes formas de interação e intervenção humana sobre a natureza, e os impactos causados por distintos modelos de organização social. E terceiro, dimensionar as percepções, valores e significados socialmente construídos, produzidos sobre a natureza em esfera intelectual por diferentes populações.

A proposição de tais abordagens exige do historiador estabelecer um diálogo interdisciplinar com outros campos do saber, assim como elencar alternativas fontes de estudo. Se as bibliotecas, arquivos e salas de aula constituem basilares instrumentos de produção de conhecimento, também devemos ressaltar, segundo Worster, o potencial de aprendizado das florestas, rios e campos. Assim, “chegou a hora de comprarmos um par de sapatos resistentes para caminhadas, e não poderemos evitar sujá-los com a lama dos caminhos”⁵.

⁴ WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n.8, 1991. p. 201.

⁵ Ibidem, p. 199.

Nessa pesquisa, objetiva-se analisar as diferentes práticas e costumes estabelecidos entre as populações ribeirinhas e o Rio Araranguá, indicando sua dimensão fantástica e as ações cotidianas de sobrevivência e lazer como agentes norteadores de especificidades e valores diferenciados com o rio, atuando como contraponto ao ímpeto desenvolvimentista buscado na cidade.

Para tal objetivo, estabeleceram-se como forma de análise três recortes temporais. No primeiro capítulo, intitulado **Natureza e Paisagem no Sul Catarinense**, propõe-se historicizar o conceito de natureza no sul catarinense no século XIX e início do XX com o intuito de evidenciar a perspectiva de uma ideia de natureza bela e farta, dotada de encantos e conotações edênicas que, no entanto, deveria ser abatida e domesticada como meio de se atingir o crescimento civilizacional buscado pelas autoridades estaduais. Utilizou-se como metodologia o estudo de relatos de viajantes, diários de memorialistas e relatórios dos presidentes de província de Santa Catarina.

No segundo capítulo, **Os Rios e a História**, em meio à perspectiva de se estabelecer um modelo de crescimento econômico em Araranguá e região em fins do século XIX e primeira metade do XX, no qual a natureza e seus recursos referenciavam as potencialidades locais a serem atingidas, havia por parte das populações ribeirinhas um modelo de interação com a natureza e, sobretudo, com o Rio Araranguá, distinto do objetivado pela administração local. O Rio Araranguá, provedor de quantidades inesgotáveis das mais variadas espécies de peixes à população local, também possuía uma dimensão fantástica. Fartura e abundância equacionavam-se a estranhos acontecimentos envolvendo a aparição de bolas de fogo, pessoas que desapareciam ao pedir travessia pelo rio e caminhões que emanavam luzes de fogo, dentre vários relatos.

A dimensão fantástica do rio gerou uma série de significações e práticas dotadas de especificidades no processo de interação entre ser humano e Rio Araranguá. Essas particularidades mediaram ações e concepções de natureza articuladas aos ciclos e potencialidades locais. Porém, a partir da polarização da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá gerada pelo *boom* da produção carbonífera na década de 1940, evidencia-se mudanças nas relações econômicas da região, de alto impacto para o Rio Araranguá e toda a biodiversidade regional. Esse processo de busca por crescimento econômico e consolidação de produções regionais em âmbito estadual e nacional (caso do carvão)

acaba por estar ligado à diminuição das aparições fantásticas e de um modo de interação com o rio baseado em seus ciclos.

O paradigma do crescimento econômico e os impactos gerados sobre o Rio Araranguá nas décadas de 1930-1950, alterando formas de interação enraizadas pela cultura local, são tema de análise do terceiro e último capítulo, chamado **Ímpeto de Crescimento Econômico**. As fontes utilizadas para os capítulos dois e três são jornais com circulação regional, como Campinas/Araranguá, O Albor/Laguna, a Imprensa/Tubarão, entre outros, bem como correspondências de Governo do Município de Araranguá referentes a toda a primeira metade do século XX e entrevistas orais.

As fontes orais merecem um destaque, devido às diferentes formas de produção e modalidade que essas apresentam ao longo da pesquisa. Paul Thompson, uma das principais referências em história oral, designa os três modelos de fonte oral elencados. Primeiro, se fez uso do que o autor chama de **Narrativa de uma História de Vida**. Foram entrevistas realizadas por mim com pescadores e moradores da comunidade Ilhas acerca do seu modo de vida, relação com o Rio Araranguá e seus casos fantásticos. Segundo, utilizo as entrevistas realizadas pelo Pe. João Leonir Dall’Alba na obra *Histórias do Grande Araranguá* (1997). O autor publicou o resultado de centenas de entrevistas feitas na década de 1980 com moradores de todos os municípios que compõem o extremo sul catarinense. A obra possui uma rica diversidade em seus relatos, apresentando personagens de variadas classes sociais, profissões e perspectivas. Os temas abordados permeiam o extermínio indígena, poluição do Rio Araranguá, cotidiano e educação, entre muitos outros. Sua produção se encaixaria no que Thompson referencia como **Coletânea de Narrativas**. E, por último, a obra *Do Pino do Meio Dia a Meia Noite Velha*, da historiadora Micheline Rocha, em que a autora realiza várias entrevistas com moradores da localidade de Ilhas, Araranguá/SC, sobre as aparições e causos que permeiam o imaginário local, entre eles o Caracaxá. Sua metodologia constituiu-se por coletar diversos relatos e expô-los por meio de um texto expositivo baseado nas entrevistas, procedimento esse chamado de **Análise Cruzada**⁶.

⁶ THOMPSON, Paul Richard. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 303-304.

Essas três diferentes modalidades de fonte oral se entrecruzam na análise dos objetivos propostos, embora, diferentemente dos demais referenciais de história oral que serão apresentados ao longo do trabalho, Thompson ressalte seu uso como técnica e não como metodologia. Com importante papel no questionamento de tradicionais abordagens historiográficas, a fonte oral possibilitaria o advento da chamada história vista de baixo, em que grupos marginalizados em uma determinada abordagem histórica poderiam ter suas perspectivas e concepções abrangidas. O contexto de produção da obra de Thompson remete à busca pela afirmação do uso da fonte oral, até então fruto de intensos debates acerca de sua viabilidade. A oralidade defendida pelo autor possuía relevante papel em questionar as debilidades e silêncios (por vezes intencionais) presentes nas fontes oficiais.

O município de Araranguá, no período salientado, abrangia um vasto território referente a todo o extremo sul catarinense. Estendia-se da divisa com o território de Tubarão, na parte norte, à divisa com o Estado do Rio Grande do Sul, na parte sul da fronteira. No limiar do século XX, intensifica-se o processo de emancipações municipais, configurando o atual território do município. No mapa a seguir (Figura 1), segue a descrição da localização e municípios abrangentes da Bacia do Araranguá, formada atualmente por 14 municípios.

econômico, que viria a esgotar sua possibilidade de estabilidade econômica, por meio dos recursos gerados pela produção carbonífera. Percebe-se no mapa o trajeto delineado pelo Rio Araranguá, originário de seus afluentes, os rios Itoupava e Mãe Luzia, até desembocar no oceano. No capítulo a seguir, dedico-me a analisar os conceitos de natureza e paisagem, situados na região sul catarinense nos séculos XIX e XX.

2. NATUREZA E PAISAGEM NO SUL DE SANTA CATARINA – SÉCULO XIX

De águas piscosas e em contínuo movimento, o Rio Araranguá abrange em suas correntes líquidas diversas temporalidades e espacialidades. Assim, ao longo de suas margens ocorreram diferentes construções de âmbito sociocultural e ambiental acerca dos modos de interação entre os seres humanos e o rio. No entanto, seus cursos d'água não são os únicos a possuírem a complexa gama que envolve a historicidade local. Em toda a vastidão de sua paisagem, flui a diversidade composta por sua rede hidrográfica, flora e fauna, tornando necessário um enfoque amplo sobre a natureza e seus ciclos biológicos e históricos, que comportam dimensões substanciais para a compreensão dos seres humanos e do Rio Araranguá.

Objetiva-se, neste primeiro capítulo, analisar as concepções de natureza e paisagem delineadas no sul catarinense no século XIX, para em um segundo momento centralizar as discussões remetentes às relações socioambientais mantidas entre os ribeirinhos e o Rio Araranguá na primeira metade do século XX. Utilizar-se-ão como fontes de estudo os relatos dos viajantes Auguste Saint-Hilaire (1779-1853) e Robert Avé-Lallemant (1812-1884), memórias de Bernardino Senna Campos e do missionário Luigi Marzano, e relatórios de província de Santa Catarina remetentes ao século XIX.

Pensar o papel da natureza no processo de ocupação sul-catarinense, estabelecido por populações indígenas (Xokleng, Kaingang e Carijós⁸), Vicentistas, Açorianos, Negros, Italianos e Alemães (sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX) implica refletir sobre a historicidade e as múltiplas leituras que esse conceito apresenta na problematização das relações mantidas entre os mais variados grupos populacionais e o meio natural. Logo, questiona-se: o que se define por

⁸ Sobre o modo de ocupação indígena, interação com a natureza e conflitos com os colonos: LAVINA, Rodrigo. **Indígenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis**. In: _____. BRANCHER, Ana (org.) *História de Santa Catarina (estudos contemporâneos)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 214; LINO, Jaisson Teixeira. **Arqueologia Guarani no Vale do Rio Araranguá**. Aspectos de territorialidade e variabilidade funcional. Erechim, RS: Habilis, 2009. p. 259.; e SELAU, Maurício da Silva. **A Ocupação do Território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925): resistência e extermínio**. Florianópolis: Bernúncia, 2010, p. 192.

natureza? Como podemos compreender o processo de ocupação humana no sul catarinense e sua relação com o Rio Araranguá através desse conceito? Qual a concepção de natureza empregada pelos diversos povos que aqui se constituíram no período salientado?

Regina Horta Duarte, ao analisar esse conceito, que demonstra-se uma das discussões centrais da História Ambiental, questiona a imutabilidade dimensionada para as ideias de natureza e ser humano. A autora argumenta que não há apenas uma natureza sólida e imutável perpassando o tempo histórico, tampouco um único ser humano que se conduz em marcha linear-progressiva em constante “evolução”. Logo, não há o predador “natural”, em essência do meio, e nem o preservacionista por “natureza”, dotado de boas intenções. O ser humano encontra-se em perpétuo estado de construção e reconstrução de suas relações, inclusive com a natureza, o que aponta para sua particularidade de produtor de cultura. É através da produção de significados sobre o meio que sua interação com a natureza é mediada, podendo equivaler tanto em modos de interação capazes de esgotar os recursos naturais disponíveis em escala local, nacional e global, ou vice-versa. Como crítica à unicidade e valores essenciais imutáveis nas concepções de natureza e ser humano, Regina H. Duarte argumenta:

Os homens já construíram sentidos diversos para o que ele chama de *natureza* e certamente essa palavra nem sempre designou as mesmas coisas. Não que o mundo natural seja uma mera invenção humana, insistiremos nisso mais uma vez. Mas os sentidos dados a ela são criações culturais pelas várias sociedades ao longo do tempo e nas mais diversas partes do mundo. Assim não há “o Homem”, tampouco “a Natureza”.⁹

Propor a análise da ideia de natureza como construção não significa reduzi-la a uma esfera puramente subjetiva, legitimando perspectivas catastróficas ou puramente utilitaristas. A reflexão sobre os sentidos atribuídos a ela tornam-se de suma relevância no intuito de transformar as contradições expostas no complexo descompasso entre ser humano e natureza, inclusive em Araranguá e no sul catarinense.

⁹ DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 78.

José Luiz de Andrade Franco, entre aproximações e distanciamentos da concepção de Duarte, elenca dois pontos centrais acerca da compreensão da ideia de natureza enquanto categoria de análise. Há de se dimensionar a natureza enquanto experiência física e existencial, passível de experiência individual, e a natureza como representação. Ambos os aspectos, interligados, entremeiam o social e o histórico: “o primeiro que, como representação, é socialmente construído, portanto um dado da cultura; e o segundo que é dotado de historicidade, ou seja, pode-se perceber, ao longo do tempo, rupturas e continuidades na forma como se apresenta”¹⁰. A experiência do indivíduo com a natureza, suas atribuições de significados e a historicidade desse conceito pertinente a diferentes períodos históricos, produzem imagens, ideias e conceitos passíveis de estudo.

À medida que transcorriam os decênios do século XIX e o processo de colonização intensificava-se na região, a fauna e a flora eram dizimadas, alterando substancialmente a paisagem na Bacia do Araranguá. “O aumento dos espaços para cidades, vilas e moradias, para as lavouras e pastagens, por via de regra, foi retirado das florestas. Estas eram reduzidas, as árvores desaparecidas pelo fogo, pelo machado, pela serra”¹¹. Mesmo que a ânsia de progredir rapidamente se tenha feito hegemônica, houve questionamentos a esse modo desenfreado de ocupação do solo e apropriação da natureza. Ao visitar o distrito de Hercílio Luz em Araranguá, no ano de 1902, D. José de Camargo Barros, Bispo cuja função fora exercida em Curitiba e São Paulo, argumenta: “o soberbo rio Araranguá. O que aconteceu a esse rio, para hoje não despertar o idêntico sentimento de admiração?”¹². Embora não tenha vivenciado os intensos impactos causados pelos dejetos de resíduos industriais e domésticos, desmatamentos desenfreados, despejo de agrotóxicos e a ingestão de metais pesados derivados da produção carbonífera nas águas do Rio Araranguá, intensificados no século XX, D. José de Barros, em tom atônito, expõe as ações humanas devastadoras geradas sobre o rio.

¹⁰ FRANCO, José Luiz de Andrade Franco. **Apontamentos para uma reflexão sobre o conceito de natureza**. Revista Múltipla, Brasília, v. 8, n. 14, p. 125/137. Junho de 2003. p. 125.

¹¹ HOBOLD, Paulo. **A História de Araranguá**: complementada por Alexandre Rocha. Araranguá: [s.e], 2005, p. 268.

¹² Ibidem, p. 272.

Sua interrogação acerca das transformações ocorridas no meio natural em função da ação humana remete a um peculiar aspecto do processo de interação ser humano/natureza no período moderno. O geógrafo Clarence Glacken, ao dedicar um estudo às concepções clássicas de natureza da antiguidade ao século XVIII, destaca três principais questões que perpassaram a obra dos mais variados autores do período referenciado: é a natureza, tal qual ela se apresenta na terra, dotada de sentido e propósito? Possui a natureza uma influência sobre a vida humana? Foi a realidade da terra modificada pela ação histórica do homem?

Os resultados da investigação de Glacken deixam claro que as duas primeiras perguntas dominaram amplamente a reflexão filosófica e científica até o século XVIII. Tratava-se de entender como a natureza influenciava a história humana e não o contrário. Algumas elaborações sobre a terceira pergunta apareceram no que se refere aos melhoramentos da paisagem a partir das artes e do trabalho. Mas o tema da capacidade da ação humana para degradar, ou mesmo destruir, o mundo natural é essencialmente moderno.¹³

O espanto de D. Barros sobre as mudanças observadas no “soberbo rio Araranguá” em tão pouco tempo de colonização acentuada remete ao ponto de análise proposto por Glacken, segundo o qual a reflexão humana sobre sua capacidade de devastação da natureza, tema “essencialmente moderno”, apresenta as ambigüidades da ideia de “progresso”, “evolução” e do processo civilizador. Nesse contexto, marcado pelo fogo, pelo machado e pela serra, novas sensibilidades humanas acerca do papel da natureza e dos demais seres que nela se encontram tornam-se candentes, objetivando reaver as contradições degradadoras entre sociedade, cultura e natureza.¹⁴

Porém, é preciso não perder de vista as implicações que a ideia de natureza abrange. Diante dessa problemática, cada vez mais questiona-se o sentido de uma natureza unificada, idílica e estática,

¹³ GLACKEN apud PÁDUA, 2010, p. 83.

¹⁴ Sobre o processo de sensibilidade ambiental, ver: THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 537.

pautada no equilíbrio de seus ecossistemas. Donald Worster, ao questionar a ênfase creditada às rupturas temporais como eixos norteadores de pesquisa histórica, articula a ideia de natureza compreendida como uma “Paisagem de Fragmentos”, “de todos os tamanhos, texturas e cores, em mudança contínua no tempo e espaço respondendo a um incessante bombardeio de perturbações”¹⁵. Reitera Pádua que, a partir dos questionamentos estabelecidos sobre os tradicionais marcos cronológicos de pesquisa histórica, essas novas abordagens sobre a natureza reinventam-se. A “natureza apresenta-se cada vez mais como algo em permanente construção e reconstrução ao longo do tempo, distante da visão tradicional de uma realidade pronta e acabada, que serviria de referencial estável para a agitação do viver humano”¹⁶.

Propõe-se articular essa simbiose entre ser humano e natureza ao conceito de paisagem. Pois, se a natureza demonstra-se uma construção sociocultural, a qual, imprime em sua face medos, crenças e obsessões dos diferentes povos que a experienciaram. O estudo da paisagem oferece a problematização do peso da cultura sobre a construção do meio natural. O que distingue uma paisagem de matéria bruta, refere beleza ou a torna inócua, seriam justamente os valores presentes em um determinado modelo de organização social. Assim, dimensiona-se o papel da cultura na significação de ecossistemas, possibilitando a compreensão de suas particularidades e especificidades, como também de ações predatórias do meio natural. Em uma abordagem cultural da paisagem, o historiador Simon Schama destaca:

Essa ocupação nada tem de inerentemente vergonhosa. Até mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento, podem revelar-se como seu produto. E *Paisagem e Memória* afirma que isso não é

¹⁵ WORSTER, Donald. **A Natureza e a Desordem da História**. In: _____. DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José L. de Andrade; SILVA, Sandro D. e; TAVARES, Giovana G. (org.). **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 375.

¹⁶ PÁDUA, José Augusto. **As Bases Teóricas da História Ambiental**. Revista Estudos Avançados, vol. 24 (68), 2010. p. 88.

motivo de culpa e tristeza e, sim, de comemoração.¹⁷

Aqui há uma clara aproximação entre as concepções de Regina Horta Duarte e Simon Schama acerca dos aspectos que envolvem as historicidades e construções socioculturais de ser humano/natureza/cultura no tempo histórico. A “comemoração” de Schama remete ao fato de o ser humano não ser um devastador e tampouco um ecologista por essência, esse se constrói de variadas formas. Podendo, através da experiência, transformar as relações desiguais e devastadoras com o meio natural evidenciadas no período moderno.

No tópico a seguir, objetiva-se questionar as concepções de natureza/paisagem solidificadas nos relatórios de província e relatos de viajantes/missionários com o intuito de evidenciar uma perspectiva que legitima o desmatamento e ações devastadores sobre o meio natural em nome da civilização¹⁸ e do progresso, delineadas no sul catarinense.

2.1 A IDEIA DE NATUREZA/PAISAGEM NOS RELATOS DE VIAJANTES, MEMORIALISTAS E RELATÓRIOS DE PROVÍNCIA

A história da imigração/colonização¹⁹ em Santa Catarina no século XIX aponta para dois aspectos centrais acerca da ideia de natureza. Primeiro, exaltam-se as belezas edênicas expressas na flora e fauna locais, ecoando fascínio e êxtase dos que desfrutavam de seus “jardins encantados”. Dotada de conotações paradisíacas, a ocupação

¹⁷ SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 20.

¹⁸ O conceito de civilização refere-se a uma complexa definição histórica de múltiplos sentidos, continuidades e rupturas. De maneira geral, expressa a perspectiva de progresso da humanidade e diferenciação dos países europeus ocidentais perante as restantes partes do mundo, evidenciadas em seu nível de desenvolvimento tecnológico, científico, a natureza de seus costumes e maneiras, entre outros. Para saber mais, ver: ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar. 2011. pp. 23-48.

¹⁹ Acerca das contradições que abrangem o processo colonizador, a construção da ideia do colono pioneiro e desbravador, o confronto e extermínio indígena, ver em: BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 11-63.

desse solos apresentaria uma gama de possibilidades para o colono “desbravador”. Segundo, empreende-se uma concepção utilitarista de natureza, relacionada aos marcos ideológicos da sociedade moderna, de progresso, civilização e trabalho. Criam-se valores morais que justificariam o ato de destruição e dominação da natureza. O historiador Carlos Renato Carola, por meio da análise de relatórios de província, relatórios de colônias e obras historiográficas regionais, questiona os processos históricos em que a “Natureza Admirada” torna-se uma “Natureza Devastada”. Argumenta que “o modo de ver e explicar a “evolução histórica” da colonização estimula e legitima a destruição e a domesticação do mundo natural tanto quanto dos povos indígenas, em particular a Mata Atlântica”²⁰.

A ciência torna-se um dos instrumentos basilares na efetivação desse processo. Por meio dos estudos empreendidos pelos cientistas em seus relatos de viagens, o método científico possibilitaria civilizar regiões “selvagens” não condicionadas pelo europeu dos séculos XVIII-XIX, embasado no postulado teórico do Iluminismo tardio. A historiadora Lorelai Kury contextualiza as concepções científicas empregadas pelos viajantes através do conceito de filantropia. Ressalta a autora que o bem da humanidade e a busca pelo progresso sedimentariam as preocupações e objetivos desses cientistas-viajantes:

O sentimento filantrópico deveria nortear as ações do europeu civilizado. É em nome do progresso e do bem da humanidade que se dá a expansão colonialista do século XIX e não com a evocação do lucro privado capitalista. [...] Os viajantes europeus que visitam os países ditos selvagens ou menos civilizados, como é o caso do Brasil, sentem-se portadores de uma espécie de missão. Sentem-se como irmãos mais velhos dos outros povos, a quem devem ajudar e aconselhar. Para eles, seus interesses são o interesse da humanidade inteira. A ciência é o instrumento maior que permite o exercício da missão do

²⁰ CAROLA, Carlos Renato. **Natureza Admirada, Natureza Devastada: história e historiografia da colonização de Santa Catarina**. Revista Varia História, vol. 26, n. 44: p. 547-572, jul/dez 2010. p. 548.

viajante, pois permitiria conhecer as leis da natureza e auxiliaria a vida dos homens.²¹

Para as elites europeias, para a Monarquia e, posteriormente, para o Império Brasileiro, o progresso e o bem da humanidade presentes na definição de filantropia adquiriam uma conotação de virtude, em que a ordem e o sentido do universo poderia ser compreendidos através do método científico a fim de melhor comportar a existência humana no planeta. Porém, essa filantropia não comportava os interesses indígenas, duramente exterminados, muito menos a articulação de um modelo de organização social não predatório da natureza. A ideia de filantropia, aqui destacada, possuía o europeu como o centro e medida de todas as coisas. De forma hierarquizada e desigual, o objetivo empreendido no auxílio da ciência demarcaria a evolução civilizatória assentada na colonização, conforme as correntes intelectuais dos séculos XVIII-XIX. De maneira geral, essa concepção civilizatória estará presente nos relatos de Saint-Hilaire e Avé-Lallemant, e nos demais documentos analisados.

Inicialmente em missão com o Duque de Luxemburgo em 1816, visando resolver discordâncias entre França e Portugal sobre o domínio da Guiana, após o período Napoleônico, o botânico e naturalista Francês Auguste de Saint-Hilaire consegue, mediante suas relações com o Estado Francês, prolongar sua estadia e excursionar pelo território brasileiro até 1822. É candente em seus relatos a preocupação com o crescimento comercial, econômico e político da província catarinense. A natureza, como recurso econômico, deveria ser abatida e domesticada para a concretização desses ideais. Ao contrapor os progressos efetuados na região ao território de quando a expedição de Krusenstern²² aportou em Santa Catarina no ano de 1803, Saint-Hilaire mostra-se enfático ao creditar ao desmatamento regional parâmetros para medir o progresso civilizacional catarinense.

Krusenstern visitou Santa Catarina em 1803. Grandes progressos tinham-se operado, a região não era mais a mesma. Parece que tinham sido feitos extensos desmatamentos, pois o clima se

²¹ KURY, 2003, p. 2.

²² Capitão-comandante da expedição russa ao redor do mundo em 1803, cujo intuito da viagem era estabelecer relações diplomáticas com o Japão e manter o comércio de peles no Norte, segundo deliberação do Czar russo Alexander I.

tornara muito saudável. As onças tinham desaparecido e a população branca avançara pelo interior do continente. [...] A extensão dos desmatamentos na Província de Santa Catarina e os melhoramentos nela ocorridos se deviam principalmente aos imigrantes açorianos; é pouco provável que o governo não tivesse em mente essa bela região quando formou o projeto de aumentar a população do Brasil através de colonos estrangeiros.²³

A natureza, portadora de admiração devido a sua fertilidade, também produz medo e incertezas em quem se vê entremeadado em seus caminhos. A diminuição das feras (onças) e das populações indígenas (dito nas entrelinhas quando se refere ao aumento da população de etnia branca), sob o viés do olhar estrangeiro, representa as melhorias da civilização. Esse discurso torna-se evidente não só na preocupação com o desmatamento como índice de crescimento e no destaque ao aumento da população branca na região, mas também enfatizando a suposta melhoria no clima, capaz de facilitar a sedentarização dos futuros colonos. Porém, para Saint-Hilaire, mais mudanças precisavam ser efetuadas. Ao questionar a falta de iniciativa do governo brasileiro perante as problemáticas enfrentadas quanto ao seu desenvolvimento, ele destaca que, nessa província, não havia “nenhuma mina em exploração; fabricam-se alguns potes de barro e em algumas casas tecem-se panos para uso doméstico, mas até o presente não se estabeleceu nenhuma manufatura propriamente dita”²⁴. A província se mantém essencialmente agrícola e, apesar de seu clima temperado e de suas terras férteis, permanece “pobre”.

Além da natureza, representante de grande potencial para os futuros assentamentos humanos, poucos aspectos da vida provinciana interessavam Saint-Hilaire. Não faltavam críticas à religião e aos costumes da província. Seu olhar eurocêntrico vê o sincretismo religioso de maneira depreciativa, como algo que não passa de uma manifestação errônea e distanciada dos costumes europeus. Para ele, “a religião se modifica, desaparece e é substituída pela ignorância e por uma grosseira

²³ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 125.

²⁴ Ibidem, p. 133.

superstição”²⁵. O modo de vida dos catarinenses também não apresenta aspectos positivos. O autor enfatiza: “estes que não tem por alimento senão peixes, moluscos e farinha de mandioca, e que respiram os miasmas de um solo pantanoso, estão longe de ter uma aparência robusta e comumente apresentam uma tez amarelada e um aspecto macilento”²⁶. Cabe salientar que os costumes alimentares empreendidos pelos açorianos, duramente criticados por Saint-Hilaire, são costumes de influência claramente indígena, em oposição aos colonos da província do Rio Grande do Sul, que em função de ter como principal alimento a carne bovina apresentam força e “intrepidez notáveis”²⁷, afirma. Para o olhar estrangeiro de Saint-Hilaire, todas as práticas que diferem dos costumes europeus são depreciativas, sendo meras distorções das tradições europeias. Percebe-se aqui o aspecto hierárquico e eurocêntrico da ideia de filantropia elencada por Lorelai Kury, em que, ao se diagnosticar uma suposta “inferioridade” política, cultural e econômica dos distritos do sul catarinense, visa-se justificar medidas civilizatórias de cunho excludente e de extrema violência não apenas para as populações nativas, mas também para o meio natural.

Em breve estadia no Distrito de Laguna, Saint-Hilaire alude à fertilidade e às extensas coberturas florestais encontradas na região, principalmente nas áreas interioranas. Em função do medo causado pelas populações indígenas, não identificadas pelo autor, o processo da habitação da região sul-catarinense efetivou-se com maior intensidade nas áreas litorâneas, até então (segunda década do século XIX) com 9.000 habitantes, de maioria branca, como faz questão de destacar em seu relato. O distrito possuía um ciclo de produção agrícola baseado em itens primários, como mandioca, arroz, milho, feijão e trigo, entre outros. Porém, ele não deixa de pontuar o que para ele seria um dos principais entraves para o despontar econômico de Laguna e das demais localidades do distrito sul catarinense:

A lagoa de Laguna [...] além de só ser possível transpor esse canal quando o vento sopra de uma determinada direção, as águas do mar estão constantemente revolvendo a areia que atravanca o seu fundo, e quando o rio Tubarão deixa de lançar nessa passagem um volume de água

²⁵ Ibidem, p. 131.

²⁶ Ibidem, p. 135.

²⁷ Ibidem, p. 135.

considerável – o que sempre ocorre quando a seca se torna muito prolongada – as embarcações não podem sair. [...] E no entanto há dois séculos a barra era acessível a navios de grande calado.²⁸

As condições instáveis no uso das vias marítimas, prejudicando as relações comerciais do Distrito, apresentaram problemáticas não só em Laguna. A região de Araranguá, ponto central de interligação comercial com Tubarão e Laguna, passava pelos mesmos problemas, relacionados à instabilidade da barra, nem sempre oferecendo condições de passagem. Alvo de discussões e medidas governamentais, diversas propostas objetivaram interligar através de canais fluviais essas regiões estratégicas para a província catarinense. Inclusive, por diversos momentos, era comum que navios já carregados esperassem até quatro meses para seguir viagem, devido às condições de navegabilidade. Saint-Hilaire soma às precariedades mencionadas a má qualidade e falta de vias de comunicação seguras, não só para solidificar as produções agrícolas, mas também para as futuras leva populacionais colonizadoras.

Mesmo com dificuldades político-econômicas, Laguna era o principal centro comercial da região sul-catarinense, centralizando e escoando para as demais regiões do Estado e do país produções locais, em maior número, agropecuárias. Em seu intenso movimento comercial-exportador, Saint-Hilaire destaca:

A grande quantidade de produtos fornecidos pelos arredores de Laguna torna muito intenso o movimento comercial do porto. Os principais produtos exportados, em ordem de importância, são a farinha de mandioca, o feijão, o milho, as favas e uma certa quantidade de tábuas. O peixe salgado constitui também, na região, um ramo de comércio muito importante. A lagoa tem peixe em abundância e suas margens são habitadas por pessoas que fazem da pesca a sua ocupação principal. O peixe constitui quase que o seu único alimento, e o que sobra é salgado, posto a secar e depois vendido. A espécie mais abundante é a que eles chamam de bagre. [...] Em novembro e dezembro esses peixes entram na lagoa,

²⁸ Ibidem, p. 199.

provavelmente para a desova, e são apanhados em grande quantidade.²⁹

Além de centro comercial, a fertilidade local embasava uma das mais importantes atividades profissionais da região, a pesca. Ensinada de geração a geração, era essa atividade que garantia o alimento diário e a renda no final do mês de boa parte da população. Saint-Hilaire não cita outras espécies além do bagre e da tainha. Chama a atenção o autor situar o período de pesca entre os meses de Novembro/Dezembro por este ser o período de reprodução dos bagres. Atualmente, a pesca nesse período é proibida, sendo conhecido pelos pescadores como período do “defeso”³⁰, em que o governo federal disponibiliza o valor de um salário mínimo mensal enquanto aguardam a abertura da temporada de pesca³¹. Contudo, seria anacrônico cobrar medidas advindas de realidades históricas do século XX para as populações dos séculos XVIII-XIX, não é esse o objetivo. Estimulada pela fartura e fácil reprodução das diversas espécies que em abundância enchiam canoas com mais de 200 kg até as primeiras décadas do século XX, o número menor da população que se utilizava do rio e a não existência de atividades industriais e agrícolas de alto impacto ambiental acabavam por não colocar o debate em torno da regulamentação da pesca. A preocupação em meados do XVIII-XIX era conhecer cientificamente as potencialidades naturais do sul catarinense para povoar e civilizar.

Com olhar apurado referente às extensas coberturas florestais, produção agrícola e à farta quantidade proteica presente na atividade pesqueira, ilustram a natureza sul-catarinense, mais uma vez, os elogios de Saint-Hilaire. Os recursos hídricos, considerados de ótima qualidade e de fácil distribuição, seguem descritos: “a água que se bebe na cidade é muito boa; vem da montanha e chega até um chafariz através de um

²⁹ Ibidem, p. 200.

³⁰ Defeso é uma medida que visa proteger os organismos aquáticos durante as fases mais críticas de seus ciclos de vida, como a época de sua reprodução ou ainda de seu maior crescimento. Dessa forma, o período de defeso favorece a sustentabilidade do uso dos estoques pesqueiros e evita a pesca quando os peixes estão mais vulneráveis à captura, por estarem reunidos em cardumes. In: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/recursos-pesqueiros/per%C3%AAdodos-de-defeso>

³¹ Na Colônia de Pesca em Ilhas instituíram-se dois defesos: o da pesca de bagre, entre Janeiro/Março, e o da anchova entre Dezembro/Março.

aqueduto feito de pedra, construído um pouco acima do solo”³². Em volta do chafariz, poucas ruas estreitas, não calçadas, porém compactas e limpas, somadas a algumas casas simples, de apenas um cômodo, facilitavam o acesso da população aos recursos hídricos.

Apesar dos elogios concedidos à abundância presente no meio natural sul-catarinense e de alguns questionamentos referentes a sua infraestrutura e desenvolvimento comercial, no que tange à população local, Saint-Hilaire deixa a localidade extremamente descontente. Interagiu apenas com as pessoas recomendadas mediante ofício, citando em seus relatos não ser convidado para atividades como jantares e caminhadas de pesquisa por ninguém além do esperado, relatando em várias passagens ser mal tratado em situações inesperadas. Cabe ressaltar que o humor do viajante não era dos melhores. Assim, após oito dias, um pouco entediado, Saint-Hilaire parte para a província do Rio Grande do Sul.

Após alguns dias de viagem rodeado pelo que ele chama de vista “monótona” da orla marítima, eis que próximo à foz do denominado Rio Araringuá (termo utilizado por Saint Hilaire, embora houvesse outras denominações de tradição indígena que circulavam na região identificando o atual Rio Araranguá, como Iriringuá, Araringuá, Aremangar, Aringa, Aranga etc.), cujas águas e de seus demais afluentes banham carvão mineral de baixa qualidade, pondera, mas de grande valor comercial, Saint-Hilaire, em uma das pausas ocorridas no percurso, depara-se com um local “encantador”, repleto de belezas e surpresas:

Afastei-me dos meus companheiros, atravessei o areal e cheguei até um lago de água salgada, paralelo ao mar. Por muito tempo segui pelas suas margens, que ora eram compostas de areia pura, ora eram cobertas por um relva incomum, no meio da qual se elevavam tufo de uma Ciperácea então em flor, que se parecia com o nosso *Juncus Articulatus*. A lagoa estava cheia de mergulhões e patos, e bandos de aves aquáticas passeavam por suas margens, vendo-se entre elas principalmente o colhereiro, a guaraúna, o quero-quero, baiacu, garças brancas e cegonhas. [...] No meio de todas estas aves vi a maior ave de rapina que tinha tido a

³² Ibidem, p. 200.

oportunidade de observar desde que chegara ao Brasil. Devia ter três pés de altura. Sua plumagem era cinza-escura misturada com uma tonalidade mais clara; seu bico me pareceu o de uma águia, e na parte de trás da cabeça ela exibia um longo penacho horizontal.³³

Após esse breve momento, a viagem prossegue, e o autor retoma seu tom descontente de volta à orla marítima e sua paisagem “monótona”. Se as concepções intelectuais e científicas dos séculos XVIII-XIX servem de auxílio para analisar a concepção de natureza empreendida na obra de Saint-Hilaire, propõe-se elencar outro componente, fundamental para a construção de sua perspectiva. Ressaltam-se os laços estabelecidos através e por meio dos sentidos na construção da natureza/paisagem em sua relação com os seres humanos, sendo o que o geógrafo Yi-fu Tuan conceituaria de Topofilia, que alude a “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal”³⁴. A paisagem aqui não se restringe apenas ao campo da percepção, dotada de subjetividade, pois o uso dos sentidos na percepção do meio natural, para Tuan, gera ações e práticas.

Assim, propõe-se pensar a experiência de Saint-Hilaire com relação à paisagem encontrada, objetivando evidenciar o papel da visão, da audição e do olfato, entre outros, na sua construção da ideia de natureza/paisagem no sul catarinense, marcado por momentos alegres, em que o autor depara-se com paisagens diferenciadas e particulares, ficando extasiado com a vegetação, os recursos e animais encontrados, e também por momentos difíceis em que se depara com a saudade de casa, os conflitos com moradores locais e situações de incerteza, por vezes descritas. Logo, dando relevo ao contexto intelectual e ideológico dos séculos XVIII-XIX, em que o autor está inserido, articulando-os à subjetividade dos sentidos e laços criados com o meio natural.

A concepção de natureza/paisagem expressa nos relatos de Saint-Hilaire, de maneira geral, aponta para as lentes do estrangeiro civilizado que via no estado selvagem do meio natural uma oportunidade de se alavancar a evolução e progresso dessas terras por

³³ Ibidem, p. 207.

³⁴ TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980, p. 5.

meio da colonização. Seu trabalho, desenvolvido em várias regiões do país, marcaria um dos componentes da ideia de filantropia articulada pelos intelectuais e elites europeias. Cabe não perder de vista que esta ideia de filantropia remete a um discurso de poder em que o europeu apresenta-se como a medida soberana de todas as coisas, sendo a promoção do conhecimento e das leis que regem a natureza fundamentais para tal. No entanto, os saberes das culturas indígenas e negras não apresentavam relevância, segundo sua perspectiva. Cabia ao homem branco civilizar o meio e se utilizar dos recursos disponíveis (principalmente o carvão).

Após três décadas da incursão de August Saint-Hilaire pela província catarinense, outro relato torna-se de grande expressão acerca dos potenciais reconditos econômicos dos distritos de Laguna, Tubarão e Araranguá. Encantado com as belezas locais e seu panorama de extensas florestas, montanhas e lagos, Robert Avé-Lallemant, médico alemão, excursiona pela província catarinense no ano de 1858. Apesar de não dispensar elogios à natureza e seus aspectos sublimes, o autor reproduz a perspectiva utilitarista de uso do meio natural, de maneira mais intensa que Saint-Hilaire. Seus relatos “expressam o método baconiano dos naturalistas do século XIX. Onde a natureza brasileira, geralmente vista com admiração, é um indicativo de falta de civilização. Ela precisa ser analiticamente decifrada, identificada e dominada”³⁵.

Ao final de sua estadia em Desterro, seguindo viagem para o sul da província, Avé-Lallemant se vê maravilhado com as cores e texturas que compõem a natureza local. Extasiado com a paisagem, relata: “diante de mim a missão de explorar uma província pequena, porém maravilhosamente dotada pela natureza. E de fato, a província de Santa Catarina foi esplendidamente dotada pela natureza”³⁶. Mas a dádiva de possuir uma farta natureza, para Avé-Lallemant, deve estar alicerçada ao empreendimento civilizacional, ou seja, à sua conquista. E é nesse quesito, em sua perspectiva, que os distritos do sul catarinense deixam a desejar.

De vegetações densas, cuja extensão prolonga-se até as serras locais, e de uma ampla e fértil rede de distribuição natural de recursos

³⁵ CAROLA, 2010, p. 553-554.

³⁶ AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens Pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 16.

hídricos, Laguna apresenta-se, para Avé-Lallemant, como uma região extremamente fértil. “As elevações verdes oferecem também muitos desfiladeiros bonitos, muitas encostas graciosas para nelas se construírem casas de campo e jardins e, sobretudo, é o ponto especial onde se forma a água potável da cidade”³⁷.

No entanto, o autor diagnostica entraves para o despontar econômico da localidade. Com uma estrutura arquitetônica desequilibrada capaz de “desgostar qualquer entendido” no assunto, Laguna não apresenta edifícios estruturados, as ruas são por demais estreitas, não havendo carruagens e nem como trafegar carros. O comércio de exportação era duramente prejudicado pela falta de condições de navegabilidade da barra, em função de suas oscilações e baixa profundidade. Conforme suas palavras, Laguna, “muito afastada, lugar destinado a decair, teria ante si importante futuro, se aqui penetrasse vigoroso espírito de iniciativa e aproveitasse os muitos elementos que em grande massa oferece a natureza”³⁸.

A abundante natureza apontava para o trajeto a ser percorrido em nome da civilização do sul catarinense. Suas potencialidades, ainda não aproveitadas, necessitavam de ações empreendedoras com vista a romper o estado inerte que até então se delineava nesses distritos. De maneira geral, essa era a tônica de Avé-Lallemant quanto ao meio natural e às medidas colonizadoras a serem utilizadas.

Em contraposição ao distrito de Laguna, o autor mostra-se otimista quanto ao futuro de Tubarão, cuja “graciosidade” excedera suas expectativas. Dotada de uma densa floresta que transparecia calma, a natureza apresentava uma feição “lindamente idílica”. A agricultura composta por bonitas plantações provia os habitantes de extensas produções de farinha de mandioca e milho. E mesmo assim, ressalta Avé-Lallemant quanto ao potencial colonizador da região: “quanta terra e quanto mato por aproveitar! O estado natural ainda se vê em toda parte!”³⁹. A busca civilizatória embasada nos ideais de progresso e evolução soma-se a outro relevante componente econômico presente na localidade, o carvão.

³⁷ Ibidem, p. 37.

³⁸ Ibidem, p. 36.

³⁹ Ibidem, p. 40.

Assim como no Rio Araranguá destacado por Saint-Hilaire, Avé-Lallemant não deixa de frisar o potencial evidenciado no sul catarinense em função do extrativismo sedimentado na extração do carvão, agraciando também as terras próximas ao Rio Tubarão. O futuro haveria de resplandecer nessas terras, argumenta o autor:

Que bela vista esta magnífica região do Tubarão cem ou duzentos anos mais tarde, quando a cultura realizar aqui a sua grande obra de reforma e naquela esplêndida planície, naquelas serras pitorescas, até nos últimos desfiladeiros, o esforço humano tiver engastado um monumento no outro sob a forma de aldeias, quintas, sítios e fábricas! Estas, aliás, devia eu referir em primeiro lugar, pois, além do próprio rio, a Natureza forneceu a Tubarão o mais poderoso agente que fomenta a indústria humana – o carvão de pedra!⁴⁰

Divergindo de Saint-Hilaire, Avé-Lallemant argumenta que o carvão existente na região sul do distrito catarinense demonstra-se de grande qualidade e este pode ser comparado, sem exagero nenhum, ao bom carvão inglês. Cabe ressaltar que no século XIX o carvão era uma das principais fontes de energia utilizadas na indústria e representava um dos símbolos da vida moderna, pautada no crescimento civilizacional. Mas alguns entraves apresentavam-se à região para a efetivação dessas possibilidades econômicas. Segundo Avé-Lallemant, apenas a natureza “magnífica” da região não era o bastante para resolver os entraves postos a província. Passadas três décadas das expedições de Saint-Hilaire, pouco empreendera-se na região em termos de infraestrutura, e o imobilismo econômico mantinha-se, segundo a perspectiva dos cientistas/viajantes.

Por ora não se pode utilizar esta riqueza carbonífera. Ainda que a extração seja muito fácil, o transporte, com os caminhos existentes, é absolutamente impossível. Se algum dia uma estrada de ferro subir o vale do Tubarão, anexando-se a uma boa estrada serrana que ligue a parte superior da província de Santa Catarina com os distritos abaixo da serra (coisas reservadas ao

⁴⁰ Ibidem, p. 41.

futuro), só nesse caso, poderiam ser exploradas as ricas jazidas carboníferas de Tubarão.⁴¹

Garantir a consolidação da indústria do carvão no sul da província seria a prioridade para a região sul, no que tange a desenvolver uma alternativa viável e necessária para o crescimento econômico da província, segundo Avé-Lallemant. Após conhecer as regiões e vales banhados pelo futuro “ouro negro”, o autor dá como concluído seu trajeto nesses distritos e segue viagem para Tijucas e, depois, Lages.

Em sua perspectiva, a natureza (e os demais seres existentes nela), apesar de bela e de ter conotações idílicas, deve ser compreendida através do método científico para melhor aprazer o homem em suas ações civilizacionais, políticas, econômicas e filosóficas. A hierarquia presente no mundo natural deve ser decifrada e comandada pelo homem, através de um método científico racional, conforme a corrente de análise baconiana⁴² dos séculos XVIII-XIX. Assim, a ciência tornaria possível extrair da natureza tudo aquilo que facilitasse a sobrevivência e o progresso do homem perante o meio.

Essa característica de pontuar que a região sul da província catarinense, apesar de ser privilegiada por sua natureza, é assolada por entraves em termos de investimentos administrativos que impedem seu despontar econômico, também se fez presente nos relatos de Bernardino Senna Campos, telegrafista e memorialista. Entre idas e vindas, morou e trabalhou em Araranguá por volta de 30 anos, entre fins do século XIX e início do XX. Apesar de conter em seus relatos um “carinho inestimável” pela região, Bernardino não deixa de representar os padrões socioculturais de sua época. O meio natural de Araranguá, repleto de matas e vassourais, banhado pelas águas do majestoso Rio Araranguá, apesar de belo, dá ao então distrito de Laguna um ar de abandono.

Chegamos à vila de Araranguá, “Campinas”, como é geralmente conhecida, a 2 de junho de 1864, às 2 horas da tarde. Entrada tristonha,

⁴¹ Ibidem, p. 47-48.

⁴² Para saber mais: BACON, Francis. **Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. Nova Atlântida. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. 372 p.

naquela época, (não obstante ser um dos locais mais bonitos de todo o Estado e de onde tenho passado), cheia de mato, vassourais, abandonada como estava. Em frente à praça atravessava o majestoso rio Araranguá, um dos maiores do Estado e mais fundo, mas com uma barra ingrata, numa praia isolada. Existiam uns cinco iates que viajavam para a capital, uma ou duas viagens por ano, quando a barra dava saída.⁴³

Em suas memórias, catalogadas e publicadas pelo padre João Leonir Dall’Alba, intitulada *Memórias do Araranguá*, Senna Campos reacende uma questão já levantada por Saint-Hilaire sobre Laguna, discurso esse que também se faz candente em Araranguá. A região, dotada de belezas e particularidades, apresenta um forte entrave para seu progresso, presente na instabilidade da barra “ingrata”, que acaba por impedir o escoamento da produção regional composta por culturas agrícolas. No caso específico de Araranguá, esse problema irá ser sanado apenas em meados da década de 1920, com a construção da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina. Porém, o progresso tão desejado e evocado nos relatos, poesias e jornais locais não irá delinear-se da maneira esperada. Vale destacar que as discussões sobre a instabilidade da barra continuam presentes até os dias atuais no município. Isso se dá não apenas em função da questão econômica. No decorrer da segunda metade do século XX, os impactos cada vez maiores gerados pelas enchentes reacenderam os debates sobre uma possível fixação da barra.

Ocupar e civilizar a região por meio de medidas que trouxessem prosperidade e sólidas alternativas econômicas perpassaram relatos não só de cientistas/viajantes e memorialistas. Nos relatórios de província de Santa Catarina, produzidos anualmente com vista a equacionar as mudanças ocorridas no processo de colonização do Estado no século XIX e início do XX, afloram descrições acerca das potencialidades do meio natural sul-catarinense. Entre elas, a ênfase na extração de carvão, investimento em infraestrutura (canais fluviais, abertura de estradas e ferrovias), implementação de plantas exóticas para agricultura e aumento da população.

⁴³ DALL’ALBA, João Leonir. **Memórias do Araranguá**. Araranguá. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1987, p. 42.

Sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, o debate em torno da viabilidade da produção de carvão, sua qualidade e transporte, passa a ser alvo de discussões e pesquisas, presentes nos relatórios. A falta de consenso acerca de sua qualidade, questionada por Saint-Hilaire e Van Lede (1801-1875), e exaltada por Avé-Lallemant, acabou por incentivar um maior número de estudos para atestar a viabilidade dos investimentos nessa que seria a grande potencialidade econômica da região sul-catarinense, segundo expectativa das autoridades locais. De certa maneira, os relatos tornam-se mais otimistas a partir das conclusões efetuadas pelo engenheiro mineralogista James Johnson em seus estudos realizados no vale do Tubarão e região, de que o carvão disponível na província seria de boa qualidade, fácil extração e em grande quantidade.

Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, em 1860, o então presidente da província, Francisco Carlos de Araujo Brusque (1822-1886), ressalta as conclusões de Johnson e se mostra favorável a erigir o carvão sul-catarinense e sua indústria produtora. Em suas considerações, pondera:

Não é problematica a existencia de carvão fossil em grande quantidade nesta provincia. As explorações dos jazios carboniferos começadas antes do anno de 1832 nas cabeceiras do rio Tubarão sucessivamente attestão a sua existencia e boa qualidade. O mineiro James Johnson que os examinou modernamente, augura existirem 10 leguas quadradas de terreno carbonífero naquella localidade, e calculando que cada jarda cubica dê uma tonelada de carvão, imagina como muito possivel que cada legua produza 12,930,00 toneladas, á vista da espessura total de 30 palmos que teem as veias que elle examinou. Sendo assim, temos, senhores, que o trabalho de mineração que dêsse 100 toneladas por dia gastaria 415 annos para extrahir o carvão contido numa legua.⁴⁴

⁴⁴ Francisco Carlos de Araujo Brusque. Relatório do presidente da província de Santa Catharina, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1a sessão da 10a legislatura. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil, 1860. P. 34.

Além de já estarem contabilizados quatro locais com trinta palmos e quatro polegadas com carvão de alta qualidade, reitera Francisco Brusque havia vários locais com existência de bom carvão ainda não estudados com exatidão. Mas se a disponibilidade e qualidade do carvão não oferecem dúvidas quanto a sua exploração, a infraestrutura necessária para tal empreendimento se consolidar desperta a preocupação do autor.

No decorrer do século XIX, registra-se nos documentos, por diferentes presidentes de província, a necessidade em torno da abertura e manutenção de estradas como maneira de interligar regiões distantes da província e escoar a produção, articulando essas medidas a outras formas de transporte, como as vias fluviais. Os rios, destacados em vários relatos, poderiam ser um importante auxílio aos constantes entraves ocasionados pelas estradas mal construídas e em más condições de conservação, embora seu uso e problemas não fossem diferentes dos apontados com relação à abertura de estradas. De uso, na maioria dos casos, de pequenas canoas, junto à não efetivação dos principais projetos que objetivavam aberturas de canais fluviais navegáveis por grandes embarcações, a região sul-catarinense experienciara uma série de dificuldades administrativas na efetivação e aproveitamento das potencialidades de seus recursos naturais.

Frente aos entraves salientados pelos presidentes da província de Santa Catarina, a perspectiva de natureza assume uma dimensão ambivalente. Se a necessidade de civilizar e explorar os recursos naturais de maneira intensa sinalizam um ponto central no processo de colonização da região, isso deve ser aplicado de forma a não causar a devastação da natureza. Antônio de Almeida e Oliveira (1843-1887), presidente da província de Santa Catarina entre os anos de 1879-80, exercendo em seguida o cargo de deputado pelo estado do Maranhão em 1882 e Ministro da Marinha entre 1883-4, questiona o modo de produção agrícola catarinense, diagnosticando-o como predatório e ineficiente:

Não posso deixar sem reparo o systema de cultura em uso na provincia. A lavoura segue ainda a rotina que devasta as mattas, e obriga o lavrador a frequentes mudanças. A cultura extensiva ou transhumante, se é um mal para os proprios povos que tem grandes territórios, visto como produz menos que a intensiva, e seus efeitos não são

iguales aos desta, é de todo inadmissível naquelles que possuem areas limitadas como o desta provincia. Estou que a provincia de Santa Catharina tem na pequenez do seu territorio a inestimavel vantagem de não conhecer grandes distancias, e assim melhor pode dispôr dos elementos da prosperidade que lhe offerecem suas minas, seus rios, suas florestas, seus campos e seu clima, desde que for batido por maior população. Mas se seus filhos querem reservar-lhe esse futuro, não continuem a derribar as mattas que possuem. Além de que a cultura votada a essa faina é menos proveitosa e grata que a fixa em um só lugar, consome o fogo riquezas, que devem ser conservadas, e trabalha o homem para espalhar ruinas e destruir creações naturaes de incalculável influencia nas condições climatericas e nas veias da agua que refresco a terra.⁴⁵

Para Antonio de Almeida e Oliveira, a agricultura das queimadas, além de esgotar rapidamente a fertilidade dos solos, não seria capaz de aproveitar em sua totalidade as possibilidades econômicas da província catarinense. Propõe o autor o aumento da ocupação do solo por imigrantes europeus e, de forma alternativa, implantar uma agricultura eficiente e fixa de modo a não devastar a floresta em um modelo de produção ineficiente, tornando possível o uso de canais fluviais, investimentos em infraestrutura e, por fim, a exploração industrial do carvão. A natureza demonstra-se uma riqueza se explorada racionalmente.

A crítica ao modelo das queimadas também se fez presente nos relatos do Pe. Luigi Marzano, referenciando-as como um modelo medieval de impactante destruição, sendo pavoroso e arrepiante de se presenciar. Publicou seus relatos sobre os processos de ocupação de colônias italianas no sul catarinense em 1904, publicado no Brasil apenas em 1985, após tradução feita pelo Pe. João Leonir Dall’Alba.

⁴⁵Antonio de Almeida e Oliveira. Relatório do presidente da província de Santa Catharina, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em abertura de sessão extraordinária. Cidade do Desterro, Typ. e Lith. de Alex. Margarida, 1880. p. 42.

A perspectiva de natureza manifestada na obra de Marzano aponta para uma concepção contraditória e contrastante. Em um primeiro momento, o autor descreve um local poético e impressionante, repleto de extensas florestas virgens e de “prodigioso encanto”. As maravilhas concernentes a esta terra estrangeira também possuíam seus mistérios e perigos, pondera, principalmente o indígena e as feras, como onças e serpentes. “É poética, mas ao mesmo tempo impressionante esta noturna comitiva, que se interna na floresta virgem, a qual, dizendo a verdade, aterroriza o missionário, nas primeiras viagens. O ar que sopra entre as árvores, chega-nos frio e perfumado, algumas vezes anúncio de ventos e tempestades.”⁴⁶ A narrativa de Marzano ao deparar-se com a Mata Atlântica sul-catarinense é a de que a qualquer momento pode ser surpreendido pelos perigos que esta abrangia, embora isso não impedisse o autor de admirar suas belezas:

Para quem nunca pôs os pés em tais florestas, torna-se impossível fazer-se uma ideia do grandioso conjunto e severo espetáculo que elas oferecem à vista do visitante. Aqui tudo é vegetação luxuriante. Múltiplas lianas vão de uma árvore a outra, enlaçando com estranhos anéis os troncos recobertos de musgo. Para não ficar preso pelo pescoço, quase enforcados, convém abrir bem os olhos, ainda mais que a floresta é tão espessa que torna impossível a visão além dos vinte passos. Aqui e acolá entrevêm-se moitas de taquaras, canas vazias muito grossas, munidas de longos espinhos. Estas embaraçam de tal maneira o caminho que fazem com que se torne necessário uma boa espada para abrir uma picada. A vegetação parasitária reveste de tal modo as grandes árvores que formam quase uma coisa só, com elas. Oferecem à vista do homem colunas altíssimas de verdura, interceptadas de quando em quando de crespas orquídeas, cujas flores multicoloridas reúnem-se caprichosamente e formam ramalhetes maravilhosos. Quase a cada cem metros encontra-se um regato de águas cristalinas escorrendo sobre lajes cobertas de musgo, sombreado por arbustos de folhas enormes, quase encoberto e atravessado por

⁴⁶ MARZANO, Luigi. **Colonos e Missionários Italianos nas Florestas do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1985, p. 117.

vegetações enraizadas nas pedras que lhe servem de margem. A cada passo éramos acariciados por estupendas borboletas de asas coloridas, e alegrados pela visão de magníficos pássaros. O estranho zunir do pássaro mosca ou beija-flor, ouvido de perto, parece o rugir duma fera no fundo do bosque e o viajante, quase instintivamente leva a mão ao gatilho da arma.⁴⁷

A floresta compunha um estonteante cenário para Marzano, suas formas grandiosas e fecundas promoviam um particular espetáculo, dada sua rica biodiversidade. No entanto, a cautela perante o inesperado apresentado na Mata Atlântica, em que, a qualquer momento, uma surpresa poderia eclodir de seus caminhos, mantém-se. Seus elogios, referentes às complexas formas de vida encontradas na floresta, estendiam-se aos recursos hídricos, dentre os quais os rios, dotados de fertilidade, direcionavam o interesse do autor. Dentre os diversos peixes encontrados nas bacias hidrográficas do sul catarinense, a tainha, sob sua perspectiva, constituía-se uma ótima alternativa como fonte de proteína para os moradores locais, além de ser extremamente saborosa, pontua.

A natureza sul-catarinense, maravilhosa e poética, em um segundo momento nos relatos de Marzano, aponta para um instrumento a ser domesticado em função do colono “pioneiro”. Ora questionado como portador de um método destrutivo e medieval em sua interação com a natureza, por vezes assume a faceta do vencedor das agruras e dificuldades impostas pelo meio. O desbravador, em sua epopeia, contrasta com a figura do destruidor da natureza. Por fim, ao avaliar o processo de colonização italiana no sul catarinense, o autor não deixa de expor os ideais de seu contexto sociocultural. Na segunda parte de seu relato, intitulada *Evolução e Progresso das Colônias Italianas*, Marzano conclui: “há vinte e cinco anos a mata, ou melhor, floresta, antes ninho de selvagens e de animais ferozes, foi cedida às vigorosas forças dos italianos, os quais a transformaram, com suas fadigas, com seus suores e sacrifícios, em ubertosa terra de agricultura”⁴⁸. Assim, a custo do sacrifício dos que se aventuraram nas belas e perigosas matas catarinenses, a civilização semeia seus frutos, de acordo com Marzano. O modo de vida indígena é representado como sinal de atraso e, caso

⁴⁷ Idem, p. 118.

⁴⁸ Ibidem, p. 52.

esse não se submeta ao europeu, seu extermínio torna-se justificado em função do desenvolvimento dos assentamentos colonizadores.

Acerca de sua concepção de natureza, o historiador Carola pontua: “os relatos do Padre Marzano são ambíguos. A natureza é ao mesmo tempo selvagem e inóspita, magnífica e maravilhosa; o colono é um herói desbravador, como também um predador destruidor”⁴⁹. A abundante natureza que encantou Marzano em sua estadia no sul de Santa Catarina representava a possibilidade de se concretizar, através da colonização um produtivo e fecundo modelo de organização social pautado nos ideais civilizacionais de fins do XIX e início do século XX. Seu domínio e domesticação seriam necessários, em sua perspectiva, e todos aqueles que ameaçavam o curso da evolução civilizacional, sobretudo as populações Xokleng, acabariam por ser duramente exterminados.

De maneira geral, nos documentos e relatos analisados, predomina a concepção de uma natureza sul-catarinense bela, exuberante e maravilhosa, capaz de prover os seres humanos de todas as suas necessidades de existência. Dotada de riquezas, entre elas o carvão, seu despontar econômico era visto como questão de tempo, sobretudo caso essa localidade recebesse a devida atenção por parte das autoridades locais. Mas, para concretizar tais ideais, sua domesticação e domínio acabaram por legitimar-se como medida de empreender assentamentos colonizadores europeus, em sua maioria de italianos e alemães, que seriam os portadores do progresso e civilização, que deveria sobrepujar o atraso pertinente exposto nas extensas florestas e rios.

Embora houvesse uma perspectiva pautada nos ideias de civilização e progresso no processo de ocupação do solo sul-catarinense e, especificamente, em Araranguá nos séculos XIX e XX, o modo de interação entre a população local e o Rio Araranguá apresenta uma série de especificidades socioambientais que transcendem esses paradigmas da vida moderna. Delinear-se-á em Araranguá, sobretudo na primeira metade do século XX, uma concepção de natureza e rio que beira o fantástico, envolto em acontecimentos e aparições inexplicáveis, porém diretamente associados à fartura e beleza deste, que não deixam de estar associadas aos casos de estranhos mistérios ocorridos em seu leito.

⁴⁹ CAROLA, 2010, p. 570.

Objetiva-se, no capítulo a seguir, analisar as especificidades ambientais e socioculturais mantidas nas diferentes formas de interação entre os seres humanos e o Rio Araranguá através de seu apelo fantástico, expresso em contos populares e entrevistas, após breve reflexão sobre os modos de abordagem dos rios como tema de pesquisa por diferentes correntes historiográficas.

3. OS RIOS E A HISTÓRIA

A História Ambiental, como campo metodológico historiográfico, oferece uma série de possibilidades concernentes às mais variadas formas de relação entre o ser humano e a natureza. Entre elas, a abordagem dos rios como objeto de pesquisa apresenta-se para uma das questões basilares quanto às problemáticas que envolvem os processos humanos de coevolução com o meio natural, permeada por estudos que envolvem a relação entre os rios e desenvolvimento industrial, construção de barragens, degradação e contaminação de bacias hidrográficas, impactos da agricultura moderna, relacionados ao intenso uso de agrotóxicos, consumo e poluição de recursos hídricos, e desmatamentos de matas ciliares e florestas. De forma geral, esses pontos elencam a abrangência de análise pertinente a essa temática, assim como eixos de pesquisa voltados para as particularidades sociais, culturais e ambientais estabelecidas entre comunidades tradicionais e rios, e o papel desses no processo de colonização e ocupação do solo, demonstram-se relevantes e frutíferas possibilidades para o historiador ambiental.

Porém, os rios, enquanto tema de análise e produção histórica, não representam um campo essencialmente novo de pesquisa. Mas os questionamentos presentes nos impactos da ação humana sobre a natureza e os rios e a forma como esse processo histórico interfere no cotidiano das pessoas e também no seu fluxo de manutenção ecológica, revela-se um tema essencialmente moderno⁵⁰. Assim, ao elencar o rio e os demais sujeitos que compõem o seu ciclo histórico e biológico como dimensão de objeto de pesquisa, cabem algumas reflexões para compreender a historicidade concernente a este, que através de suas correntezas provê os seres humanos de seu sustento, significando e atribuindo sentidos a todos que dependem de seus recursos para assegurar sua sobrevivência.

Fruto de construções sociais e dotados de particularidades, territorialidades e temporalidades, o modo de interação que diferentes sociedades estabelecem com a natureza, e especificamente com o rio, acaba por abranger a “confluência de uma cultura que se inventa em seu leito, que está no rio, e de um rio que se conhece pelas linguagens e se

⁵⁰ Ver: PÁDUA, José Augusto. **As Bases Teóricas da História Ambiental**. Revista Estudos Avançados, vol. 24 (68), 2010. p. 81-101.

vive nas relações que se faz na hibridação entre natureza e cultura”⁵¹. Essas intersecções, relativas às diferentes formas de apropriação e significação cultural da natureza, que emergem num espaço (rio) e tempo, apresentaram diferentes representações na produção historiográfica. Os rios ora denominaram-se fronteiras naturais, traços de união cultural, fonte de poder político e econômico, propulsor de progresso e ruína, e até portadores de mistérios e episódios fantásticos. Logo, cabe questionar: como os rios foram apropriados por diferentes sociedades no tempo histórico? O que é um rio? Qual o seu papel para a formação de uma sociedade? E de que forma as produções historiográficas analisaram esse tema em suas reflexões?

A partir de um convite efetuado pela *Société Générale Alsacienne de Banque*⁵² (SOGÉNAL), em função de seu 50º aniversário, o historiador cofundador da escola dos *Annales*, Lucien Febvre, inicia sua pesquisa, dedicada a analisar as áreas de influência e as querelas do banco ligadas ao Reno⁵³ e à navegação e territórios ligados à sua margem esquerda, alvo de disputa reivindicado por alemães e franceses.

A obra, publicada em 1935, intitulada *Reno. Problemas de história e economia*, traz como enfoque uma perspectiva das relações sociais e econômicas estabelecidas nas margens do Reno. Diferentemente dos estudos consolidados até então, marcados por uma historiografia que, segundo Febvre, seria repleta de “pseudofatalidades”, em que o foco das pesquisas pautava-se em conflitos e disputas políticas e diplomáticas sob uma ótica progressivo-linear da história, constantemente atribuída à escola Metódica, Febvre propõe um estudo de “seres reais que, nos bons ou nos maus períodos, vivem em uma determinada região, trabalham, rezam, amam, odeiam, e se adaptam a seu ambiente natural e social, ao mesmo tempo em que se

⁵¹ PAULA, Karuna Sandi de. **Travessia por “Terceira Margens” de um Rio: natureza e cultura no rio Jaguaribe-CE (séculos XIX-XX)**. 2011. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Pernambuco. 2011, p. 7.

⁵² Fundado em Estrasburgo no ano de 1881, o SOGENAL, banco financiador da obra de Febvre, possuía como área de atuação as regiões da Alsácia e Moselle. Em 2001, foi incorporado pela Societe Generale.

⁵³ Rio situado na Europa, que atravessa em seu curso seis países (Suíça, Áustria, Liechtenstein, Alemanha, França e os Países Baixos).

transformam”⁵⁴. Assim, objetiva salientar que o rio, no caso, o Reno, em função das relações humanas construídas em seu vale, possui uma história passível de diversas perspectivas e interpretações.

Ao se pensar as paisagens pertinentes ao contato com um rio, ou apenas evocar seu nome, isso gera construções sociais que denotam para as particularidades remetentes às relações de determinado indivíduo/sociedade para com o meio natural/rio. Porém, para Febvre, o que seria um rio? E quais os seus diferentes significados e atribuições para as diferentes populações que no seu leito se estabeleceram? Enfatiza o autor que os rios não são criados exclusivamente pela natureza, mas sim, denominam-se frutos de uma escolha pensada e de uma vontade consciente construída pelos seres humanos. O rio, seus afluentes e fronteiras, não passam de uma construção humana. “Muito bem. Quem decidiu: aqui o rio, ali seus afluentes? A natureza ou o homem? Um indivíduo, o rio – mas não criado tal e qual pela natureza; forjado pelo homem, nascido de uma escolha pensada e de uma vontade consciente”⁵⁵.

O Reno, moldador de culturas humanas que se estabeleceram ao longo de seu leito, mas também moldado pelas milenares intervenções humanas de romanos, celtas e germânicos, constituíra-se uma fronteira natural? Suas artérias fluviais indicavam uma função modeladora e organizadora do espaço? Os rios, desde civilizações antigas, ajudaram a sedimentar diversos modos de ocupação humana no tempo histórico. Destacam-se o Nilo para o Egito, o Tigre e o Eufrates para os povos da Mesopotâmia. No período moderno, o Sena para Paris, o Tâmesa para Londres e o Tietê para São Paulo. Mas representar o Reno como um divisor natural do espaço entre as diversas populações que ocuparam suas margens seria cair no que Febvre remeteria a um dos piores equívocos que o historiador poderia cometer: o do anacronismo. O tema do Reno como fronteira natural emerge apenas no contexto político dos séculos XVI-XVII, aprofundando-se no século XIX em função do nacionalismo. Logo, transferir valores emergentes há no máximo três séculos para universalizá-los na história do Reno como fronteira natural seria um equívoco, para Febvre. “Linhas fronteiriças, não, zonas.

⁵⁴ FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 36-37.

⁵⁵ Ibidem, p. 72.

Degraus divisórios, muitas vezes; mas nem sempre. Entre elas, há traços de união”⁵⁶.

O Reno seria naturalmente um ponto de confluência política, econômica e social marcada por trocas (também disputas) culturais. Esse traço de união defendido por Febvre, permeado por complexas relações que se constroem socialmente no tempo histórico, não possui uma única cultura merecedora e preponderantemente pertencente de suas margens. Auxiliado por uma metodologia interdisciplinar (geografia, linguística, antropologia e arqueologia), o autor conclui que constantemente houve trocas, associações e conquistas que transformaram as relações humanas, seus costumes e, conseqüentemente, desconstrói o senso de unidade cultural defendido por alguns povos, principalmente o discurso alemão de possuir por “natureza” a margem esquerda do Reno devido a sua origem e unidade histórica na localidade pretendida.

Foram as influências “alemãs” que, triunfantes, dominaram o Reno? Alemãs, estranho delírio... Entre esses francos merovíngios e carolíngios, falando um dialeto germânico, vivendo, combatendo, pensando à moda bárbara, e a Alemanha ou mesmo a França de hoje – qual a relação? Não vamos fazer o ridículo papel de querer transportar para os séculos VII, VIII e IX da nossa era realidades políticas dos séculos XIX e XX.⁵⁷

Crítico mordaz da preponderância tanto alemã quanto francesa do Reno, Febvre, mais uma vez, alerta para o reducionismo que implicações políticas e econômicas do tempo presente como explicativas do passado se apresentam ao historiador. Assim, do Reno, construído pelos seres humanos, espaço de disputa, traço de união, de confluência econômica, política, religiosa, linguística e cultural, sob a perspectiva socioeconômica do cofundador dos *Annales*, emerge uma sólida reflexão sobre a relação entre diferentes sociedades e o Reno.

Com semelhante concepção histórica de rio articulada por Febvre no que tange às diferentes relações de trocas, disputas e aprendizados ocorridos nos rios, através de uma abordagem interdisciplinar que, além da história, dialoga com a geografia, economia

⁵⁶Ibidem, p. 85.

⁵⁷ Ibidem, p. 131.

e antropologia, Sérgio Buarque de Holanda, ao pensar o papel dos rios no processo de ocupação do solo brasileiro, referente ao estabelecimento das rotas de comércio e povoação, chamadas de monções, entre os séculos XVII-XVIII, questiona a ideia de fronteira colonial como o preenchimento de espaços vazios, somados à presença de uma natureza grandiosa, quase que inabitada, desprovida de presença ou influência indígena. O debate proposto a partir da publicação do livro *Monções*⁵⁸, em 1945, critica as concepções historiográficas expostas nas obras de historiadores como Capistrano de Abreu, Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Júnior e Paulo Prado, entre outros⁵⁹.

Salienta Holanda que pensar a formação territorial brasileira envolve a reflexão sobre a relação entre natureza e cultura, inteiramente associada aos embates e trocas culturais dos diferentes povos que perpassaram ao longo de sua história. Entre eles, a presença e influência indígena e a sua relação com os rios assumem ponto central em sua obra. Historicamente invisibilizados, produziram vivências e aprendizados com o meio natural, inclusive influenciando e auxiliando os bandeirantes e monçoeiros em suas trajetórias. Ressalta, sobre esse aspecto, que “não se pode afirmar que durante a era colonial o imigrante europeu tenha acrescentado grande coisa à arte de navegação interior, tal como já encontrara, praticada entre o gentio”⁶⁰. Pois, para a transposição das vias fluviais, em muitos casos marcadas por trechos encachoeirados e acidentados, o conhecimento e prática de embarcação indígena se mostrou de extrema importância para os estrangeiros, que através do uso da canoa de casca, pelota, ubá, estivas, pinguelas, balsas e pirogas fizeram possível a efetivação das rotas de comércio e povoação.

⁵⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções**. São Paulo: Ed Brasiliense. 3ª ed. 1990, p. 19-42.

⁵⁹ A natureza e as populações indígenas eram representadas no início do século XX, de forma geral, por esses historiadores, como estáticas e a-históricas. Embora salientassem a influência da geografia no modo de ocupação, os rios apresentavam a possibilidade de viabilizar a conquista e posse do território brasileiro, assegurando a marcha para o Oeste, através da anexação do sertão ao território brasileiro, figurada na atuação dos bandeirantes e monçoeiros. Ver mais em: CORRÊA, Dora Shellard. **Os Rios na Formação Territorial do Brasil. Considerações sobre a Historiografia Paulista**. In: III Encontro da ANPPAS, 2006, Brasília – DF. 16 p. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT5.html

⁶⁰ HOLANDA, 1990, p. 28.

A influência indígena não ocorreu apenas no campo da construção de embarcações. Alude-se, também, ao constante uso de produtos medicinais e alimentícios, utilização de caminhos (terrestres e fluviais), implementação da caminhada em fila única pelas matas, entre outros. Assim, o seu modo de vida, capaz de produzir impacto nas áreas ocupadas, foi de suma importância e aprendizado para “o europeu que aqui buscava saciar suas ambições predatórias”⁶¹.

Os rios apresentavam uma múltipla função para as diferentes populações que passaram por suas margens. Como caminhos de transporte para rotas comerciais, de povoação e de qualquer outro tipo de deslocamento, quando se esgotavam as opções terrestres. Provedor de necessidades básicas de sobrevivência, para algumas populações indígenas possuía uma função mística, além de estar integrado ao cotidiano dos núcleos estabelecidos próximos ao seu leito. Da confluência dessas diferentes formas de interação, emergiram embates, trocas, produção de saberes em âmbito político, econômico, ambiental e cultural.

Além dos enfoques socioeconômicos destacados, consolidados em estudos clássicos, os rios e, de forma abrangente, a natureza enquanto objeto de pesquisa, passaram a suscitar novos olhares e questionamentos por parte dos historiadores. Isso se deu não apenas devido a discussões internas relacionadas à metodologia do fazer historiográfico, mas também articulada aos questionamentos das contradições do modo de produção industrial e os efeitos nocivos que esse provocou no meio natural. Assim, a natureza sob o campo historiográfico da história ambiental, em meados da década de 1970, passa a ganhar ênfase. E um dos seus principais expoentes, o historiador estadunidense Donald Worster, propõe novas reflexões para pensar a relação entre os seres humanos e a natureza, e, de forma mais específica, os rios.

Worster, ao propor, na década de 1980, pensar como um rio⁶², elenca a necessidade de uma sensibilidade ética e moral que equacione as necessidades produtivas e a disponibilidade de recursos naturais. No entanto, a pressão impulsionada pelas necessidades mercadológicas de

⁶¹ Ibidem, p. 207.

⁶² WORSTER, Donald. **Pensando como um rio**. In: ARRUDA, Gilmar (org.). **A Natureza dos Rios. História, Memória e Territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

acúmulo de capital, e a incompreensão dos contemporâneos de seu meio, postam-se como obstáculos. Diante dessa problemática, questiona o autor: como entender a água, sendo que essa possui uma natureza móvel, volátil e incerta? “Caindo das nuvens, encharcando as raízes, correndo para os córregos e mares. Nunca foi fácil extrair vida de algo tão móvel e esquivo, tão inflexível e ainda tão vulnerável quanto a água”⁶³.

Aprender a pensar como um rio, sobretudo na produção agrícola industrial no oeste americano, para Worster, envolve uma nova percepção de natureza, política, economia e sociedade, na qual o primeiro ponto para essa mudança, com o intuito de estabelecer um convívio duradouro e sustentável com a natureza, seria adaptar o nosso modo de vida e comportamento aos limites de disponibilidade dos ciclos hidrológicos. Logicamente, a efetivação desses ideais enfrenta uma dura realidade ao deparar-se com o contexto político-econômico em que foi concebido. Porém, as alternativas de produção agrícola passam a ganhar cada vez mais espaço e voz, à medida que intermináveis entraves e impactos ambientais relacionados à mecanização da agricultura, o controle dos rios, o uso de pesticidas, fertilizantes, contratação de trabalhadores em condições ilegais de trabalho e a salinização de áreas agricultáveis demonstram-se de alto risco e ineficientes para uma agricultura sustentável.

Frente a essa problemática, para compreensão do rio circular⁶⁴, torna-se necessário contrabalancear os imperativos do cálculo econômico com a racionalidade ecológica, pois a busca desenfreada pela produção agrícola ilimitada, aparentemente segura e sólida, mostra-se inteiramente ligada aos problemas e fragilidades do clima, redução da produtividade, impactos na qualidade de vida e redução da fauna e flora,

⁶³ WORSTER, 2008, p. 27. (Texto originalmente publicado em 1984).

⁶⁴ O ciclo tem servido aos humanos como modelo de mundo natural. Civilizações antigas viram nele a figura de um modelo básico de vida: o ciclo do nascimento, da morte, e do retorno à essência do ser humano. Recentemente, a ciência tem acrescentado àquela antiga metáfora religiosa uma nova percepção: o movimento da água em um interminável e estável movimento em círculo, como um modelo para o completo entendimento da economia da natureza. Aldo Leopold, sugeriu que a natureza é como um “rio circular”, como uma correnteza fluindo dentro dela mesma, girando em círculo num incessante circuito, fluindo através de todo o solo, da flora e da fauna da terra (WORSTER, 2008, p. 28).

entre muitos outros fatores. Mas isso revela a nossa incompreensão do meio natural e, sobretudo, dos rios. “Como nós não pensamos como os rios funcionam, nossa agricultura irrigada será sempre um exercício inútil de tentar anular as leis naturais da correnteza”⁶⁵. Portanto, ir contra a lógica do mercado, propor uma consideração moral da natureza e pensar as complexidades locais para um projeto agrícola seriam algumas das proposições de Worster para pensar a relação dos seres humanos com os rios.

No Brasil, os rios como temática de pesquisa, sob o enfoque da História Ambiental, passaram a ganhar ênfase a partir da década de 1990, através de abordagens interdisciplinares, que dialogam com diversas áreas do saber, entre elas a geografia, a antropologia, a economia e a biologia. Destacam-se, a seguir, algumas das vertentes dessa prática metodológica, que são: análises em torno da relação entre os rios e práticas cotidianas; críticas à ideia de progresso e ruína; os rios e o tempo histórico e biológico; e a sua função de atribuidor de sentidos e significados.

O historiador Janes Jorge, ao estudar o primeiro meio século republicano em São Paulo, percebe os impactos ambientais, sociais, políticos e econômicos que o modelo de desenvolvimento industrial provocou para a cidade, e, especialmente, para o rio Tietê, que foi dominado pelos interesses rodoviários, pelo processo nefasto de industrialização e pelo despejo de dejetos de esgoto e lixo entre 1890-1940. Por meio de referenciais da história do cotidiano, história regional, história ambiental e da geografia histórica, Jorge problematiza as metamorfoses associadas à vida, ao trabalho e ao cotidiano ocasionadas pelo progresso econômico, e, com ele, os custos ambientais evidenciados na completa poluição e perda do Rio Tietê.

Além do contraponto ao ideal de desenvolvimento e progresso, Janes Jorge estuda as particularidades mantidas entre a sociedade de São Paulo e o Tietê. O rio marcava uma relação de aprendizado em que desaguavam em seu leito práticas e saberes construídos por diversos povos nos mais variados tempos históricos. Seu leito apresentava-se como um local de trocas culturais, e, para as populações excluídas do processo de industrialização que delineava-se em São Paulo, conhecer o Tietê significava uma das maneiras de se evitar a fome e o desemprego.

⁶⁵ WORSTER, 2008, p. 30.

Assim, além de assegurar a sobrevivência de seu contingente populacional, o Tietê oferecia a possibilidade de lazer, transporte de produções econômicas, práticas de esporte e até sedimentava no imaginário da população acontecimentos inexplicáveis e trágicos.

Elencar a relação entre rio e cotidiano amparado nos referenciais da história ambiental, para o autor, apresenta uma série de especificidades estabelecidas entre a sociedade de São Paulo e o Rio Tietê. Entre elas, a pesca aponta para uma prática constante que, através de variadas formas e técnicas, compõem o seu papel de atribuidor de saberes e invenções culturais. Dentre as diversas técnicas, destaca-se a pesca por “esgotamento de lagoas” formadas após as enchentes nas várzeas, em que:

Escolhida a lagoa, forjávamos uma espécie de dique em sua volta, e todos, armados de latas e latões, íamos atirando a água para fora, até secarmos a lagoa. Aí então, era só vasculhar, com uma peneira ou com uma pá, o leito escuro e lamacento e o peixe vinha aos montes. Muitos deles se ocultavam tão fundo que era necessário cavar forte para encontrá-los.⁶⁶

Além do esgotamento de lagoas, a técnica de pesca por cercamento de peixes, que saíam dos rios e se acumulavam em campos alagados após vários dias de chuva, evidenciava-se recorrente. Nos cercamentos, a Tabarana tornava-se presa fácil das redes e tapumes, garantindo o alimento à mesa não só dos ribeirinhos, mas da população em geral. Modalidades de pesca indígena permaneceram no cotidiano paulista, como a pesca por imersão do timbó, planta que, ao ser colocada na água, atordoa os peixes, tornando-os de fácil captura. E, o método de pesca pari, que aprisionava os peixes em barreiras feitas de taquara (ou cipó) nas margens do rio.

A presença de mulheres negras de “saías sungadas” se fez presente na pesca de crustáceos e camarões. Nesse contexto, “não só a pesca era comum, como igualmente a caça, a coleta de frutos, de plantas alimentares ou medicinais, e, o corte e a cata de lenha. Tais atividades eram fundamentais para garantir a sobrevivência dos menos

⁶⁶ JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu**: São Paulo, 1890-1940. São Paulo: Alameda, 2006. PENTEADO apud JORGE, 2006, p. 88.

favorecidos”⁶⁷. Importante ressaltar que essa proximidade com o Tietê acabava por proporcionar uma diversificação na cozinha devido à grande variedade de peixes e animais que compunham a biodiversidade local. Pratos e quitutes como “empanadas de farinha de milho”, “piquiras” ou “cuscuz de bagre” e “camarão de água doce” eram frequentes na mesa da população.

As lavadeiras representaram um importante papel na formação do cotidiano paulista em sua relação com o Tietê. Em busca de água abundante, limpa e gratuita, se utilizavam da beira de rios e córregos para suas atividades. Inclusive, acabavam se tornando alvo de admiração de muitos senhores ricos ou com prestígio, que “se reuniam na ponte do Mercado para ficar apreciando a beleza das lavadeiras do Tamanduateí”⁶⁸.

Além das atividades citadas, as margens do Tietê denotavam para palco de encontros, inspiração de poesias e local de práticas de esportes. Dentre eles, natação, saltos ornamentais e competições de barcos a remo estiveram presentes na formação de várias sociedades esportivas. Porém, com regulamentos altamente elitistas, impediam as camadas populares de participar dessas competições. Nem por isso a grande parte da população ficou sem se utilizar do rio como prática de lazer. Em vários locais, escandalizava os costumes morais da época a presença de jovens e crianças banhando-se nus em plena luz do dia “descaradamente” em frente ao mercado público. Em denúncias às autoridades, referenciava-se esses espaços de lazer como os “coliseus do vício” ou os “templos da orgia”.

O Tietê também apresentava uma face de perigo e mistério. Registravam-se em suas margens altos índices de mortes por afogamentos, abandono de crianças e suicídios. Despertando nos moradores histórias de assombrações remetendo ao imaginário e ao medo do racionalmente inexplicável, a água que assegurava a sobrevivência e lazer das populações envolvidas também atemorizava.

Essas especificidades entre ser humano/Tietê passam a ser abarcadas pelo processo de industrialização de São Paulo, que em busca do progresso acaba por virar as costas da cidade ao rio. E, aos poucos, os aterramentos suspendem as atividades das lavadeiras; o monopólio da

⁶⁷ JORGE, 2006, p. 93.

⁶⁸ Ibidem, p. 119.

*Light and Power*⁶⁹ resignifica as atividades extrativistas sob a ótica do lucro indiscriminado (mecanizando o processo de extração e gerando o empobrecimento dos barqueiros); as constantes retificações; os despejos de dejetos e esgotos impedem as antigas práticas de pesca e lazer; os desmatamentos; o surgimento de favelas próximas às suas margens. Enfim, “nas últimas décadas do século XX, para a maioria dos habitantes de São Paulo, o encontro cotidiano e quase sempre feliz com os rios, córregos e lagoas se perdera”⁷⁰.

Contrapondo o discurso de progresso civilizacional a todo custo, o historiador Victor Leonardi argumenta que além do crescimento político-econômico, uma determinada forma de interação com os rios pode ocasionar a desestruturação de todo um modelo de organização social coesamente construído. Ao analisar o processo de ocupação humana no Vale do Rio Jaú⁷¹, o autor elenca a necessidade de uma mentalidade econômica capaz de respeitar as dinâmicas da cultura local sem destruí-la com a justificativa do progresso civilizatório. Fundamentado em referenciais da História Social e Ambiental, o autor objetiva perceber as relações entre cultura e natureza presentes no extrativismo local ocorrido no Vale do Jaú a partir do processo de colonização portuguesa no século XVII. O velho Airão⁷², fundado em 1694 às margens do Rio Jaú, em 1994 encontrava-se em completa ruína, sem nenhum morador sequer. Logo, questiona Leonardi: “o que acontece com uma povoação ao longo do tempo, quando seus habitantes

⁶⁹ **São Paulo Tramway, Light and Power Company**, também conhecida como **Light São Paulo**, foi uma empresa de capital canadense, que atuou em São Paulo em atividades de geração, distribuição de energia elétrica e transporte público entre 1899-1981.

⁷⁰ Ibidem, p. 210.

⁷¹ Afluente do Rio Negro que deságua no Amazonas.

⁷² Velho Airão ou Airão Velho, como é chamado pelos moradores de Novo Airão, é um povoado quase desabitado no estado brasileiro do Amazonas. Foi no passado uma vila de média importância, denominada apenas Airão, fundada no ano de 1694, sendo a primeira povoação às margens do Rio Negro, mais antiga que a primeira capital do Amazonas. É o local da antiga sede do município de Novo Airão. Está localizada dentro do Mosaico do Baixo Rio Negro no Parque Estadual Rio Negro Setor Norte. Fonte: Wikipédia.

perdem o ânimo e o entusiasmo, quando a desesperança começa a estilhar antigos vínculos culturais ou fatores de coesão social?”⁷³

Para elencar as particularidades da cultura extrativista (óleos vegetais, resinas, frutos corantes, borracha), marcada por uma profunda relação de proximidade entre as populações do Vale do Jaú com a natureza, e evidenciar suas contradições, que ocasionaram a ruína do velho Airão, Leonardi, propõe a multidisciplinaridade (dialogando com a ecologia, botânica, zoologia, geologia e economia) como ferramenta de contraposição aos reducionismos, à exaltação de uma natureza superdimensionada, a pensar os seres humanos acima da natureza e a generalizações e homogeneizações.

Segundo Leonardi, as primeiras leva populacionais no Velho Airão foram motivadas pelos trabalhos de catequização e pelas caçadas a contingentes indígenas entre os séculos XVII-XVIII. Através do tráfico, a mão de obra composta pelas comunidades de Manaos, Jumas, Tarumãs, Barés, Aroaquis e Tucuns, reduzidas à escravidão (sem esquecer as resistências), tinham como função abastecer os engenhos de açúcar de Pernambuco e Maranhão.

Apenas em um segundo momento, no século XIX e nas primeiras duas décadas do XX, o extrativismo passa a ocupar lugar de destaque, justamente aproveitando os conhecimentos seculares das populações indígenas. Se para o colono português a natureza era estranha e impenetrável, para os indígenas a natureza era a mãe que lhes fornecia seu sustento. Nesse aspecto, óleos com funções alimentícias, medicinais e artísticas permeavam o cotidiano extrativista do Vale do Jaú. “Copaíba, cujo óleo era utilizado como medicamento; Miriti, onde se encontra a palmeira buriti; Mangarataia, que é o nome de uma raiz semelhante ao gengibre, também com uso medicinal”⁷⁴, além do óleo de macucu (usado para pintura), óleo de carrapitu (purgante) e óleo de cumaru (perfume).

A paisagem do Vale do Jaú se altera profundamente a partir do processo de extração da borracha iniciado na década de 1880 (até então seguida de pequenos fluxos de crescimento e estagnação econômica). O vale encontra seu caminho para a civilização, acentuada pela chegada de

⁷³ LEONARDI, Victor. **Os Historiadores e os Rios**: natureza e ruína na Amazônia. Brasília: Editora UnB, 1999, p. 21.

⁷⁴ LEONARDI, 1999, p. 76.

imigrantes paraibanos e cearenses. Os conhecimentos específicos da região se alteram para dar início a uma nova relação de práticas e saberes constituída pela nova onda migratória. Aqui, a perspectiva da floresta impenetrável advém de uma falta de conhecimento das particularidades locais da região, pois, através de um olhar cuidadoso e de longa duração, a floresta e o rio apresentam possibilidades e meandros, tanto no plano ambiental quanto cultural.

A euforia causada pelo extrativismo da borrach gerou toda a criação de hábitos extravagantes de consumo, nos moldes europeus da *Belle Époque* francesa do fim do século XIX, pela elite política local. Esses aspectos, somado à falta de diversificação econômica, concentração de renda, falta de infra-estrutura, extermínio das populações indígenas e falta de valorização e reconhecimento de seus saberes tradicionais, levaram o velho Airão à completa decadência.

Essa desconsideração com os saberes locais, somada à ruptura no plano cultural, à especialização monocultora da extração de borracha, à produção excessiva e à desarticulação na relação dos homens com a natureza, acabaram por levar o Velho Airão a sua derrocada. “É como se a modernidade tivesse seu fim e ali naquele pedaço do Amazonas tudo terminara em ruína”⁷⁵. Assim, a natureza e os rios, responsáveis e alavancadores do progresso civilizacional e acúmulo de riquezas, também demonstram-se berço de ruína quando não ouvidos e quando não possuem um plano de organização que considere seus ciclos e movimentos.

Gilmar Arruda, ao problematizar o atual estado de degradação ambiental dos rios, de forma geral, fruto da apropriação desequilibrada dos recursos naturais, que envolvem canalizações, construções de barragens, pontos de despejo de dejetos domésticos e industriais, salienta que, apesar destes permanecerem esquecidos pela sociedade, os rios apresentam uma dimensão simbólica, sendo embebidos de significados pelas diferentes populações que em seus leitos se estabelecem, reafirmando a concepção de Febvre, para quem os rios, apesar de sua materialidade, possuem uma dimensão que é fruto de construções socioculturais humanas.

O rio, com suas imagens, suas histórias, seus relatos, como aparece nos documentos, trata-se de

⁷⁵ Ibidem, p. 173-174.

uma construção humana, antes de mais nada. Ao evocar uma referência, o homem sente brotar dentro de si imagens, memórias, histórias relacionadas àquele rio. Mas ainda assim, ele continua lá, no mesmo lugar, desde há muito, bem antes do *Homo sapiens* dar seus primeiros passos. Os rios contém parte desta antiga história das relações entre os homens e o mundo natural.⁷⁶

Ao elencar o rio como objeto de estudo, Gilmar Arruda destaca a possibilidade de se estabelecer marcos de periodização no processo de coevolução entre ser humano e rio no tempo histórico. No caso específico, sobre o Rio Tibagi, no Paraná, afluente do rio Paranapanema, pertencente à grande bacia do Rio Paraná. Ele percorre uma distância de 600 km até chegar à foz de seu afluente.

Para compreensão desses marcos coevolutivos, Gilmar Arruda, por meio da História Ambiental, propõe que “o estabelecimento das temporalidades inerentes às mudanças e permanências significativas da coevolução entre ser humano e natureza envolve duas categorias de tempo: o tempo histórico e o tempo biológico”⁷⁷, que seria a percepção de diferentes dimensões temporais que abrangem não só as temporalidades e historicidades das construções culturais humanas sobre determinado objeto, mas perceber que antes dessas transformações, ocorreram mudanças biológicas significativas, sem a intervenção humana. Essas temporalidades, sobrepostas em diferentes dimensões, dialogam entre si e evidenciam a necessidade de uma reflexão tanto sobre a historicidade das sociedades humanas quanto sobre a historicidade dos sistemas naturais.

É através dessa prerrogativa que Gilmar Arruda propõe uma História Ambiental do processo de ocupação humana delineado às margens do Rio Tibagi. O autor elenca como primeiro marco coevolutivo a presença de civilizações humanas datadas de 7.000 anos antes do tempo presente, sendo intensificadas no século XVI, com o

⁷⁶ ARRUDA, Gilmar (org.). **A Natureza dos Rios**: história, memória e territórios. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2008, p.10.

⁷⁷ ARRUDA, Gilmar. **Descendo o Rio**: alguns apontamentos para uma história ambiental do rio Tibagi-PR. In: _____. FRANCO, José Luiz de Andrade. et al (org.). **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 208.

início da colonização europeia, marcada pelas missões jesuíticas, presença de bandeirantes e caça às populações indígenas guaranis.

No século XVIII, segundo o referido autor, ocorre um pequeno aumento do processo de ocupação do solo devido ao comércio e produção de gado, impulsionados pela produção aurífera no sudeste e centro-oeste do país, e com ela há o aumento da concessão de sesmarias. À medida que as invernadas e os pontos de parada originários das campanhas dos tropeiros surtem efeito, concomitantemente ocorre um modo de apropriação simbólico da natureza, por meio do auxílio e uso de métodos científicos, como a criação de mapas, cartografia e corografia, além da abertura de estradas, surgimento de vilas e introdução de elementos da biota do velho mundo.

A partir do século XIX, os marcos de coevolução às margens do Tibagi intensificam-se num ritmo cada vez mais acelerado, sobretudo após a criação da **Colônia Militar de Jatahy** (1851) e do **Aldeamento de São Pedro de Alcântara** (1855). Estes representavam uma nova fase da “Guerra de Conquista” da natureza e dos territórios indígenas, somados ao início da produção cafeeira, que iria formar o que autor chama de a “segunda natureza”. E, no século XX, após a Segunda Guerra Mundial, ocorre a introdução de pesados usos de agrotóxicos para abastecimento do *agrobusiness*, com a introdução do *feijão soja*, estabelecimento de empresas de celulose e grande aumento populacional. Entretanto, nenhum desses empreendimentos “se compara na capacidade de alterar a “natureza” do curso do rio como a tecnologia de barragem para a produção de energia, ou seja, para a transformação de sua força hidráulica em energia elétrica”⁷⁸.

O autor questiona o caráter predatório e devastador do que ele chama de a “era das grandes barragens” delineadas na segunda metade do século XX na bacia do Tibagi. Ressalta que essa forma de apropriação, marcada por um discurso estritamente científico, ocasiona deficiências na compreensão humana de seu meio natural, e também de questões internas à produção historiográfica, demonstrando-se um dos desafios a serem encarados pelos historiadores da perspectiva ambiental. Nesse sentido, pensar as diferentes formas de temporalidade e espacialidade de forma a articulá-las às dimensões do tempo biológico e histórico, pode ser uma das contribuições que os historiadores

⁷⁸ Ibidem, p. 221.

ambientais têm a oferecer como ferramenta de compreensão do tempo presente.

A historiadora Eunice Sueli Nodari, ao analisar o papel do Rio Uruguai, que faz a divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, assim como entre o Brasil e a Argentina, demonstra o quanto essas fronteiras são fluidas. O Rio Uruguai foi usado para o deslocamento de diferentes grupos humanos, assim como de animais e plantas. De acordo com a autora, “os indígenas moviam-se do Rio Grande do Sul para o Oeste de Santa Catarina, assim faziam também os caboclos coletores de erva-mate com suas agriculturas de subsistência e, por último, os migrantes, descendentes de europeus”⁷⁹. Eunice Nodari ainda menciona o uso do rio para escoamento da produção agrícola, principalmente de madeiras das florestas da região, através de balsas para a República Argentina⁸⁰.

Ao analisar o processo de degradação ambiental do Rio Mãe Luzia, pertencente à Bacia do Rio Araranguá, localizado no extremo sul catarinense, os historiadores Carlos Renato Carola e Nilso Dassi problematizam a dinâmica urbana moderna, que contrapõe o ser humano ao meio natural a ponto de tornar este um recurso mercadológico. No caso do Rio Mãe Luzia, referente à região carbonífera de Santa Catarina, e, conseqüentemente, detentor da microbacia mais poluída do Brasil pela mineração do carvão, os autores questionam a ideologia do progresso civilizacional que imperou no extremo sul do Estado, a ponto de “induzir a população a acreditar que o “carvão mineral” seria o seu “ouro negro”, e que a poluição dos rios era o custo necessário desse progresso”⁸¹.

Como contraponto à perspectiva dos rios e do meio natural como itens a serem devastados para promoção do progresso e do desenvolvimento econômico, aqui os rios assumem a forma de seres ecologicamente vivos, dotados de energia e movimento. Assim sendo:

⁷⁹ NODARI, Eunice Sueli. **Fronteiras fluídas**: florestas, rio Uruguai e a ocupação da região. In: Zarth, Paulo A. (org.) **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida, Chapecó: UFFS, 2012, p. 229.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ CAROLA, Carlos Renato; DASSI, Nilso. **Era Uma Vez o Rio Mãe Luzia**. Criciúma: UNESC, 2014, p. 25.

O rio é pai dos homens e das árvores, dos animais e das plantas. Sem ele não há peixes; nem aves, também. Não há colheitas, nem flores, nem vinho, nem bois, e o homem foge, queimado pelo sol. O rio é uma pessoa. Tem nome. Esse nome é velho, porque o rio, ainda que moço, é muito antigo. Existia antes dos homens e antes das aves. Desde que os homens nasceram, amaram os rios, e tão logo souberam falar, lhes deram nome.⁸²

Assim como em demais obras historiográficas amparadas na perspectiva ambiental, o Rio Mãe Luzia (um dos afluentes do Rio Araranguá) não é reduzido apenas à função de alavanca para a ocupação do solo ou de propiciador do crescimento econômico. Seu ciclo hidrológico possui um importante papel para a manutenção da vida e biodiversidade locais. Ao ser questionado e historicizado, assume um importante papel de ator em sua dimensão cotidiana e de proximidade que estabelecia com os moradores da região.

Ao evocar as memórias concernentes às práticas e saberes representadas sobre seu leito, o Mãe Luzia aparece como palco de transporte, de constante presença das lavadeiras, de lazer, envolvendo banhos diários, pesca, em que a diversidade e fartura de peixes é comumente lembrada pela população. Também se registra a existência de engenhos de farinha, descascadores de arroz e serrarias movidas pelas águas do rio.

Porém, cabe ressaltar que as memórias do Mãe Luzia possuem um duplo caráter: um alegre, ao se lembrar suas belezas, diversidade e relevância para o cotidiano da comunidade em geral que na primeira metade do século XX cresceu com esse rio, e outro melancólico, ao se diagnosticar os impactos da produção carbonífera. Agora, as novas gerações crescem de costas para o rio, que se antes enfeitava poemas, versos e músicas, dotado de uma beleza única devido a sua cor verde-azulada, hoje mostra-se um esgoto, com uma cor amarelo-escuro carregada pela água de carvão e seus metais pesados (enxofre, Manganês, Ferro etc.).

A antiga exuberância representada na extensão da Mata Atlântica e na fascinação que causavam as águas cristalinas e piscosas,

⁸² NÓBREGA apud CAROLA; DASSI, p. 26.

não apenas do Rio Mãe Luzia, mas dos rios que abarcavam a região (Rio Araranguá, Rio São Bento), apresentaram uma relação ser humano/natureza diferenciada da consolidada a partir da segunda metade do século XX, primeiramente representada como sinal de pouco conforto e pouco progresso. A vida rural e urbana simples vivenciada nos primeiros séculos da colonização assume uma face de sacrifício. Mas à medida que os impactos da produção carbonífera, da agricultura com uso de agrotóxicos, e do despejo de esgotos domésticos e industriais sobre o Mãe Luzia surtem seus pesados efeitos, novas sensibilidades afloram na comunidade da região sul de Santa Catarina, suscitando representações e memórias que evocavam a natureza perdida. Isso, sobretudo após a década de 1980, em que se intensificam as críticas ao modelo de progresso, somadas à organização de movimentos ambientalistas na região.

Os rios, sob o olhar da história, são representados sob os mais variados aspectos: de traço de união cultural; fonte de escoamento de produção, ou seja, fonte de poder econômico e político; alavanca para o progresso; berço de ruína; ator do cotidiano; atribuidor de sentidos e significados, dentre muitas outras funções. O Rio Araranguá, na primeira metade do século XX, além de nortear o processo de ocupação humana, assume uma série de significados referentes a assegurar a sobrevivência e lazer das populações envolvidas, envolto em misticismos e episódios fantásticos que denotam uma complexa gama de criação e prática de saberes em solo araranguaense. Logo, cabe questionar: como se caracteriza a relação ser humano/natureza na cidade de Araranguá, entre 1900-1950? Qual concepção de rio permeava a comunidade araranguaense? E de que modo a História Ambiental pode auxiliar na interpretação dos episódios fantásticos acontecidos nas margens do Rio Araranguá?

3.1 MISTICISMOS E ESPECIFICIDADES NA INTERAÇÃO SER HUMANO/RIO ARARANGUÁ

Palco de aparições e causos, onde atividades cotidianas assumem uma dimensão inexplicável, beirando o mistério e o fantástico, permeado por um imaginário repleto de bruxas, caracaxás, lobisomens, pessoas que desapareciam misteriosamente das canoas ao pedir travessia pelo rio e bolas de fogo que emergiam nas noites de pesca, entre muitos outros contos, as margens do Rio Araranguá denotam uma peculiar mediação efetuada na relação ser humano/natureza. Diante desse processo, cabe problematizar: de que forma o fantástico produz práticas e significados de modo a caracterizar uma determinada relação ser humano/natureza? De que maneira esses causos e aparições possibilitam uma forma de interação próxima e integrada com o rio? E como a História Ambiental pode auxiliar na compreensão desses eventos?

Envolto em misticismos, fábulas fantásticas e crenças religiosas, a atribuição de sentidos e significados na experiência dos seres humanos com o Rio Araranguá assume uma característica norteadora de práticas e costumes. Porém, além da constante referência de sua beleza exuberante, marcada por uma abundância e fartura de peixes, os relatos de pescadores e moradores em geral não demoram para provocar o senso de realidade de quem se dispõe a conhecer o seu modo de vida. Nesse sentido, ao analisar os mais variados relatos na região sobre estórias em que o Rio Araranguá, local de fartura, provia os pescadores de seu sustento com quantidades inesgotáveis de tainhas, bagres, miraguaias, robalos, corvinas, papa-terras e savelhas, entre outros, enchendo canoas com 300, 400, 500 kg de peixes, outros atores passam a emergir desses relatos. Aparentemente com tom cômico e descontraído, fazem questão de frisar a existência e os muitos sustos causados por essas estranhas criaturas que formam o imaginário local da comunidade araranguense.

Uma dessas figuras é o Caracaxá. Representado de diferentes formas pelos que afirmam terem sido perseguidos ou assombrados por ele – dotado de luminosidade, e às vezes coberto por fogo –, o Caracaxá perseguiu principalmente quem o provocava. Na obra *Do Pino do Meio Dia a Meia Noite Velha*, a historiadora Micheline Rocha reúne e expõe relatos desse e de outros seres do fabulário cotidiano de Araranguá.

Quando criança, naquele tempo, aqui na Ilha aparecia o Caracaxá, que era uma luz que se acendia em cima do Morro dos Conventos (isto em lugar de cemitérios indígenas, e restos de corpos de combatentes em guerras). Quando se chamava por algum nome, por exemplo, “desgraçado”, ele aparecia. [...] Uma vez a gente tava numa canoa e vimos o Caracaxá vindo pra cima da gente, nós nos jogamos e a canoa virou e corremos todos embora. Aquela bola de fogo caiu no mar e nós vimos bem na nossa frente, ela fervilhava na água e chiava jogando água pra cima.⁸³

A autora elencou como escolha metodológica reunir todos os causos possíveis já conhecidos na região, entrevistando vários moradores, e com base nos relatos obtidos, expor um panorama geral dos seres fantásticos. No livro não é especificado de quem partiu cada relato, sua idade, sexo, e o período em que as aparições teriam sido vistas, embora, nas entrevistas individuais coletadas especificamente para essa pesquisa, a figura do Caracaxá, apesar de pequenas variantes, apresente uma linha narrativa muito próxima da encontrada nas obras publicadas na região.

Para o senhor Ernesto José Julio, residente na localidade de Ilhas, pescador e lavrador de ofício, o Caracaxá – que afirma não ter visto, no entanto, conta que cresceu ouvindo os causos desta aparição – assume a forma de um passarinho. Voa soltando “faisquinhas”, e quando provocado assume uma certa altura, divide-se em dois, formando duas bolas de fogo, e depois essas duas se chocam, ocasionado um grande estouro incendiando fogo “por tudo”, relata.

Esse aí eu não vi, o meu sogro é que contava pra mim do tempo dele. Tinha o tal de caracaxá, é um, ele dizia que era um, tipo um passarinho, né. Que voa batendo tudo, soltando faisquinha assim, né. Então ele dizia, contava, tinha dois lá pescando lá no Morro dos Conventos pra cá, na praia, e era um fogo grandão, depois foram tomar café ali, fogo bem aceso. E aí dizem que daqui a pouco

⁸³ ROCHA, Micheline de Matos (org.). **Do Pino do Meio-Dia a Meia Noite Velha**. Alguns causos dos pescadores de Ilhas. Araranguá: [s.n], 2007. p. 23.

apareceu um bicho daquele. Quando apareceu os dois vienham a inticar, né, “ei vem aqui perante o fogo vem!”, daqui a pouco eles vieram assim um bolo soltando lá em cima deles assim naquela altura ali, eles soltaram aquela faisquinha lá, depois eles vieram e deram um estouro lá em cima, paaaau. Incendiou o fogo por tudo! Eles ó aqui ó! (fugiram) ele voou de novo, e o caracaxá saiu. Eles contam. Esse daí eu não vi. Contam. Tinham oh! (medo). Era uma coisa que ninguém sabia o que era, né. Diziam que era igual um passarinho, batia asa assim, e sortava aquela bola de fogo.⁸⁴

Assim como o senhor Ernesto, o senhor Palmede Antônio Pedroso afirma não ter visto o Caracaxá, mas desde sua infância cresceu com as estórias desse ser conhecido pelas chamas e faíscas que soltava, intimidando os pescadores. Cabe ressaltar que a infância de ambos corresponde a um período próximo, remetente às décadas de 1940-1950.

E o caracaxá que eles diziam, ele pousava, meu avô vinha, ele tava pousadinho, aquela luizinha na proa da canoa, aí meu pai dizia assim ó: “olha lá pai, lá esta ele pousado na proa da canoa”, aí ele dizia assim: “ele tem que sair de lá porque aquilo ali não é dele. A canoa é minha”. Ele não tinha medo! Aí ele fazia aquelas oração lá e chegava, o pai disse que ele batia as mão na canoa aquilo saía, chegava lá em cima aquela luizinha, se separava em dois, se separava em dois e a tocha ficava grande e chegava e batia um no outro, batia um no outro, disse que saía faisquedo. Assusta a gente assustava, né!⁸⁵

De acordo com os testemunhos, pode se concluir que a figura do caracaxá aparecia com certa frequência no cotidiano dos moradores, sobretudo nas primeiras quatro décadas do século XX, à noite, entre intervalos da pescaria, próximo às margens do rio e do mar. Após esse período, da década de 1950 em diante, comumente os relatos enfatizam

⁸⁴ JULIO, Ernesto José. Entrevista concedida a Jonatã Vieira Cledes. Araranguá, 11, Jun. de 2015.

⁸⁵ PEDROSO, Palmede Antônio. Entrevista concedida a Jonatã Vieira Cledes. Araranguá, 10, Jun. de 2015.

terem visto pequenas luzes, próximas ao rio ou na barra, mas nada semelhante ao estouro de fogo salientado nas décadas passadas. No entanto, por que o estouro de fogo causa tanto espanto nos pescadores? Qual o sentido da aparição do caracaxá para a comunidade araranguense? E, especificamente, o que se caracteriza como caracaxá?

Aparentemente uma peculiar aparição do extremo sul do estado, segundo o historiador Gabriel Cruz de Souza, o caracaxá demonstra-se uma apropriação/ressignificação de um conhecido ser mítico do imaginário brasileiro, o boitatá⁸⁶. “Aquele ente antigo das matas, conhecido pelos Guaraní como Mboy-tatá pela forma espiralada e para o português como boi de fogo. Especificamente no caso de Hercílio Luz (distrito do município de Araranguá) a aparição do Mboy-tatá ficou popularmente conhecido como Caracaxá”⁸⁷. Mas isso não significa que não houveram registros de aparições do boitatá na região, pelo contrário, o Caracaxá, o Boitatá, Mãe do Ouro⁸⁸, e o Caminhão do Fraveto⁸⁹

⁸⁶ Ao boitatá, que em suas primeiras referências registradas em carta datada de 31 de maio de 1560 por José de Anchieta, conhecido como Mbai-tatá (Mbai: cousa, e tatá: fogo), atribuíram-se variações até chegar em Mboi-tatá (cobra de fogo). Originado do tupi-guarani, e apropriado pelos colonizadores no processo de ocupação do solo do Brasil, sofreu incorporações estrangeiras, derivando em diversas particularidades regionais. Em Santa Catarina, dotado de “luz misteriosa” ou “fogo”, o boitatá demonstra-se um ser sem forma definida, responsável por tirar a vida de muitos indígenas e quem mais cruzasse seu caminho. In: CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos Mitos Brasileiros**. São Paulo: Global, 2002.

⁸⁷ DE SOUZA, Gabriel Cruz. **Dos Guaraní aos Brasilíndios**: permanências e descontinuidades no Distrito de Hercílio Luz, séc. (XVIII-XXI), Araranguá, Santa Catarina. 2009. 49 f. Monografia (Graduação em História), Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma.

⁸⁸ “Onde há fogo, há ouro. A égide das minas, madrinha dos veeiros, padroeira dos filões, defendendo pepitas e escondendo jazidas, só podia ter a forma de chama, lume que denunciava o metal rutilante e a um tempo o custodiava. [...] A Mãe do Ouro nos aparece vindo do sul para leste, entrando pelo Rio Grande do Sul, nas missões, com índios guaranis. Como essa região está povoada das lendas do ciclo do ouro, com as salamancas, cerros brovos, animais luminosos como nhandus, gatos, teiuiaguás que correm, voam e desaparecem nas coxilhas num halo faiscante, a Mãe do Ouro viajou, de cerro em cerro, com u séquito de tempestade, para as terras onde os homens extraíam o metal amarelo.” Ver em: CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos Mitos Brasileiros**. São Paulo: Global, 2002, p. 311-312.

constantemente se entrelaçam, justamente pela relação com o fogo que estes apresenta, possibilitando diversas leituras para os que os experienciaram.

O clímax dos relatos, destacado no estouro de fogo, elenca a necessidade de se problematizar a presença e importância desse elemento no cotidiano da comunidade. O fogo, para os ribeirinhos, é dotado de ambivalência e dualidade, e ilustra não apenas momentos de perigo em que a existência é ameaçada, mas também representa a oportunidade de satisfação de todas as necessidades básicas humanas por meio do conforto material. O fogo ou a luz, que por vezes podem matar, também pode ser a trilha ou o caminho para tesouros escondidos. Destaca o senhor Palmede, sobre as várias tentativas de encontrar essas trilhas de ouro:

O meu sogro tinha muita coragem, era dos Garcia, e ele tinha coragem, e dentro do engenho, ele tinha engenho de farinha, e de vez em quando vinha aquela luzinha e entrava no engenho dele, e ele corria em cima, porque disse que era, ele dizia que aquilo era uma riqueza. Que era dinheiro enterrado, não sei o que, então ele uma vez foi no Morro dos Conventos com um cara que sonhou, e ele chegou lá e as pedra tudo, tava no sonho tudo direitinho, as pedra tudo assim, que dizia no sonho assim, “aquilo ali é pro resto da vida a fortuna que tem de ouro ali dentro”, e eles foro com umas barra de ferro lá, e foro duas noites seguida e não conseguiram... Acabo de um mês mais ou menos eles foram lá e tinham explodido, não se sabe se tiraram ou não, deram dinamite e estouraram, ali no Morro dos Conventos...⁹⁰

Frente a uma realidade marcada por diversos infortúnios e sacrifícios como os próprios moradores relatavam, em que havia dificuldades para se suprir necessidades básicas de vestimenta,

⁸⁹ “Era um caminhão mesmo. Não deixava ninguém pescar de noite. Meu cunhado, amigo de porta ia pescar, enchia o saco de tainha. Depois aparecia o tal caminhão. Chegava e virava o farol assim contra eles e fazia “chiiii...” Frigia os olhos! Onde batia luz, queimava a gente! Então ele deixava o saco de tainha e ia embora”. ROCHA, 2007, p. 71.

⁹⁰ PEDROSO, Palmede, op. cit. Entrevista.

alimentação, acesso à saúde, transporte público e saneamento, entre outros, mesmo apesar da fartura que o rio provia – pois, como veremos a seguir, o problema não era atingir uma determinada quantidade de peixes, mas sim vendê-los –, nesse estado de incertezas, nenhum outro elemento representava melhor o cotidiano ribeirinho do que o fogo. “O fogo era de extrema importância. Mas as suas consequências humanas são ainda mais evidentes, pois nenhuma outra ocorrência simbolizava com maior vividez a instabilidade dos destinos humanos”⁹¹.

Comumente utilizado para afazeres domésticos de cozinha, iluminação (por meio das “pombocas” mantidas a querosene) ou como auxílio para localização nas noites de pesca e caça, o fogo está associado à forma como as pessoas se relacionam com o meio natural, pois as margens do rio e do mar são, muitas vezes, onde esse componente cotidiano de uso geral assume sua forma fantástica. Assim, à medida que efluem relatos entre a população sobre essas estranhas criaturas que emergem do meio natural, isso passa a gerar costumes e práticas articuladas à percepção de uma natureza dotada de ambivalência, ou seja, de fartura e perigo. E para relacionar-se com essa natureza e tirar dela o seu sustento é preciso, antes de tudo, respeitá-la.

Outros causos recorrentes no imaginário local referem-se a homens pedindo travessia no Rio Araranguá, ou simplesmente à aparição de crianças nas canoas. Esses estranhos acontecimentos davam-se após horas e horas de pesca, marcados por curiosas semelhanças, principalmente no que tange ao imobilismo e desorientação causados aos pescadores. Tudo começa com o escutar de um homem desconhecido pedindo travessia pelo rio. Os pescadores decidem retornar à margem e conceder a ajuda solicitada, mas cada vez que a canoa se aproximava dos “combros”⁹², o homem simplesmente desaparecia. Sempre ao retornar a canoa para o centro do rio, tornava-se a ressoar a voz do pedinte: “vem cá, vem cá que eu quero passar”. Novamente, ao retornar pela terceira vez, os pescadores não encontram ninguém. Até que um dos pescadores desabafa: “Agora nós viemos te buscar, agora tu tem que embarcar na marra, tá fazendo nós de bobos, tu

⁹¹ THOMAS, Keith. **Religião e o Declínio da Magia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 28.

⁹² Combros: cômodo; montículo de terra; duna. In: BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: FENAME, 1982, p. 276.

vem se esconde e deixa nós voltar pra lá e prá cá?”⁹³ Ao embarcar na canoa, o homem entra puxando correntes grossas, muito pesadas, tornando a canoa impossibilitada de seguir adiante, capaz de virar durante a travessia. Então, o homem desembarca, novamente desaparecendo. Já, em similitude, no caso da aparição da criança na canoa, eis o relato:

Eu pescava, pescava e amanhecia aí no rio sozinho. Eu e Deus. Pescando sozinho, pegava tormenta de vento, pegava tormenta de chuva com monte de vento, que não tinha nada... A canoa era leve, puxava para baixo, puxava para cima, emborcava a canoa e eu ia para baixo, na força da chuva, passava a chuva, pescava de novo. Eu tinha ido vender peixe, mas tava muito cansado, cheguei de tarde. Eu ia à noite, né? Aí fui. A tainha era botar a tarrafa e pegar. Até deixava de pegar porque não dava para trazer. Botava a tarrafa aqui, vinham 5, 6, 10 no inverno, né? daquelas gordas ovadas. Quando embarquei na canoa eu via a canoa pesando... Eu fui pra atravessar o rio, quando chegou em meio rio a canoa não foi mais pra frente e foi acarcando na água. E eu remava e ela não saía do lugar. Quando me apreceitei era uma criança chorando na canoa. E a maré foi enchendo e eu fui direto para a barra velha. E a criança chorava, chorava e chorava a reveria! Quando eu disse assim: Tá, agora te peguei! Quando eu levei a mão pra pegar eu já tava envareado, já tava ficando meio doido, endoidei! Quando eu levei a mão pra pegar aquilo saltou na água, a canoa levantou pra cima e levantou água... E foi embora! Estourou aquela água pra cima! A canoa aliviou. Voltei pra trás e vim remando, quando cheguei cá adiante tinha muito cavalo solto que pastava na beirada do banhado. A brigaçada de cavalo era tanta que eu nunca vi tanto do cavalo! Tinha uns cinco cavalos que pareciam mais de 100.⁹⁴

⁹³ ROCHA, 2007, p. 63.

⁹⁴ Ibidem, 2007, p. 59.

Desorientado e ainda sem entender o que se passava, o pescador decide retornar ao rio e averiguar o que tinha acontecido. Ao encontrar um senhor aparentemente de idade, tarrafeando, e com uma “coisa estranha” nas costas, ele decide perseguir o senhor. Apesar da idade, o senhor mostra-se veloz e incapaz de ser alcançado, e diz: “saí de perto de mim, bicho”. Ao concluir, ele enfatiza: “e a criança? Não sei o que era. Era uma criança! Eu vi uma pessoa e aquela criança era uma criança! Mas não era uma criança”⁹⁵.

A travessia do rio, tarefa comum não apenas para pescadores, mas para toda a comunidade estabelecida próxima às suas margens, suscita questões que pairam além do movimento de transpor a margem de partida até ponto de chegada. Entre elas, há uma experiência particular que se demonstra única a cada travessia, que remete a um plano, por vezes longe do real, direcionado a experiências imaginativas, dotadas de especificidades, conhecidas como a “terceira margem”⁹⁶.

Se o rio, à primeira vista, pode suscitar a ideia de eternidade, marcado por um movimento contínuo e estático, limitado ou condicionado pelo espaço nutrido por suas margens, a constante fluidez de suas águas, sempre em renovação e movimento, oferece outras leituras relacionadas ao cotidiano dos que o experienciam. Nesse sentido, ao possibilitar um sentimento de liberdade e plenitude das realizações de sobrevivência humana, os causos elencam a travessia diretamente interligada às instabilidades e incertezas da vida, pois nelas, há de se considerar um mecanismo de ações que se conjugam como parte do plano real sem desconsiderar os mistérios e alusões fantásticas pertencentes à experiência da travessia. Nelas:

O rio é, ao mesmo tempo, permanência e mudança. O trânsito de suas águas gesticula o inefável de suas margens. Estas não indicam um caminho. Em vez disso, suscitam um itinerário de dúvidas e questionamentos, na medida em que apontam ao horizonte do não saber. Mas ainda, desdobram-se na tensão da vida-e-morte enquanto incursão na travessia do homem, posto que só se

⁹⁵ Ibidem, 2007, p. 60.

⁹⁶ Referência ao conto “A Terceira Margem do Rio”, obra de Guimarães Rosa. Para saber mais, ver: ROSA, João Guimarães. **Primeiras Estórias**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005, p. 224.

dão como margem porque há um fluxo de águas que os faz margear. As margens não são margens porque delimitam o curso do rio, mas porque o próprio rio doa sua condição de permanência.⁹⁷

A dimensão subjetiva dessa prática, ou seja, a produção da “terceira margem”, alude para o constante estado de permanência e mudança do destino humano, representado na travessia do rio. Pois, como foi salientado anteriormente, apesar da fartura propiciada pela pesca, havia uma série de infortúnios e incertezas que marcavam a vida dos ribeirinhos, e, dentro desse contexto, pensar os mistérios e dificuldades da travessia, articulados às dificuldades cotidianas da vida, pode contribuir para a interpretação do fantástico em sua relação com o meio natural, e, especificamente, com o rio. Palco dessas ocorrências, as significações humanas, construídas através da relação com o Rio Araranguá, tornam possível um mecanismo de compreensão não só do meio natural, mas da vida de forma ampla.

Ao analisar esses causos por meio da fonte oral, algumas considerações tornam-se candentes, relacionadas aos perigos que o uso dos “arquivos provocados” coloca diante do historiador. Não catalogados e presentes em bibliotecas ou arquivos, esse tipo de fonte apresenta peculiaridades. Produzido em forma de entrevista, “ele tem sempre o mesmo inconveniente: foi sempre constituído depois do acontecimento e, portanto, é responsável por tudo o que foi dito e escrito *a posteriori*”⁹⁸. E, de certo modo, ao contrário do documento, que apresenta uma dimensão de coletividade, o relato oral fala por um indivíduo. Assim, além da contextualização/problematização histórica do local da produção do discurso, o pesquisador deve estar atento aos gestos, alterações no tom de voz, olhar, ou qualquer mudança de sentimento e atitude do entrevistado. Ressalta-se a metodologia da História Oral como componente fundamental de pesquisa, que visa

⁹⁷ PESANHA, Fábio Santana. **O Rio Como Insólito na Terceira Margem do Homem. In: Anais do V Paineis Reflexões sobre o Insólito na Narrativa Ficcional/I Encontro Nacional Insólito como Questão na Narrativa Ficcional, O Insólito em Questão: reflexões sobre o insólito na narrativa ficcional.** 2009, Rio de Janeiro, UERJ, p. 30.

⁹⁸ BECKER, Jean-Jacques. **O Handicap do a Posteriori.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 28.

contribuir para elencar diferentes questões para a compreensão das dinâmicas socioculturais e ambientais da região em estudo.

Em importante obra publicada na região sul do Estado de Santa Catarina, e amplamente conhecida e estudada, o *Histórias do Grande Araranguá*, do Padre João Leonir Dall’Alba⁹⁹, reúne uma série de entrevistas com moradores de vários municípios, que no período estudado formavam o grande Araranguá. Nas entrevistas, as aparições mostram-se tema recorrente. Para além dos causos já mencionados, há figuras constantemente citadas: lobisomens, bruxas e o Boitatá.

O senhor Custódio Sebastião de Souza¹⁰⁰, idade não mencionada, morador do Morro dos Conventos, relata que em uma noite comum de pesca, acompanhado por seu filho Adílio e mais um cachorro de estimação, surgiu no meio dos eucaliptos (já existentes na região) uma figura similar à de um cachorro. Porém, a criatura, medindo mais de 1 metro, fez com que o cão de seu Custódio, até então tido como animal bravo, se escondesse entre as pernas de seu dono. A criatura “passou por nós pertinho, mas encostadinho! Eu não intiquei, não fiz nada. Passou direto. Era um baita de um cachorrão, mas não era cachorro. Não podia ser. Era preto, forma de cachorro, mas só no olhar, via-se que não era cachorro. Era diferente. Talvez era o lobisomem”¹⁰¹.

Nos relatos, a população distingue os diferentes modos de agir dos lobisomens e das bruxas, constantemente referenciadas como senhoras velhas e solteiras. Os Lobisomens em sua maior parte, caracterizam-se como seres próximos à aparência de um cachorro:

⁹⁹ A metodologia empreendida por Dall’alba diferencia-se da elencada por Rocha, no sentido de expor a idade, ofício, sexo, local de moradia, etc., de cada entrevistado. Embora tenham sido editadas e no livro não tenhamos acesso às perguntas efetuadas pelo entrevistador, contém as narrativas dos moradores articuladas em forma de texto. Interessante perceber que Dall’Alba demonstra um cuidado especial em abordar as entrevistas, elas não possuem um único método de execução, são modeladas de acordo com o modo de vida do entrevistado. Logo, o roteiro da entrevista realizada com um comerciante é diferente da realizada com um pescador.

¹⁰⁰ Entrevista com Custódio Sebastião de Souza. Araranguá. 1985. In: DALL’ALBA, João Leonir. **Histórias do Grande Araranguá**. Araranguá (SC): Gráfica Orion Editora, 1997. p. 517.

¹⁰¹ DALL’ALBA, 1997, p. 148.

O lobisomem é magro, velho, dizem que é feio! Uma pessoa sem sangue, pessoa desacorçoada, só ataca a noite. O lobisomem se transforma num cachorro, num bicho e ataca na sexta feira. A bruxa ataca é na quarta feira. Eu já vi! Só que ele não me atacou. Fica igual a um porco, um cachorro grande. Ronca e ataca e vem na gente pra morder. Se morder o faro dele fica e sai e fica naquele que ele mordeu e depois se transforma de novo e fica na mesma pessoa que é. De primeiro tinha na Ilha. Tinha e ele amanhecia com os dentes cheios de coisas. [...] Ele era casado e um dia a mulher descobriu, pelas suas saídas fora de hora, e pela forma como acordava. Então ele perdeu o faro e não foi mais lobisomem.¹⁰²

Há várias interpretações relacionadas ao mito do Lobisomem. Originário da tradição Grega de *Licaon*¹⁰³, e em algumas variações na tradição Romana dos *Lupercais*¹⁰⁴, o mito foi sendo disseminado e sofrendo transformações durante séculos na Europa, até encontrar suas versões na África, Ásia e América. Salientam-se diferentes conotações quanto à compreensão desse ser mítico, que variam desde a punição, castigo, fardo e transgressão divina à purificação e fertilidade. Contudo, a versão dessa crença no Brasil e no sul do Estado de Santa Catarina assemelhe-se mais à portuguesa do século XVI do que às da tradição greco-romana.

¹⁰² ROCHA, 2007, p. 67.

¹⁰³ “Licaon, rei da Arcádia, filho de Pélago, primeiro soberano da região, tentou matar Zeus, seu hóspede de uma noite. O Deus castigou-o dando-lhe a forma vulpina”. Ver em: CASCUDO, Luis da Câmara. **Geografia dos Mitos Brasileiros**. São Paulo: Global, 2002.

¹⁰⁴ “A loba de Roma era tão sagrada como os próprios vexilos imperiais das legiões. Com a denominação de Luperca, diz Arnôbio, a loba foi deificada. As festas votivas eram no dia 15 de fevereiro, lupercais, que atraíam imensa multidão, especialmente mulheres e moços. [...] O ponto de partida era a gruta perto da figueira Ruminal, dado como sítio da criação de Rômulo e Remo pela loba. Abatiam cabras e cães. Os sacerdotes tocavam com as lâminas tintas do sangue oblacional na face dos moços. Seminus, apenas com um cinturão feito de pele de lobo, empunhando correias da mesma pele, sujas de sangue, os lupercais corriam uivando pelas ruas de Roma, açoitando os transeuntes. As mulheres vinham ao encontro da flagelação ritual porque afastava a esterilidade e os partos seriam propícios”. Em: CASCUDO. 2002, p. 173-174.

Naquela, registra-se a proximidade com o número 7, em que o Lobisomem é o filho nascido após uma série de sete filhas, também podendo ser originado através de incesto (relacionamento entre familiares). Torna-se presente na crença portuguesa a forma do Lobisomem como alguém magro, pálido e que aparece sempre às terças e sextas-feiras. Câmara Cascudo argumenta que no sul do Brasil o mito do Lobisomem encontra suas variantes mais próximas à europeia, principalmente no que se refere às ideias de fardo e predestinação que confere esse caso. Nessa versão, o Lobisomem carrega em sua existência a punição pela transgressão dos valores ético-morais empregados pela comunidade local, embora as aparições não necessariamente sigam à risca o dia comumente citado (sexta-feira).

Já o senhor Valvi Vieira (idade não mencionada)¹⁰⁵, morador do Morro Agudo, aponta para a existência de uma outra aparição muito aludida nas margens do Rio Araranguá, o boitatá. Dessa vez, percebe-se que, apesar da crença, o senhor Valvi faz questão de destacar sua bravura, ao negar o medo causado pela criatura.

Eu vi também o boitatá. Estava pescando em frente ao Iate Clube. Meia-noite velha. Aí uma bola de fogo parou em cima do morro do farol. Aquele fogo vinha. Era assim do tipo de uma lâmpada. E veio, e veio, e veio... direito a mim. E ela andou, andou, em cima de mim. De certo era Mãe-do-Ouro. Andou ao redor de minha canoa. E fazia meia lua e vinha, sempre em cima de minha canoa. E eu olhando. Medo não tinha mesmo. Era uma bola de fogo, do tamanho de uma copa de chapéu bem grande. A noite brusca era igual o breu, e aquilo clareava igual ao dia. E ela andou, andou, andou dez ou quinze voltas ao redor de mim. Me clareou... eu não sabia o que fazer. Eu devia ter batizado para ela assentar na canoa, para eu pegá-la, porque é a Mãe-do-Ouro. Mas não batizei, não disse nada. Ela saiu, veio. Veio e

assentou bem em cima da copada do Morro Agudo. No outro dia fui lá, mas não vi nada.¹⁰⁶

Ao boitatá, em suas primeiras referências registradas em carta datada de 31 de maio de 1560 por José de Anchieta, conhecido como *Mbai-tatá* (*Mbai*: cousa, e *tatá*: fogo), atribuíram-se variações até chegar a *Mboi-tatá* (cobra de fogo). Originado do tupi-guarani e apropriado pelos colonizadores no processo de ocupação do solo do Brasil, sofreu incorporações estrangeiras, derivando em diversas particularidades regionais. Em Santa Catarina, dotado de “luz misteriosa” ou “fogo”, o boitatá é representado como um ser sem forma definida. Como relata Anchieta: “não se vê outra cousa senão um facho cintilante correndo daqui para ali; acomete rapidamente os índios e mata-os, como os Curupiras. O que seja isto, ainda não se sabe com certeza”¹⁰⁷.

No relato do senhor Valvi há uma incerteza referente à identificação da aparição, que no primeiro momento é identificado como boitatá, mas assume características atribuídas à Mãe do Ouro no decorrer de seu relato. Essa segunda figura, também relacionada ao fogo, é representada como um ser protetor, guardião de jazidas de ouro escondidas. Tema este corriqueiro em Araranguá em função da importância da região no ciclo aurífero do país, que teve seu auge no século XVIII. A condição de Mãe de Ouro, assim como a do Lobisomem, seria um castigo divino.

No que tange aos causos das bruxas, a riqueza e a variedade de versões também se faz presente no imaginário local. Rocha destaca o acontecido, iniciado no relato de um rapaz de 17 anos (década do ocorrido e identidade do entrevistado não informados pela autora). O jovem lembra que, próximo a uma venda onde muitos pescadores reuniam-se para conversar e beber, vivia uma menina com um estranho problema. Gritava todas as noites, e não havia médico que curasse a pobrezinha. Em uma dessas noites, o rapaz escondeu-se próximo à casa da menina, e eis que percebeu a aproximação de duas estranhas mulheres. Uma, ao passar perto do esconderijo do rapaz, proclamou “sangue real!”. “As mulheres entraram pela trinca da porta, e chuparam o sangue da menina. O rapaz as repreendeu, ao vê-las ir embora, e contou o caso para o pai da menina, que após o acontecido, a menina

¹⁰⁶ VIEIRA, Valvi. Entrevista concedida a João Leonir Dall’Alba. Araranguá, ano de 1985. In: DALL’ALBA, 1997, p. 243-244.

¹⁰⁷ José de Anchieta apud Cascudo, 2002, p. 390.

engordou e nunca mais este problema voltou a se repetir”¹⁰⁸. Ao lembrar das histórias contadas pela sua mãe, o senhor Ernesto José Julio lembra de uma bruxa que ele afirma ter conhecido, causo possivelmente ocorrido entre as décadas de 1940-1950.

É, eu me lembro é da minha mãe, agora tu vê, da minha mãe, eu era guri, naqueles tempos eles falavam da tal de bruxa. Ela contava pra nós, né, que quando, assim, quatro, cinco filhos, né. Dizem que tinha uma, uma guria que gritava toda vida assim, né, se acordava gritando, gritando, gritando e não tinha nada que acalmasse ela. Aí disse que uma noite, a menina começou a chora, a chora, a chora, e disse que tava aquela, tipo uma borboleta, ou algo assim, em cima assim. Ela pegou a vassoura e derrubou aquela borboleta, derrubou a borboleta, pegou ela assim pelas asinhas assim e disse que ela se esperneava, né, se esperneava pra sair. Ela levou ela na, na, luz de querosene, né, que tem aquele paviozão assim, e levou o bico dela, levou o bico assim, na luz assim, e ela esperneava. Daí ela foi queimando, foi queimando, quando queimou o biquinho dela assim, soltou pra rua. Ela saiu voando. Nunca mais viu. Aí um dia ela tinha uma vizinha, uma velhinha, é conhecida dela, né. Eu conheci a velha. Daí a velha... Cabo de uns três dias, ela foi lá ver ela assim: “não, a mãe tá doente, por que não sei que...” A velha apareceu assim com a ponta do nariz toda queimada. Ficou uma ferida assim, ficou uma ferida. Ela diz que era a bruxa. Nunca mais foi a bruxa lá!¹⁰⁹

As bruxas, também chamadas de feiteceiras, foram introduzidas no imaginário brasileiro principalmente por influência portuguesa. Geralmente representadas como “velhas”, “magras” e “feias”, suas aparições ocorrem às sextas-feiras, dia em que não há as reuniões presididas pelo diabo, obrigando-as a saírem em seus cabos de vassouras e indumentárias. Contudo, em Araranguá não foram encontrados causos de bruxas voando em cabos de vassoura, e sim sobre o lombo de cavalos. O cavalo utilizado pela bruxa em suas andanças noturnas

¹⁰⁸ ROCHA, 2007, p. 55.

¹⁰⁹ JULIO, Ernesto José, op. cit. Entrevista.

aparecia pela manhã com suas crinas trançadas. Cabe frisar, mais uma vez, que a aparição da bruxa não se reduzia estritamente às sextas-feiras.

Relata o senhor Palmede Antônio Pedroso que, em uma noite de pesca, o seu tio, em dia de lua clara, observara um fato fora do normal. Conta que: “aí veio aqueles cavalo, aqueles cavalo deram com ele bein! Bancô, bancô, ele olhô, conhecia a velha, ele dizia assim, e aí ele disse o nome dela, “o qué que ta fazendo aí, velha? Numa hora dessa em cima dum cavalo...” “cuida da tua vida e deixa a minha”, i lá saiu”¹¹⁰. Quanto aos objetivos ou “trabalho” da bruxa, aí sim, assemelham-se aos causos portugueses, em que “os trabalhos da bruxa limitam-se a carregar os meninos insones ou, para determinados lugares e ainda constituindo uma herança da Europa, sugar-lhes o sangue, invisivelmente”¹¹¹.

Keith Thomas, ao analisar as tensões existentes entre a doutrina cristã e o uso da magia como credence popular nos períodos Stuart e Tudor na Inglaterra, reflete sobre o papel social que a crença na bruxaria influía no meio rural inglês. Insatisfações e reveses cotidianos que de outro modo seriam inexplicáveis, através do fantástico demonstram-se uma forma de entendimento das agruras da vida. “Morte súbita de um filho, perda de uma vaca, o fracasso de alguma tarefa doméstica rotineira, podiam, na falta de qualquer outra explicação mais óbvia, ser atribuídos à influência de algum vizinho malevolente”¹¹². Nesse sentido, o universo da bruxaria estaria ligado às dificuldades cotidianas de sobrevivência e às tensões que dela resultariam, pois a bruxa normalmente era conhecida da pessoa prejudicada e, não raro, tinha tido desavenças com o acusador.

As tensões contidas na bruxaria, que em um primeiro momento ilustram as peculiaridades fantásticas do universo da comunidade araranguaense, de modo a entreter quem as escuta, quando contextualizada pode vir a ser um mecanismo de compreensão e questionamento das normas, regras e valores que brotam no seio da comunidade, e através delas é possível perceber suas relações de poder e especificidades socioculturais e ambientais. Assim, pensar as manifestações atípicas e, aparentemente, desconectadas do meio social, argumenta Thompson, pode indicar os hábitos, conduta pública e

¹¹⁰ PEDROSO, Palmede Antônio, op. cit. Entrevista.

¹¹¹ CASCUDO, 2002, p. 212.

¹¹² THOMAS, 1991, p. 432.

doméstica da comunidade estudada, pois os causos e aparições estão intimamente ligados à vida social, econômica e cultural dos ribeirinhos. Pensando a função social do historiador ao estabelecer uma proposta interdisciplinar de análise (no caso de Thompson, com a Antropologia), o autor ressalta: “A história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado dentro de um contexto e, enquanto estruturas mudam, velhas formas podem achar sua expressão em novas formas”¹¹³.

A bruxaria ilustrava uma série de funções, que perpassavam desde aspectos pedagógicos, no sentido de impor determinados limites pertinentes aos valores da comunidade ribeirinha, até identificar o transgressor, ou quem não se enquadrava nesses valores. Aqui, a bruxaria possuía a função de reforçar os padrões morais aceitos. A bruxa, geralmente, não se encaixava nos padrões estabelecidos pelo meio social, sendo muitas vezes viúvas ou pessoas que nunca casaram, chamadas por “solteironas”.

Sobre o estigma de caracterizar as bruxas por “velhas” e “feias”, Thomas questiona esse olhar pensando o contexto social no qual estão inseridas. Em períodos de dificuldades políticas, econômicas e sociais, entre outros, salienta que quem mais sofre com essas transformações são justamente as camadas populacionais mais indefesas e dependentes. E, por vezes, sem ajuda de outros moradores em itens básicos de sobrevivência (alimentação, abrigo, acompanhamento diário), tencionavam-se conflitos e consequentemente a acusação de bruxaria. “Quando permitem um exame cuidadoso, as acusações de bruxaria revelam que eram a conduta e a situação social da suspeita, mais que sua aparência física, que provocava sua queda”¹¹⁴.

A datação, ou a determinação da origem desses causos e aparições demonstram-se tarefas de difícil solução, pois, passados de geração a geração, ainda hoje, encontram-se pescadores e pessoas da comunidade araranguaense (especialmente em Ilhas) que oralmente transmitem esses conhecimentos. Até mesmo os mais novos, apesar de negar ter tido experiências ou visto as aparições, indicam com respeito e cautela os que vivenciaram esse processo. Porém, cabe destacar que a

¹¹³ THOMPSON, E. P. **Folclore, Antropologia e História Social**. In: _____. THOMPSON, E. P. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. São Paulo: Editora Unicamp. 2001, p. 243.

¹¹⁴ THOMAS, 1991, p. 458.

origem ou início dessas narrativas com apelo místico e fantástico não evidenciam o principal objetivo dessa pesquisa, mas sim, as implicações que estas representam para uma diferenciada interação ser humano/natureza, sob a perspectiva da História Ambiental. Assim como Vovelle, podemos propor a reflexão do fantástico em Araranguá como “fenômenos de longa duração em que estas representações coletivas que evocamos acima, tal como as que se exprimem nas configurações religiosas ou mais amplamente míticas, anulam a fronteira entre o sagrado e o profano”¹¹⁵.

Diante dessa problemática, de que modo essas narrativas fantásticas possibilitam uma leitura e compreensão da ideia de natureza, estabelecidas entre a comunidade e Rio Araranguá? Essas representações apontam para uma série de práticas e percepções que acabam por influir na mediação e relação da comunidade com o meio natural. Nesse aspecto, o fantástico expressa as limitações da condição humana, referentes à sua capacidade de explicar e significar acontecimentos delineados sob um modo de vida dotado de especificidades, no qual as aparições e causos “revelam-se uma forma ou artifício, para também, rotular determinadas infrações de limites sociais”¹¹⁶. Isso na medida em que se explora os limites do real, sem perder nessas representações uma importante característica de nortear um determinado modo de vida, construindo uma “percepção coletiva da realidade”. Como intuito de explicar e tornar inteligível esse universo permeado por caracaxás, bruxas, boitatás e por aí vai, o fantástico ampara a comunidade criando uma coesão social, justificativa de tais acontecimentos.

Os grupos precisam manter seus membros unidos dentro de fronteiras e proteger-se contra os inimigos externos. A harmonia interna depende de uma percepção coletiva da realidade, sinalizando aqueles que a compartilham que “as coisas são assim” e não de outra maneira e “é assim que fazemos as coisas por aqui”. Qualquer transgressão das fronteiras ou limites

¹¹⁵ VOVELLE, Michel. **Imagens e Imaginário na História: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX**. São Paulo: Editora Ática, 1997, p. 28.

¹¹⁶ JEHA, Julio; NASCIMENTO, Lyslei, Nascimento (Orgs.) **Da Fabricação dos Monstros**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, p. 8.

estabelecidos pelo grupo, quer sejam abstratos ou concretos, causa desconforto e requer que o mundo retorne ao estado considerado certo. O monstro é um artifício para rotular as infrações destes limites sociais.¹¹⁷

Mas de fato, o que significaria a presença desses seres inexplicáveis no imaginário araranguaense? Expressariam alguma espécie de limitação do conhecimento? Ou até, incapacidade de compreensão do meio? Para Julio Jeha, a experiência humana, analisada em suas dimensões epistemológicas e ontológicas, indica que o sujeito, ao questionar o meio existente, dotado de um conjunto de valores ético-morais hegemônicos, implica em uma série de alterações na forma como se percebe e vivencia a realidade. Esses embates propiciam uma ampliação da ideia do que é “real” e “verdadeiro”, expandindo a dimensão de conhecimento experimentada por uma determinada comunidade. “Quando isto ocorre, sentimos que nossas expectativas de ordem – as fronteiras – estabelecidas pela ciência, filosofia, moral ou estética foram transgredidas. E transgressões geram monstros”¹¹⁸. Logo, destaca-se uma dupla característica do fantástico. Tanto como princípio de dar sentido a uma experiência comum para determinados grupos quanto como representativa de mudanças em valores culturais historicamente solidificados.

Pensar o fantástico em sua abrangência e multiplicidade de análise envolve a compreensão de que esses seres apontam para um campo da experiência humana. Ao problematizar aquilo que transpõe as fronteiras da razão, cabíveis de experimentação e comprovação, objetiva-se o estudo daquilo que diz respeito a elementos simbólicos, particulares a cada sociedade nos vários níveis de produção de signos ali inferidos. Portanto, pensar o fantástico no imaginário araranguaense consiste em articulá-los não só com as representações da comunidade e período referenciados em geral, mas relacioná-los com todas as questões concernentes à complexidade cotidiana presente na sociedade, delineadas por uma conjuntura histórica repleta de trocas, apropriações e sincretismos.

Câmara Cascudo, ao estudar a complexa gama que forma a produção de mitos no Brasil, afirma que nenhuma cultura fez prevalecer

¹¹⁷ Idem, p. 19.

¹¹⁸ Ibidem, 2009, p. 20.

a invulnerabilidade frente à influência cultural tanto de povos estrangeiros quanto nacionais. O autor faz questão de pontuar que, através de diferentes trocas e construções socioculturais delineadas no tempo histórico, todos os mitos, de origem indígena, europeia e africana, sofreram influências no processo de ocupação humana no país. Assim, tanto em âmbito local, regional e nacional, pondera: “não há nenhum que se arrogue a ter imunidade. Mito europeu puro, não avistei. Indígena idem”¹¹⁹. Logo, cabe pensar a presença de aparições não apenas em Araranguá, mas em toda Santa Catarina, que em todo o seu processo de ocupação humana registra uma particular e complexa multiplicidade de seres fantásticos advindos de trocas e apropriações, fruto das relações e influências indígenas, europeias, africanas, asiáticas, etc.

Os causos e aparições não apenas apontam para uma relação de respeito e proximidade com o rio, como estão profundamente relacionadas à constante fartura e abundância de peixes presentes em seu leito. Assim, há toda uma particular produção cotidiana de costumes que acabam por mediar a interação ser humano/natureza entre a comunidade araranguaense e o Rio Araranguá, como será analisado no próximo tópico dessa pesquisa.

¹¹⁹ CASCUDO, 2002, p. 13.

3.2 “ANTES DESSA POLUIÇÃO, NEM PRECISAVA PESCAR. ERA SÓ IR BUSCAR O PEIXE”¹²⁰

Na primeira metade do século XX, o Rio Araranguá era um ator diretamente ligado às manifestações cotidianas da população. Presente em relatos, memórias e poemas, capazes de captar as múltiplas impressões de vida construídas sobre seu leito, remetendo para um modo de interação que não deve ser romantizado, pois cada período histórico possui suas contradições e ambiguidades, mas que evidencia um modelo de organização social diretamente ligado aos processos naturais e seus ritmos. Logo, característico de uma sociedade que se estabelece de frente para os seus recursos e, sobretudo, para o rio.

A abundância, fartura e beleza do Rio Araranguá são temas corriqueiros não apenas entre pescadores, mas destacados por todos os moradores da cidade em geral. Em seu livro de memórias, Wanda Hahn de Luca dedica um tópico exclusivo às suas lembranças e aos diversos usos do Rio Araranguá. Referenciando-o como a “aurora da vida e da infância”, além de possibilitar a prática de esportes, banhos diários, disputas de natação e momentos de contemplação de sua beleza, lembra que “descendo uns poucos metros em frente da casa de meu avô já se estava no rio. Ali, ele nadava todos os dias, no verão e no inverno”¹²¹. Nesse cenário, as pescarias eram muito comuns até por quem exercia outras funções profissionais, recorda: “nas pescadas, era muito utilizado o caniço com anzol e o espinhel. Onde meu pai nas encostas dos rios, pegava muito peixe”¹²².

Ao evocar um cenário de beleza, em que Araranguá seria uma cidade do futuro, de progresso e conquistas ainda por vir, motivo preponderante para o estabelecimento de sua família na cidade, Wladimir Luz recorda a riqueza composta pelo meio natural, permeada por um rio piscoso, onde as margens do Rio Araranguá possuíam intenso movimento. “Pegavam-se tainhas enormes, sendo que no começo do inverno tainhotas eram abundantes. No rodeio, onde havia um porto pesqueiro, as canoas vinham das Ilhas carregadas de peixes, os mais

¹²⁰ SOUZA, Danúbio Celuros de. Entrevista concedida a João Leonir Dalla’Alba. Araranguá, ano de 1986. In: DALLA’ALBA, 1997, p. 230.

¹²¹ DE LUCA, Wanda Hahn. **Minhas Raízes**. Alegria de viver. Araranguá: [edição do autor], 2003, p. 45.

¹²² Idem, p. 27.

diversos, mas principalmente tainhas”¹²³. Em alguns casos, quando a pescaria ultrapassava a procura, as mulheres eram obrigadas a consertar os peixes e secá-los, prática chamada de “escalar peixes”, atividade comum, alternativa ao uso de geladeira, congeladores e freezers, como forma de evitar que eles apodrecessem.

Os plurais sentidos e significados que o rio evoca, para além do apelo fantástico e místico, remetia a sua complexa rede de abundância e fartura, orientando particulares práticas e costumes, principalmente quando referenciado pelos que viviam mais próximos de seu leito, marcando uma relação estreita de sobrevivência, diferentemente de moradores “urbanos” como Wanda e Wladinir, situados no centro, próximos aos movimentos mais intensos que ocorriam no município. Apesar de estes registrarem uma interação próxima com o Rio Araranguá, é através da análise de relatos e memórias de pescadores que se tem registro de uma série de especificidades desenvolvidas com e pelo rio. Embora, ressaltando a interação ser humano/natureza vivenciada pelos pescadores, essa pesquisa não vise a diminuir a relevância e proximidade mantida com o rio pela comunidade araranguense de forma geral.

Ao serem questionados sobre o seu modo de vida, cotidiano, técnicas de pesca e organização dos viveiros, eis que, mais uma vez, emerge o rio como ator, no entanto, como agente assegurador da sobrevivência das populações ribeirinhas. O senhor Ernesto José Julio, morador de Ilhas, pescador e lavrador, em uma de suas primeiras frases, argumenta sobre a abundância e fartura do rio: “pescava em tudo quanto é lugar! Oh, naquele tempo tinha muito peixe, barbaridade”¹²⁴. E, quando seguidamente provocado sobre a diversidade e quantidade destes, principalmente em contraposição à situação atual do rio, exclama o senhor Ernesto em tom calmo e descontraído:

Ooooo! Haha! Tinha gente de canoa, que a canoa era, NE, pequena, carregava despejava lá no combro lá, e vortava de novo pra pegar mais. Tinha um que pegava 200 quilos, 250, 150 éééééé é peso. A era... Botava a tarrafa assim, quase toda tarrafada era de três tainhas pra cima, cinco, oito,

¹²³ LUZ, Wladinir. **Uma História Diferente**. Memórias. Araranguá: [edição do autor.], 2008, p. 60.

¹²⁴ JULIO, Ernesto José, op. cit. Entrevista.

é num estantinho carregava a canoa. Era duas horas só pra pescar, pescava duas horas, o capataz businava, tinha que sair todo mundo. Até ele.¹²⁵

O grande número de pescados em um período curto de tempo aflora nos relatos do período em estudo. Sobram quantidades exorbitantes de pescados, evidenciando a fartura presente na região. O senhor Pedro Francisco do Porto, morador de Araranguá desde 1927, descreve que cansou de ajudar a descarregar canoas lotadas de peixes com destino de venda à cidade de Criciúma. Afirma que não era algo em torno de “50 tainhas, e sim 300, 400, 500. O Estanislau Garcia vinha e falava: “vai lá no Rio dos Anjos e diz para o homem me trazer 300 tainhas, amanhã cedo”, chegava lá, dava o recado: de manhã cedo o homem estava ali com a canoa cheia de peixe”¹²⁶.

Apesar de o rio prover os pescadores de muita fartura, os relatos expõem e fazem questão de frisar o “sacrifício” e as dificuldades desses tempos. Pois, se as crises não se davam em função da escassez, em muito ocorriam pelos problemas de escoamento e baixos preços referentes à venda dos pescados. “Pescador rico não conheci nenhum. Vinham de canoa vender peixe aqui na praça. Vendiam a tostão. Ainda a gente achava caro”¹²⁷. O senhor Palmede Antônio Pedroso, ao recordar sua vivência como pescador, expõe a “benção” da fartura e as problemáticas assoladas pelos entraves de venda, destacando medidas alternativas de trabalho.

Então, a gente assim ó, era muito peixe, mas aí o sacrifício era muito porque não tinha quem comprasse, tinha que escala. Então, eles trocavam muito por farinha, fazia, escalava o peixe, né, secava no sol, guardava num canto da casa porque não tinha geladeira nem freezer. Escala era abri e enxuga no sol, pra ele não estraga. Então, aí depois trocava. Os carro, era de carrocinha, né, vinham compra saía vendendo dentro da lavoura. Então, não tinha preço. O meu pai chegou a sair daqui para trabalhar no Rio Grande, trabalhar no

¹²⁵ JULIO, Ernesto José, op. cit. Entrevista.

¹²⁶ PORTO, Pedro Francisco do. Entrevista concedida a João Leonir Dalla’Alba. Araranguá, ano de 1985. In: DALL’ALBA, 1997, p. 131.

¹²⁷ SOARES, Manuel Antônio. Entrevista concedida a João Leonir Dalla’Alba. Araranguá, no ano de 1985. In: DALLA’ALBA, 1997, p. 49.

Paraná, lá em Paranaguá na estrada de ferro, porque a crise era braba, a minha mãe com as minha irmã saía nesse banhado corta junco, pra fazer a esteira. Iam lá no campo, nos campo lá corta a palha de butiá, pra fazer chapéu e vendio.¹²⁸

A abundância do rio e o processo de extração dos peixes eram marcados por uma forma de organização dos trabalhadores da pesca, associados à colônia de pescadores do município. Filiava-se apenas quem realmente vivia e trabalhava como pescador, e tinha idade acima dos 18 anos. Nesse contexto, a pesca dava-se a através da marcação do “Viveiro”. Se estabelecia um marco a aproximadamente 500 metros da barra em direção ao mar, e outro marco em direção da barra ao rio, com média de 1 quilômetro. Portanto, nessa extensão média de 1,5 km, ninguém poderia pescar devido ao estabelecimento do viveiro, local onde os peixes se reproduziam. Nas demais áreas para fora dos marcos, o barulho das tarrafas direcionava os peixes para o local de reprodução.

A pesca nos viveiros ocorria quando se estabelecia um horário comum com os pescadores, estes eram chamados pelo capataz que os alertava sobre o início e o fim dos trabalhos tocando uma buzina, ou também chamando de berrante. Geralmente, as crianças iam avisar os pescadores de localidades mais afastadas sobre a pesca no viveiro. Ficavam muito contentes quando os pescadores lhes davam um “trocadinho” como sinal de agradecimento ao aviso. A pesca durava uma média de duas horas e já era o suficiente para encher as canoas e tarrafas. As divisórias ocupadas se davam por ordem de chegada, quem chegasse mais cedo ocupava o melhor lugar, seria o “frenteiro”, após uma tarrafada o primeiro ia para o fim da fila e assim por diante, organizando o rodízio. Conta o senhor Palmede que muitas vezes a fatura da pesca no viveiro, se dava através da ajuda dos botos. Salienta que estes eram extremamente inteligentes no auxílio ao pescador.

Então, na hora que virava a dar o peixe, eu é vivia da pesca, eu tinha que escolher um cardume, quando eu via uma tainha eu não botava, porque se não eu ia lá pra traz de todo mundo. Então, é assim, eu tava ali, eu vivia da pesca, eu queria era um cardume! E às vezes o boto trazia, quando o boto trazia sempre era um cardume. Sempre era

¹²⁸ PEDROSO, Palmede Antônio, op. cit. Entrevista.

mais de um. Então a gente gostava de botar é no biquinho do boto, porque os nossos boto aqui, [...] era os boto mais inteligente que eu já vi. Os boto, eles vinha numa distância de 200, 300 metros lá na boca da barra, ele vinha bicando direitinho acompanhando a tainha, levantava a cabeça e vinha. Tinha uns boto mais velho que quando ele vinha com aquela paciência a gente já sabia que era o cardume. E ele também não vinha, não apertava muito o peixe porque se não o peixe voltava. Ele sempre ficava mais pra traz, e se retirava mais pra fora assim e levantava a boca bem devagarzinho, ia acompanhando o peixe toda vida. Que quando diz assim, ele chegava em frente a gente, ele chegava e dava com força, aí era a hora que a gente botava. Aí ele volta e fazia aquela enfiada e vinha encostado da tarrafa, dava com a cola assim ó, aí tu olhava dentro da tua tarrafa ficava cheio de areia, mas a tainha tava puxando.¹²⁹

A pesca nos viveiros ocorria com o uso de tarrafas, instrumentos de pesca confeccionados pelos próprios pescadores (ainda em uso e muito comum na região). Como nesse período não se utilizava linhas para a sua confecção, os pescadores usavam a folha de “Ticun”¹³⁰, também chamada de “Tucum”. Material resistente, colhiam-se as folhas dessa planta e depois desfiavam-nas e as penteavam até as folhas ficarem bem finas. E só depois desse trabalho manual de encargo feminino é que os homens produziam suas tarrafas.

Além do uso de tarrafas, outra técnica comumente utilizada refere-se à pesca de espinhel, que se constituía no uso de uma linha com boias na superfície indicando sua localização, e na parte submersa anexada à linha havia vários anzóis com isca. Por exemplo, em uma linha de espinhel de 30 metros, havia uma anzol a cada 60 centímetros. Assim como a tarrafa, essa técnica registrava cifras de 200, 300, 500 kg

¹²⁹ PEDROSO, Palmede Antônio, op. cit. Entrevista.

¹³⁰ É uma palmeira que chega a 15m de altura e possui espinhos longos e finos. Dela se extrai uma fibra de nome tucum muito utilizada pelos nativos da Amazônia na fabricação de redes de dormir, arcos, etc. Os frutos são saborosos e deles é extraído um óleo para uso doméstico. Ao contrário do que diz o Aurélio, não "se faz uma espécie de vinho" da polpa amarela da fruta. No Amazonas, é saboreada com café ou farinha.

de pescados, em grande parte formadas por tainhas e bagres. Mas uma vez recordando a contraposição marcada pela fartura e dificuldade de venda, o senhor Palmede relata:

Eu alcancei ainda a pesca de tainha ainda, fiz muito, da gente chega ali e pega tanto peixe, as canoa um 300 kg, outro 200, outros 500, tainha e bagre e depois a nossa o não tinha pra quem vende, os bombeiro comprava, tinha as banquinha na beira do rio, e vinham aqui em casa, chamava as mulhé, aí a minha mãe ia com as filha, a vizinha ali e outros, ia todo mundo lá, trinta quarenta mulhé escala. E nós ia pra depois tira a ova ninguém queria a ova. Então, nós ia, eu era pequeno, eu ia pra tira muela, o figo e ova da tainha porque eles não queria a ova. Ninguém queria a ova, nós tirava aquelas balaçada de 760 kg de tainha, de ova pra trazer pra casa.¹³¹

Mesmo com a caça de lebres, graxains/mão pelada¹³², tatus, e a produção agropecuária de arroz, milho, mandioca, melancia, criação de porcos e bois, entre outros, o peixe era a principal fonte de alimentação na mesa dos pescadores. Lembra o senhor Ernesto “Ah, normal, né! Peixe era... Nós só comia peixe, né. Era bagre, era tainha, era papa-terra”¹³³. Já o senhor Palmede, ao revisitar suas memórias em tom descontraído, enfatiza “era peixe, mas vou dizer, era ruim! Era ruim,

¹³¹ PEDROSO, Palmede Antônio, op. cit. Entrevista.

¹³² Pertence à ordem carnívora e à família Procyonidae. Carnívoros contém 240 espécies em 7 famílias. 2 não existem no novo mundo: hienas (hyenidae) e mangustos (viverridae). São divididos em duas sub-ordens: Canniformia (cães, ursos, guaxinins e doninhas) e Feliformia (gatos, mangustos e hienas). [...] É o maior procionídeo do Brasil, com 54 cm a até 1 metro de comprimento e pesando de 3 a até 10 Kgs. Sua cauda mede de 25 a 38 cm. Machos são normalmente maiores que fêmeas. Sem nome científico significa canino (Procyon) comedor de caranguejo (cancrivorus) e seu nome popular no Brasil "mão-pelada" é devido à mão sem pelos, que deixa pegadas parecidas com de uma criança. Guaxinins dependem de suas mãos sensíveis para localizar e manipular alimentos mesmo debaixo da água e no escuro, usando normalmente as duas mãos para isso. Rabos anelados podem servir para comunicação entre indivíduos. É facilmente identificado pela mancha preta em formato de máscara em volta de seus olhos. Disponível em: <http://www.projetooncafé.com.br/pt-BR/anta/18-mamíferos/112-guaxinim>

¹³³ JULIO, Ernesto José, op. cit. Entrevista.

pirão d'água com peixe, era muita pobreza... era peixe com café, era ova com café”¹³⁴. Grande parte da alimentação dos ribeirinhos provinha da sua produção de subsistência, tanto agropecuária, quanto extrativa (pesca), salientando também a caça. Os complementos de consumo, como café, açúcar, banha e carne bovina, entre outros, eram adquiridos na venda durante o ano, “marcado na caderneta” para quando, no tempo da pesca, no inverno, os pescadores pudessem saldar suas dívidas.

As mulheres também tinham uma importante participação social na manutenção da vida das comunidades pesqueiras no município de Araranguá. Não só remetida aos afazeres domésticos, Dona Ivone Gonçalves Julio, 78 anos, lembra que além do auxílio na confecção de tarrafas, as mulheres cortavam junco e piri¹³⁵. Também se dedicavam à produção artesanal para terem uma renda alternativa. “É, nós tecia e vendia esteira, trilha, chapéu, esteira de nove cordão. Tinha esteira de nove cordão, de treze cordão e de quinze cordão, bem larga, bem bonitas”¹³⁶. Porém, as dificuldades e os “tempos de sacrifício” não deixam de ser mencionados. A extração do junco e do piri era realizada até em Laguna ou no Camacho, registrando um deslocamento de até 114 km, com condições de transporte extremamente precárias e avessas às atuais. Normalmente a extração era realizada no verão, “nós cortava o junco o dia todo com os pés no lodo, né, dia todo”¹³⁷.

Era muito sacrifício, era muito sacrifício. Nós ia corta junco na Laguna, no Camacho. Às vezes nós ganhava o carro, né, ali no prefeito dava caminhão pra nós, e nós ia corta junco depois eles ia lá busca, junco no Camacho. I nós cortamo junco muito no Camacho, i aí nós ia em 10, 12 mulhé, de carro, de Kombi. E às vezes os homi vinham, iam pra ajudar, pra ajudar a carregar o junco,

¹³⁴ PEDROSO, Palmede Antônio, op. cit. Entrevista.

¹³⁵ O piripiri (*Cyperus giganteus*) é uma planta palustre da família das ciperáceas, que ocorre do México à Argentina. Suas folhas e colmos são utilizados no fabrico de esteiras, produzem fibra semelhante à do linho e fornecem celulose de ótima qualidade. Também é chamada de capim-de-esteira, periperi, periperiaçu, pipiri, piri e tabira.

¹³⁶ JULIO, Ivone Gonçalves. Entrevista concedida a Jonatã Vieira Clemes. Araranguá, 11, jun. de 2016.

¹³⁷ JULIO, Ivone Gonçalves, op. cit. Entrevista.

porque carrega nas costa, né. Era muito sacrifício, meu filho, ê, hoje em dia...¹³⁸

Ao depararem-se atualmente com uma alimentação muito mais diversificada, aumento do poder de compra, iluminação pública através de energia elétrica, diferentemente da iluminação que se dava por luz de querosene nas chamadas “pombocas”, sem falar nos confortos diários relacionados a móveis, banho e proteção contra o frio, entre outros; a comparação com os modos de vida, ao lembrar das dificuldades cotidianas do passado, os fazem sempre remeter, e indicar em suas memórias o quão duro e “sacrificante” era a vida alguns decênios atrás no vale do Araranguá.

Segundo os relatos, era incomum ver a presença de mulheres banhando-se no rio e pescando, apesar de auxiliarem os homens na produção de tarrafas, preparando a folha de ticum. Na distribuição social de tarefas, cabia a elas extrair maçambiques¹³⁹ nas áreas litorâneas do município, e, além do que já foi exposto, elas também auxiliavam os homens no processo de “escalar” os peixes.

As atividades cotidianas da comunidade araranguaense, focando nos pescadores localizados em Ilhas, não se direcionavam apenas para o rio. Corridas de cavalo, jogos de bocha e brigas de galo constituíam-se práticas corriqueiras. O senhor Ernesto, que tinha como passatempo predileto assistir as corrida de cavalo, lembra: “eu gostava de ver eles correr. É uma coisa rápida, né, saía lá pé! Pé! Pé! Passou, pronto acabou! Eu gostava daquilo ali”¹⁴⁰. As brigas de galo também eram comuns, conta seu Ernesto, que não gostava muito das rinhas em função da violência com os animais. Mas ambas as práticas aglutinavam vários admiradores que não participavam apenas com a torcida, envolvendo-se diretamente em apostas.

Outros eventos que reuniam grande contingente de pessoas eram as festas religiosas acontecidas entre os meses de maio e junho, homenageando São Pedro, Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora das Graças. “Tinha os festeiro, né, os festeiro era que fazia a festa. Naquele tempo fazia o baile aqui, rapaiz enchia o salão. Não precisava

¹³⁸ JULIO, Ivone Gonçalves, op. cit. Entrevista.

¹³⁹ Molusco, nome científico é *Mesodesmactroides*.

¹⁴⁰ JULIO, Ernesto José, op. cit. Entrevista.

vim gente de fora, ah, mais era gente! Nossa, enchia o salão!”¹⁴¹ As músicas eram tocadas apenas na gaita e no banjo, às vezes tinha um violão para integrar o grupo, lembra seu Ernesto. Sem falar nas domingueiras, musicadas pelos irmãos Lauro e Jacinto, que agradavam os jovens da comunidade em busca de divertimento.

O Jacinto é irmão, o irmão tocava banjo. Enchia. Ele inchou a mão de tanto toca aqui, não podia mais. Nós era moço, né. Agora moço, domingo, não tinha pra onde ir, né, nós tinha que dançar a domingueira como eles diziam, né. Domingueira, né, que era domingo. Ou o baile. Nós ia pra lá: “O Lauro vamo toca Lauro?” “Não, não posso mais”. Mas se tu chegava mais um pouco. Ele ficou brabo, e amarrava um torno (lenço nas mãos) assim, “Ah vocês, né”. “Não, não, não!”. E ia dança a domingueira. Era só na gaita e no banjo.¹⁴²

Diante dessas práticas produzidas pela comunidade araranguense, em que o Rio Araranguá demonstra-se um ator direto e atuante para a manutenção da vida dessas populações, de que maneira essas ações marcam manifestações particulares e específicas de produção cultural com o rio e o meio natural?

Um dos mecanismos de compreensão dessa problemática envolve a reflexão em torno do conceito de cultura popular. Com o intuito de analisar os diferentes signos, códigos e valores construídos pelo ser humano em diferentes períodos históricos, essa categoria abrange pensar as especificidades através da análise das produções populares por meio da ótica de que estas nunca se formam em um universo simbólico separado e independente. Seus contrastes e diferenças se dão nas mediações, apropriações e estratégias derivadas das suas relações com as classes e segmentos que formam as camadas populacionais do município.

O campo de análise da cultura popular, frutífero e de extrema relevância para o historiador, apresenta uma série de problemáticas relacionadas a sua definição, devido às conotações e implicações ideológicas, políticas, disputas teóricas e juízos de valor que esta infere.

¹⁴¹ JULIO, Ernesto José, op. cit. Entrevista.

¹⁴² JULIO, Ernesto José, op. cit. Entrevista.

Nesse sentido, cabe ao pesquisador não cair em uma dualidade reducionista ao pensar esse conceito. Afirma Chartier que o conceito de cultura popular é uma categoria erudita, no sentido de delimitar produções, simbologias e representações não pertencentes às suas práticas. E está construído sob a égide de dois eixos centrais que tratam a cultura como um movimento isolado em si. De um lado, há uma ideia de cultura popular, como um sistema simbólico coerente e autônomo, alheio e irredutível à cultura letrada, perspectiva esta que busca propor uma crítica à ideia de etnocentrismo. E, de outro, um modelo “preocupado em lembrar a existência das relações de dominação que organizam o mundo social. Assim, percebe-se a cultura popular em suas dependências e carências em relação à cultura dominante”¹⁴³.

Ao se pensar as particularidades cotidianas ribeirinhas, objetiva-se “considerar que cada prática ou discurso “popular” pode ser objeto de amplas análises, que mostrem alternadamente, sua autonomia e sua heteronomia”¹⁴⁴, e assim, elencar reflexões sobre essas construções sociais e os seus “desníveis” culturais para além da ideia de uma cultura popular fatalista, inarticulada e determinista, que não considere o papel de sujeito histórico dessas comunidades, capazes de construir e criar significações através do processo de interação com o meio no qual estão inseridas.

Como forma de escapar as esses estereótipos teóricos, torna-se relevante pensar a ideia de circularidade cultural, apropriada por Ginzburg, segundo o qual pensar cultura abrange a problematização, por um lado, tanto “das dicotomias culturais, como, por outro, das circularidades e influxos recíprocos entre cultura subalterna e cultura hegemônica”¹⁴⁵. Questões propostas e discutidas em sua obra, *O Queijo e os Vermes*, publicada originalmente em 1976. A trajetória de um moleiro friulano do século XVI, Menocchio, acaba por suscitar o debate sobre os complexos movimentos que efluem para trocas e intersecções culturais entre diferentes classes. Através do processo inquisitorial de Menocchio, Ginzburg evidencia que essas trocas e fricções não ocorrem de forma passiva e hierarquizada, mas se dão por meio de uma circularidade, em que ambas, em permanente contato e movimento,

¹⁴³ CHARTIER, Roger. “**Cultura Popular**”: revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 179.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 192.

¹⁴⁵ GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 15.

chocam-se e se transformam, assumindo as mais variadas conotações, desde críticas políticas, religiosas, inversão de valores, a manifestações conservadoras.

A ideia de circularidade cultural, compreendida como um permanente movimento de intersecção envolvendo trocas e disputas entre classes opositoras, trabalhada por Ginzburg, fundamenta-se na obra de Mikhail Bakhtin, *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*, de 1965. Bakhtin ressalta as inversões de valores e ausência de hierarquias postuladas nas manifestações populares, ritos e espetáculos, na transição do medievo para o período moderno. Nesses eventos, o riso assume a postura de enfrentamento e oposição à cultura oficial (religiosa e feudal). Enquanto as festas oficiais objetivavam legitimar as hierarquias da ordem vigente, olhando para o passado, as festas populares, por meio do riso e do realismo grotesco, indagavam sobre uma segunda vida, de liberdade, abundância e igualdade. Sobre a ideia de circularidade, ressalta Ginzburg ao analisar a obra de Bakhtin:

No centro da cultura configurada por Bakhtin está o carnaval: mito e rito no qual confluem a exaltação da fertilidade e da abundância, a inversão brincalhona de todos os valores e hierarquias constituídas, o sentido cósmico do fluir destruidor e regenerador do tempo. [...] Essa visão de mundo, elaborada no correr dos séculos pela cultura popular, se contrapõe, sobretudo na Idade Média, ao dogmatismo e a seriedade da cultura das classes dominantes.¹⁴⁶

Diferentemente de Ginzburg e Bakhtin, que problematizam as aproximações, distanciamentos e fricções culturais entre classes opositoras, Chartier pensa a cultura popular sob o viés da recepção, estratégias e práticas. Ao pensar as singularidades e individualidades, o autor visa compreender as relações concernentes entre “a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, ou seja, um espaço onde podem insinuar-se reformulações e deturpações”¹⁴⁷. Assim, cultura popular denota enfrentamentos, porém, associados à proposição de Michel de Certeau¹⁴⁸ ao refletir sobre os

¹⁴⁶ BAKHTIN apud GINZBURG, 2006, p. 15.

¹⁴⁷ CHARTIER, 1995, p. 4.

¹⁴⁸ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 21^a ed. 2014.

mecanismos de dominação simbólica que visam tornar a ordem aceitável e as diferentes formas de apropriação do que é imposto.

Além de considerar as subjetividades compostas nas “artes de fazer”, a análise de uma comunidade – somada aos objetos que a definem, produtos de uma cultura popular, organizadores de práticas e significados através de objetos simbólicos – deve estar alicerçada à contextualização histórica do sentido social que se atribui a estes, sem perder de vista as mudanças de significado de um mesmo objeto e as relações que um determinado meio do saber produz entre diferentes classes. “As formas populares das práticas nunca se desenvolvem num universo simbólico separado e específico; sua diferença é sempre construída através de mediações e das dependências que as unem aos modelos e as normas dominantes”¹⁴⁹.

O campo de produção de cultura popular, significação e representação ocorrido no município de Araranguá através do seu processo de interação ser humano/natureza envolve, além de um espaço de disputas nessas diferentes construções, a intersecção e circularidade de diferentes interesses de classes, nos quais, ao mesmo tempo em que se evidencia a construção social de um modelo de organização integrado para com o meio natural e o rio, marcado por práticas cotidianas mediadas por suas cheias, estação de peixes, entre outros, evoca-se na comunidade araranguaense ecos de um imperativo desenvolvimentista que visa a colocar a cidade sob os ditames do progresso econômico.

Nesse sentido, antes de analisar a forte demanda pelo progresso econômico no município, cabe uma reflexão sobre as problemáticas de âmbito social, econômico e político vivenciadas pelo município, com vista a possibilitar uma compreensão das contradições ambientais vivenciadas sem cair em reducionismos e anacronismos.

¹⁴⁹ CHARTIER, 1995, p. 11.

3.3. PROBLEMÁTICAS SOCIOECONÔMICAS

À medida que transcorriam os primeiros decênios do século XX, e com eles a eclosão de valores solidificados pela civilização moderna ocidental, como o progresso, evolução e trabalho, articula-se em várias capitais do Brasil – e na região sul do estado de Santa Catarina não foi diferente – um discurso político-econômico voltado a direcionar o município de Araranguá para o ímpeto progressista que se delineava em grandes cidades do país.

Esses primeiros movimentos que visavam o despontar econômico da comunidade araranguaense, amplamente defendido por órgãos públicos e pela imprensa regional, possuem algumas peculiaridades frente a problemas estruturais encontrados no município no que tange a dificuldades de articulação e comunicação com seu vasto território, transportes, iluminação pública, arrecadação de impostos, abertura de estradas, intensificação e desenvolvimento de sólidas produções econômicas, alfabetização de seu contingente populacional e acesso à saúde, entre outros.

Consciente dessa situação, o Superintendente Municipal de Araranguá, João Fernandes¹⁵⁰, em mensagem ao conselho municipal no ano de 1923, ressalta os desafios a serem travados pela administração pública para sanar os diversos problemas de seu mandato. Entre eles, são destacados como prioridades três aspectos: urbanização, abertura de estradas e educação primária. O foco principal, as obras públicas, destinava-se majoritariamente à abertura de estradas que visavam a ligar vias de comunicação com os 40 mil habitantes do vasto município que ficavam muitas vezes ilhados pelas más condições das estradas, e, sobretudo, fornecer vias de transporte para escoar suas produções de farinha de mandioca, milho, feijão, banha e carne suína, entre outros.

A infraestrutura básica marcava uma das maiores preocupações das autoridades municipais. Em sua mensagem, João Fernandes reconhece a lentidão das transformações buscadas. Em tom otimista, ressalta: “infelizmente pouco temos feito para elevarmos a nossa terra à altura que desejávamos vê-la alcandorada. É, entretanto, vencendo as dificuldades que se levantam diante da administração, é não medindo sacrifícios, é fortalecendo-nos a fé e vigorando-nos no trabalho que

¹⁵⁰ Exerceu o primeiro mandato entre 1894-1898 e o segundo entre 1903-1927.

havemos de conseguir o nosso *desideratum*”¹⁵¹. Apesar da ênfase revigorante no trabalho como maneira de driblar as dificuldades estruturais básicas, no decorrer da primeira metade do século XX pouco conseguiu-se arrefecer as problemáticas presentes no município.

A precariedade das vias de comunicação e transporte demonstrava-se uma preocupação não só araranguaense, mas de maneira geral, da região sul do estado de Santa Catarina. Nesse sentido, foram criados vários projetos que objetivavam oferecer vias sólidas de transporte para possibilitar um seguro e contínuo escoamento de mercadorias e maior ligação aos núcleos populacionais isolados, interdependentes em âmbito político-econômico.

Um desses projetos seria a construção da *Estrada de Ferro Dom Pedro I*, ferrovia que ligaria Desterro a Porto Alegre. Concebida em meados da década de 1870, a estrada atravessaria de norte a sul o município de Araranguá, oferecendo a sonhada possibilidade de uma estabilidade econômica e os primeiros passos em direção ao progresso. Mas sua efetiva concretização dependia, além da aprovação do Poder Legislativo Catarinense, também do Rio Grande do Sul, o que acabou não acontecendo, e o projeto foi engavetado.

Uma alternativa seria a abertura de um canal navegável entre Laguna e Araranguá, o *Canal Príncipe Dom Afonso*. Devido à geografia favorável que interliga os municípios, composta por rios volumosos, lagos e lagoas, diversos estudos e relatórios propuseram a consolidação do projeto como via de garantir os interesses econômicos da região. Apesar de permanecer nas discussões políticas por praticamente todo o último quarto do século XIX e primeiras décadas do XX e de possuir um grande apoio para sua efetivação, as dificuldades relacionadas a equipamentos modernos de trabalho e altos investimentos acabaram por solapar a abertura do canal.

Além das vias férreas e fluviais, na década de 1850 ocorreram algumas discussões no sentido de construir uma estrada ligando Porto Alegre/Laguna. Mas uma vez, ao deparar-se com os pesados

¹⁵¹ Relatório da Administração do Município de Araranguá apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Cel. João Fernandes de Souza, em janeiro de 1923. In: HOBOLD, Paulo. **A História de Araranguá**: complementada e atualizada por Alexandre Rocha. [s.n.], 2005, p. 189.

investimentos e obras sobre os diversos rios, lagoas e lagos presentes na região, o projeto foi abortado.

A ausência de vias sólidas de interligação e exportação de mercadorias acarretou vários problemas no âmbito socioeconômico do município. Mesmo com um intenso movimento de transporte hidroviário nas redes fluviais do Rio Araranguá, que “nos últimos 25 anos do século XIX e no início do XX, foi de tanta intensidade que, segundo quadro estatístico, constatou-se no espaço de 17 meses, 78 entradas e equivalentes saídas de barcos”¹⁵², desde fins do XIX já se alarmava a instabilidade da barra em oferecer passagem às embarcações, comprometendo a regularidade e segurança da produção. Tanto que essa alternativa econômica foi abandonada na década de 1920, quando se interrompe o tráfego fluvial. Esse entrave foi sanado, de certa maneira, apenas no ano de 1927, quando se inaugura a extensão dos trilhos da *Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina* à margem esquerda do Rio Araranguá, no bairro Barranca. O principal objetivo da construção da ferrovia foi para viabilizar a exploração do carvão no recente município emancipado de Araranguá, Criciúma. “Em vista de a barra do Rio Araranguá não ter mais oferecido segurança de navegabilidade, esse ramal férreo conjunto com os portos de Laguna e Imbituba, foi de suma utilidade, possibilitando por aproximadamente 40 anos um transporte seguro e eficiente”¹⁵³. Desse período em diante, Araranguá passa a ocupar uma posição secundária, primordialmente agrícola, enquanto Criciúma despontava como centro econômico e polo da indústria carbonífera no sul do Estado.

Diferentemente das alternativas e projetos citados, que representavam o progresso e a modernidade, havia na região outras formas de escoar as mercadorias produzidas. Significativas não apenas em âmbito econômico, foram responsáveis pela formação sociocultural no processo de interiorização dos núcleos populacionais entre os séculos XVIII-XX: os tropeiros e os carreteiros. Em um período de dificuldades de comunicação e interligação com as áreas distantes da região, as novidades de informação, comércio, moda e indústria chegavam à população por meio desses viajantes.

¹⁵² HOBOLD, 2005, p. 163.

¹⁵³ Ibidem, p. 167.

Originalmente possuidora de um vasto território e “largas fronteiras com o Rio Grande do Sul, Araranguá atraía os interesses econômicos e comerciais dos sul-rio-grandenses, sobretudo dos serranos que mantiveram extensas atividades comerciais”¹⁵⁴. Nesse processo de trocas e interligação comercial, a atividade tropeira era a principal forma de mediar as trocas de mercadorias. Enquanto os serranos criavam bois, muares, porcos, ovelhas, e produziam charque e queijo, os produtores catarinenses das áreas litorâneas forneciam farinha de mandioca, milho, açúcar, arroz, feijão, entre outros produtos domésticos de agricultura primária.

As trajetórias dos tropeiros demonstravam-se longas e dificultosas. Intempéries relacionadas à má qualidade das estradas, cheias dos rios, chuvas e calores excessivos, problemas como o “estouro da tropa” em que animais selvagens, relâmpagos ou qualquer outro tipo de barulho assustava os animais transportados e estes se separavam do rebanho, atrasavam em dias ou semanas a chegada aos pontos de destino.

Devido aos longos períodos de trabalho, pontos de parada eram necessários para assegurar o descanso e conservação das tropas, sendo as “Casas Comerciais” uma importante alternativa para os tropeiros. Esses lugares, além de contar com espaços apropriados para os animais transportados passarem a noite, ofereciam alimentos e locais de descanso, sem necessariamente se utilizarem de dinheiro para custear sua estadia: em muitos casos, o acordo definia-se pela troca de mercadorias entre as partes envolvidas.

As atividades dos carreteiros também se constituíram em um dos mais importantes meios de escoar as produções locais da região, em grande maioria de itens primários, como a farinha de mandioca, um dos principais itens de produção das famílias de agricultores de Araranguá. Os pontos de comércio e transporte desse produto destinavam-se primordialmente a cursar as áreas litorâneas em direção aos portos de Laguna e Imbituba. Responsáveis pelo transporte de uma temporada de trabalho dos agricultores aos intermediários que as revenderiam em outras localidades do país, a segurança e a qualidade de chegada aos

¹⁵⁴ MACEDA, Elison de. **Tropeiros e Carreteiros em Araranguá – SC (1920-1950)**. 56 f. Monografia (Pós-Graduação em História), Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC, p. 10.

pontos de destino eram prezados como fundamentais para a manutenção dessa função, gerando monopólios entre os carreteiros.

Ambas as atividades sofriam com a baixa qualidade das estradas, que, além de frear o crescimento regional, colocava em risco a vida dos trabalhadores que necessitavam utilizá-las com frequência. Nesse sentido, é de se supor que a chegada da *Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina*, ao possibilitar o aumento do número de cargas transportadas, aumento na velocidade e maior segurança no transporte, como véu modernizador e prelúdio de novos tempos, acabasse por suplantando o papel desempenhado pelos tropeiros e carreteiros. Porém, argumenta Elison de Maceda, ao analisar os embates causados entre os tropeiros/carreteiros e a instalação da ferrovia:

Esse grupo (tropeiros) se destacava em grande parte pelo transporte de tropas a pé partindo da serra. O comércio de mercadorias manufaturadas entre o litoral e a serra ocorria na sua maioria com o uso de muares, considerados mais adequados para esta atividade. Sendo assim, a vinda da ferrovia não ocasionou profundas mudanças, até porque as localidades mais distantes da sede do município continuaram a manter as relações comerciais com os tropeiros.¹⁵⁵

Cabe ressaltar que as rotas comerciais dos tropeiros em direção à serra gaúcha não sofriam oposição com a instalação da ferrovia, pois esta, como dito, deslocava-se de Araranguá em direção ao norte, aos portos de Laguna e Imbituba, diferentemente do que ocorreu com os carreteiros, que acabaram por disputar com a ferrovia os mesmos trajetos.

A princípio, a instalação da ferrovia em Araranguá foi de grande impacto para os carreteiros, mas não suficientemente forte para extinguir suas atividades. Os altos valores do frete no transporte pela Estrada de Ferro, apesar de todas as benesses, e a “diminuição no valor dos fretes por parte dos carreteiros, manteve por mais algum tempo esta atividade e a manutenção dos trabalhadores em seus empregos”¹⁵⁶. Ambas as atividades resistiriam até meados das décadas de 1950-1960, devido à ampliação das rodovias e à intensificação do uso de caminhões

¹⁵⁵ Ibidem, p. 33.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 34.

para transporte. Estas que se mantiveram suplementares, acabaram por ser engolidas pelo progresso.

Um dos fatores que acentuavam as problemáticas político-econômicas de Araranguá se dava pela baixa arrecadação municipal e pela falta de articulação com o Estado relativa à concessão de empréstimos. Os baixos valores acumulados anualmente não eram suficientes para nutrir o projeto de crescimento econômico objetivado. Tanto que, para a abertura de estradas, obras que deveriam ser realizadas pela prefeitura, financiadas mediante cobrança de imposto, “na maioria dos casos, este imposto servia como instrumento de troca pela mão de obra do colono, ele tanto necessitava da mesma, para fazer escoar sua produção agrícola”¹⁵⁷. Assim, os próprios moradores, dotados de seus instrumentos de trabalho, resolviam como podiam a falta de execução de um plano de urbanização bem elaborado pela administração municipal, construindo com suas próprias forças novas estradas no interior do município.

Esse entrave esteve presente perante todas as administrações locais ao longo da primeira metade do século XX. Nas Correspondências de Governo analisadas, a abertura de estradas e os problemas econômicos de Araranguá constituem a tônica dos temas discutidos. No ano de 1941, ainda ocorre como prática corriqueira a troca de trabalho de moradores pela isenção de imposto para abertura e manutenção de estradas. Sem esquecer o ensejo pelo tão sonhado progresso, porém, nesse período, cada vez mais distante para o município, que não conseguiu transpor as raízes agrárias de subsistência. Em carta datada de julho de 1941, o então administrador de Araranguá, Rui Stockler de Souza, reconhece os empecilhos encontrados e a extrema necessidade do auxílio da população local.

Estou fazendo um apelo a população rural do município para colaborar com minha administração prestando todo o auxílio possível na reconstrução das estradas que infelizmente se encontram em condições lamentáveis. O auxílio que peço, é para aqueles que queiram prestá-lo “expontaneamente”, contribuindo assim para o engrandecimento do município que é digno de melhor sorte não só pelas suas riquezas naturais

¹⁵⁷ HOBOLD, 2005, p. 188.

como também pela capacidade de trabalho e de progresso de sua laboriosa população. Como é do conhecimento de todos, são precárias as verbas municipais ante a grande extensão de estradas que temos a construir e conservar, não permitindo ao município empreender só, como devia, essa obra que se faz sentir necessária e que deve ser iniciada o quanto antes, sob pena de retardarmos ainda mais o desenvolvimento econômico desta comuna. [...] Como todos sabem, boas estradas que dêem fácil escoamento a produção agrícola, incentiva e desenvolve o intercâmbio comercial trazendo como consequência o enriquecimento do povo.¹⁵⁸

O tom discursivo de Stockler assemelha-se à narrativa de João Fernandes. Apesar da estagnação, acreditava-se ser possível transpor as barreiras e colocar o município nos trilhos do desenvolvimento, mesmo com os pequenos rendimentos e a fraca articulação com o estado. Nota-se que a consolidação da produção carbonífera na região e a construção da ferrovia *Dona Teresa Cristina* não foram capazes de sanar os entraves historicamente presentes em Araranguá no decorrer do século XX. Pelo contrário, esses eventos acabaram por caracterizar o município como essencialmente agrícola e de baixo volume exportador.

Perante os fracos movimentos político-econômicos, não faltaram críticas ao município. Periódicos locais constantemente assinalavam as deficiências nas áreas de educação, urbanização e economia, entre muitos outros aspectos. As conhecidas preocupações relacionadas à necessidade de urgência para abertura de estradas e maiores recursos acabaram por afetar a industrialização de Araranguá e, também, seu pilar econômico, a agricultura. Frente a esse estado de completa ineficiência, não faltaram constatações da necessidade de uma maior atuação por parte da administração responsável, como expressa a matéria de capa do jornal araranguaense *Campinas*, edição de 5 de abril de 1936:

Dispomos de excelentes materias primas para o desenvolvimento de nossa industria, entretanto Araranguá é um dos municípios do estado onde

¹⁵⁸ SOUZA, Rui Stockler de. (Correspondência da Prefeitura Municipal de Araranguá). 19/07/1941, Araranguá. [Para] RABELO, Raul. Rocinha. 1f. Solicitação de auxílio para construção de estradas no município de Araranguá.

menos se exercem os trabalhos manuais, onde quasi não se executam as operações necessarias para a transformação dessas materias primas. Mesmo a industria agricola está muito descurada entre nós. Todos os municipios formados dos elementos alemães e italianos são os principais centros industriais do Brasil. Em nosso Estado destacam-se Joinville, Blumenau, Brusque, São Bento e outros onde predominam as raças que nos referimos, e por isso são os mais prósperos [...] Araranguá compõe-se de terrenos apropriados para todas as culturas da lavoura e têm uma fertilidade assombrosa. Entretanto pouco se planta, raros são os lavradores que souberam elevar-se acima dos que apenas vivem do produto de alguns sacos de farinha que fazem por ano e de algum feijão e milho que colhem de suas roças! [...] A industria é outra fonte de riqueza quando desenvolvida por emprezas ou espiritos progressistas e de tino adquirido no trabalho perseverante.¹⁵⁹

A preocupação com a criação de uma atividade industrial sólida e de larga escala esteve presente no município durante todo o período estudado. Não faltavam, nos periódicos regionais, propostas e manuais para se atingir tal objetivo. Porém, a falta de infraestrutura básica e de uma melhor articulação com o Estado acabou por criar uma série de entraves. Nota-se, na reportagem, que até a agricultura, pilar econômico de Araranguá, sofre duras críticas devido ao fato de não conseguir estabelecer-se como uma referência exportadora, possuindo uma dinâmica de subsistência.

O município de Araranguá, dotado de belezas e recursos naturais, uma vez principal centro articulador do sul catarinense, emancipando-se de Laguna, se encontra, no decorrer do século XX, em falta de medidas político-econômicas capazes de possibilitar uma estabilidade para seu vasto território. Diferentemente de outros centros urbanos catarinenses, que delinearam modelos de crescimento econômico, órgãos públicos e a imprensa local constataam a necessidade do município de Araranguá equiparar-se a esse movimento. Esse

¹⁵⁹ O QUE falta a nossa cidade. Jornal Campinas, Araranguá, 5 de Abril de 1936, (Capa).

discurso ganha ênfase na comunidade, em muito, pelo anseio da população de ver sanados os diversos problemas cotidianos que enfrentam. Assim, objetiva-se a todo custo inserir Araranguá e região nesse ímpeto progressista que fulgura no sul catarinense, sobretudo após a década de 1930, decorrente dos auxílios e intensificação gerados pela produção carbonífera. Segue-se, no capítulo a seguir, a análise desse ímpeto progressista delineado no município, articulando-o às transformações e impactos ambientais experienciados sobre o Rio Araranguá e sobre a natureza de maneira geral.

4. ÍMPETO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

Em viagem pelo litoral sul-catarinense no ano de 1940, Helio de Haro, morador de Novo Hamburgo (RS), relata nas páginas publicadas pelo Jornal *A Imprensa* de Tubarão/SC, suas impressões desse território, cuja “paisagem inédita, quase toda, inebriava a nossa alma de panteísta palmilhador de vastas regiões; o sabor das novidades que a natureza e o homem nos ia ofertando alegrava o nosso coração de lutador”¹⁶⁰.

Cercado por um conjunto de paisagens permeadas por variedade e beleza, o autor não poupa elogios à natureza, que sob um primeiro olhar, através dos esforços da população, indicaria uma região de futuro progresso. No entanto, ao chegar à localidade de Arroio do Silva (até então pertencente a Araranguá), Helio Haro observa: “esse lugarejo é um povoado de pescadores. Criaturas sem aspirações maiores que a de pescar, sem compreensão de progresso”¹⁶¹. Isso somado as dificuldades de travessia do Rio Araranguá, que em épocas de chuva, dada a ausência de pontes, impede a passagem dos transeuntes, deixando a cidade ilhada, fato que acabou por prolongar a estadia de Helio no município. Assim, conclui: Araranguá de “pouco progresso denota para uma localidade organizada para o futuro, que apesar de sua atual situação possui ruas largas e um amplo jardim”¹⁶².

O discurso do progresso futuro, alardeado e prometido para a região sul de Santa Catarina, e, especificamente, para Araranguá, demonstra-se prática recorrente para se justificar e empreender medidas desenvolvimentistas com vista a colocar a região, até então esquecida, nas vias do crescimento e da civilização. Nesse aspecto, os meios de comunicação, sobretudo os jornais, tiveram grande participação em reivindicar ações e planos governamentais para sanar os problemas que barravam o despontar do sul catarinense no que tange à modernização da produção industrial (entre outras, a extração de carvão), eficiência dos meios de transporte e articulação de uma política federal e local para garantir a estabilidade econômica do sul do estado.

O diagnóstico do atraso técnico, que implica no discurso da falta de estruturas modernas nas relações de produção econômica,

¹⁶⁰ UMA VIAJEM ao sul catarinense. Jornal *a Imprensa*, Tubarão, 6 de julho de 1940. p. 2.

¹⁶¹ Ibidem.

¹⁶² Ibidem.

envolvendo o clamor pela construção de vias de comunicação, transporte, urbanização etc., e a necessidade de se colocar o Vale do Araranguá nos ditames do progresso econômico, tornou-se a tônica das autoridades e do empresariado regional entre as décadas de 1930-1950. Ao analisar a ideologia do progresso relacionada ao processo de extração e mecanização da produção carbonífera no sul de Santa Catarina, Carlos Renato Carola questiona essa perspectiva, ao salientar que esse diagnóstico tradicional apenas estaria preocupado com um problema econômico, não considerando as potencialidades regionais em sua totalidade, sobretudo as ambientais. Assim, com o diagnóstico do atraso técnico:

Cria-se a ilusão de que ao se potencializar o aumento da produção, do crescimento econômico e do progresso, estão se assegurando bem-estar e conforto para toda a população. Entretanto, como o diagnóstico simplesmente está voltado para a lógica do capital, não houve nenhuma preocupação com a questão socioambiental.¹⁶³

Inclusive, assinala o autor que uma das medidas indicativas de mensurar a presença do progresso econômico na modernidade estaria justamente presente na forma de dominação da natureza por meio da técnica e da tecnologia. E, de maneira geral, na região de estudo, essa perspectiva se expõe nos meios de comunicação ao longo de toda a primeira metade do século XX. Dessa forma, Araranguá é representada como uma terra de belezas, repleta de uma natureza diferenciada, porém, esperando para ser abatida e domesticada, à espera de seu progresso ainda por vir.

Em matéria publicada pelo Jornal *O Albor*, de Laguna/SC, em 1935, torna-se candente o ímpeto progressista que visava à domesticação do meio natural como sinalizadora do desenvolvimento econômico, tão esperado no sul do estado. Em passagem pela região, anteriormente, para assumir o cargo de prefeito do município de Itajaí, representando o empresariado na função de diretor do banco *Indústria e Comércio de Santa Catarina*, Irineu Bornhausen, na companhia do diretor-gerente da *Cia. Itajaiense de Fósforos*, Antônio Ramos, visitou a região no intuito de abrir filiais do banco *Indústria e Comércio de Santa Catarina* em Laguna e Tubarão. Diante da possibilidade de expansão do

¹⁶³ CAROLA, 2010, p. 173.

crédito para financiar a produção e industrialização do sul catarinense, a imprensa regional, expressando os interesses regionais do empresariado, em tom expansivo alardeia:

Região fertilíssima, onde a natureza dadivosa fez o cenário e não encontrou o homem, o sul catarinense tem muito e muito que dar. Falta-lhe, entretanto, o vigor de iniciativas, dessa iniciativa que cria e produz, que elabora e realiza, que realiza e triunfa, para afinal como consequência lógica, confundir o derrotismo ambiente. Vivemos, assim, tantalizados dentro dessa grandeza inútil... Para nós!¹⁶⁴

Essa natureza dadivosa, composta por um cenário repleto de grandeza e fertilidade, no entanto, de grandeza inútil, de acordo com a imprensa regional, necessitava de ações transformadoras, com vista a formar uma nova dinâmica econômica para o sul catarinense. Essas expectativas, de certa maneira, são alcançadas com a intensificação da extração de carvão nas localidades de Criciúma, Lauro Muller, Urussanga e Siderópolis, que durante toda a primeira metade do século XX alteram drasticamente a paisagem regional, e conseqüentemente, da bacia do vale do Araranguá, sendo consideradas símbolos de progresso e civilização, principalmente a localidade de Criciúma. É em função da ascensão econômica causada pela extração do “ouro” negro que Criciúma emancipa-se do município de Araranguá no ano de 1925.

O despontar econômico de Criciúma acaba por gerar uma polarização na bacia do Rio Araranguá, referente à parte norte, industrializada, sedimentando sua economia com base nas necessidades carboníferas da parte sul da bacia, voltada exclusivamente para as produções agropecuárias. Como afirma Comassetto, “apesar de certo dinamismo econômico e comercial em função da produção agropecuária, é com a intensificação das atividades de mineração de carvão e a construção da ferrovia que na região, centrada ao lado norte da bacia, inicia-se um processo mais dinâmico de desenvolvimento”¹⁶⁵. Essa dinamização, apesar de constantes crises, ganha ênfase em função

¹⁶⁴ EM TORNO de uma excursão. Jornal O Albor, Laguna, 14 de Julho de 1935. Capa.

¹⁶⁵ COMASSETTO, Vilmar. **Água, meio ambiente e desenvolvimento na bacia do Araranguá (SC) 2008**. 338 p. (Tese de Doutorado em Geografia – UFSC), p. 132.

da eclosão das duas guerras mundiais, ambas forçando a diminuição da importação de carvão estrangeiro e propiciando o aumento de consideráveis investimentos na extração mineral em Santa Catarina.

Esses fatores alteraram significativamente a composição sociocultural no vale do Araranguá. Se, nas primeiras duas décadas do século XX, havia uma clara presença de açorianos, descendentes de escravos e indígenas desempenhando funções em torno da pesca e agricultura de subsistência, e de colonos, em maioria alemães e italianos, praticando comércio e agricultura de exportação, a partir do primeiro “boom” da produção carbonífera decorrente da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o agricultor e o pescador, em grande escala, ingressam nas minas de carvão como trabalhadores assalariados, efetivando a exploração de carvão no sul do estado sob o modelo capitalista de produção.

Durante a década de 1930, devido aos impactos na balança comercial gerados pela crise econômica de 1929, seguida de desvalorização da moeda e da queda nas exportações brasileiras, entre 1931-37 instituem-se medidas protecionistas pelo governo brasileiro com vista a proteger o setor carbonífero, estabelecendo um percentual mínimo de consumo nacional de carvão, inicialmente de 10%, para fixar-se em 20%, situação que se arrefeceu apenas na década de 1940 em função da eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Novamente, a queda nas importações propicia o aumento de consumo do carvão nacional, ocasionando a plena consolidação da produção carbonífera e, com ela, o título de capital nacional do carvão para a cidade de Criciúma. Apesar dos altos e baixos referentes à exportação do carvão, cabe ressaltar que desde o início do século XX registra-se uma estrutura semi-mecanizada de extração, inclusive importando tecnologia estrangeira (da Inglaterra, Alemanha, Polônia e Estados Unidos) para a formação das minas¹⁶⁶.

Nesse período, há a formação de blocos hegemônicos ligados à produção de carvão presente em âmbito civil e político. Salienta Comassetto que “a dominação dos grupos político-econômicos se dará

¹⁶⁶ Para saber mais, ver em: CAROLA, Carlos Renato. **Progresso, Tecnologia e Insensibilidade Socioambiental:** a extração do carvão na primeira metade do século XX (1880-1950). In: CAROLA, Carlos Renato (org.). **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina** impactos sociais e ambientais. Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc, 2010. p. 170-195.

principalmente depois de implantado o complexo industrial carbonífero, por volta da década de 1940, com a participação de empresários de Criciúma na política da região”¹⁶⁷. Sem contar que, durante toda a década de 1950, todos os governadores de Santa Catarina tinham algum tipo de relação com o setor carbonífero.

Após o deslocamento do centro dinâmico do extremo sul do estado ocasionado pela emancipação de Criciúma, Araranguá segue praticamente sem alterar sua estrutura econômica entre 1930-1960. Sérgio Giovani Maciel, através de uma abordagem linear progressiva, analisa os movimentos econômicos do município, objetivando compreender as circunstâncias das raízes locais do “atraso industrial” de Araranguá, que o autor denomina “meio século de quase o mesmo”. Ao situar a base agrícola na parte sul da bacia do Araranguá, Maciel conclui que esta, somada às manufaturas e à atividade pesqueira, por suas técnicas rudimentares e praticamente de subsistência, não foi capaz de possibilitar uma diversificação, ampliação e consolidação industrial.

Marcados por uma estrutura de pequenas propriedades rurais e pequenos estabelecimentos comerciais baseados na produção de itens primários (milho, feijão, arroz) e outros, com alguma forma de processamento, como a farinha de mandioca e produtos de origem animal, os baixos níveis de produção, somado às técnicas rudimentares que moveram a economia local, “permaneceram o mesmo durante quase três décadas, não gerando o excedente necessário à ampliação do capital e consequente aumento no movimento econômico municipal”¹⁶⁸. Logo, para Maciel, o acúmulo de capital de forma lenta, a falta de articulação com outros mercados e a falta de um setor industrial forte, acabaram por justificar o “atraso” econômico de Araranguá frente às demais localidades do sul do estado.

De diferentes formas, pois cada localidade possuía particularidades com relação ao processo de crescimento econômico, o sul catarinense buscava medidas progressistas frente ao governo estadual e federal para sanar as barreiras para o seu desenvolvimento, com maior ênfase para o setor carbonífero, porém sem esquecer os municípios com atividades agrícolas. Em ambas as localidades tornava-

¹⁶⁷ COMASSETTO, 2008 p. 137.

¹⁶⁸ MACIEL, Sérgio G. **Raízes locais do atraso industrial de Araranguá.** Criciúma, 2006. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade do Extremo Sul Catarinense. [s.p.].

se candente a necessidade de maior investimento em infraestrutura no sul do estado, principalmente quando comparada, pela imprensa regional, a diferença entre os investimentos efetuados no norte do estado, com cidades de atividades industriais consolidadas, e o sul, com as conhecidas dificuldades de escoar suas produções, em razão da falta de investimento. Sobre essa questão, o historiador Mário Belolli já apontava as dificuldades enfrentadas no sul do estado na década de 1920: “para sintetizar o problema, nota-se que do total da produção verificada no exercício de 1924, foram exportadas apenas 60.861 toneladas, ficando estocadas nos pátios das empresas mineradoras 35.295 toneladas do produto, pela falta de equipamentos ferroviários”¹⁶⁹.

Sobre a disparidade entre norte-sul de Santa Catarina, o então advogado residente do município de Tubarão, Francisco Carlos Regis, em janeiro de 1938 (em 1947 seria eleito prefeito do município pelo PSD com 73% dos votos) questiona a situação sulina, elencando dois principais aspectos que justificariam essa disparidade, em matéria intitulada *A Diferença entre o norte e o sul do nosso estado*.

Nenhum de nos, sulistas ignoramos a grande diferença que existe entre o norte e o sul do nosso Estado, já no terreno cultural, já no terreno industrial, já no comercial. Apenas podemos exceptuar o agrícola, em o qual, o sul leva uma vantagem formidável. Em minha recente viagem ao norte do Estado, tive a oportunidade que ha muito vinha almejando, de palmilhar e estudar as causas que colocaram em terrenos tão opostos, mormente no ramo industrial, a zona norte, da zona sul. Os fatores que compõe esta diferença são dois: 1) Energia (força elétrica diurna) e 2) O serviço constante do governo estadual.¹⁷⁰

A energia, primeiro ponto salientado, basicamente serve para suprir a demanda produtiva em alta escala. Já no segundo aspecto, Francisco Regis remete à qualidade das estradas do norte, com

¹⁶⁹ BELOLLI, Mário; GUIDI, Ayser; QUADROS, Joice. **A História do Carvão de Santa Catarina**. Volume I. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. 2002, p. 96.

¹⁷⁰ A DIFERENÇA entre o Norte e o Sul do nosso Estado. A Imprensa, Tubarão, 29 de janeiro de 1938. p. 2.

conservação permanente e em perfeito estado. Nem mesmo as chuvas atrapalham o escoamento de produções e transporte populacional nas áreas próximas aos rios, pois estes não possuem balsas, mas sim pontes amplamente estruturadas. No entanto, o autor reconhece os avanços em termos de infraestrutura delineados no sul catarinense após a posse do interventor Nereu Ramos (1937-1945), com a construção das estradas de rodagem Tubarão/Florianópolis, Laguna/Florianópolis e a reconstrução da estrada Cresciúma/Araranguá. Assim, em nome do sul, conclui sua argumentação: “Dem-nos energia elétrica e seremos uma colmeia de progresso”¹⁷¹.

A ideologia do progresso, busca perpétua, é constantemente aludida por órgãos públicos, sociedade civil, empresariado, imprensa e demais instituições, fortemente apoiada e buscada durante toda a primeira metade do século XX no Estado de Santa Catarina, sendo questionada com maior ênfase apenas na década de 1980, em função da constatação dos pesados impactos ambientais gerados por décadas de exploração econômica desordenada sobre o meio natural. Essa ideologia, incorporada ao pensamento Iluminista no século XVIII, que promete a expansão de todas as possibilidades humanas, crescimento e liberdade, alimenta o mito de uma sociedade “futura do lazer puro e intelectual, onde se poderia receber sem trabalhar, numa espécie de terra prometida baseada no progresso técnico. O domínio da racionalidade científica e técnica conduziria o homem à liberdade e ao bem-estar”¹⁷².

Assim, através do progresso econômico, o sul catarinense despontaria para uma futura melhora na qualidade de vida, possibilitando maior liberdade e igualdade entre as pessoas. No entanto, esse progresso técnico-científico conseguiu sanar, de maneira geral e não satisfatória, as demandas de desenvolvimento sulinas, impactando, à medida que a exploração se intensificava, a qualidade da água, do solo, a saúde dos trabalhadores e causando a deterioração visual da paisagem. Marcada por uma racionalidade estritamente econômica, a exploração desmedida dos recursos naturais seria um dos feitos necessários para a obtenção do desenvolvimento e promoção do progresso. A natureza, na perspectiva do empresariado regional, configurava-se apenas como um mero recurso, desprovido de valor (comercial) se não fosse amplamente utilizado para servir os ditames da produção.

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso**. São Paulo: Ed. Unesp. 2006, p. 58.

Ao analisar as relações construídas entre ser humano/natureza no vale do Araranguá, os geógrafos Luiz F. Scheibe e Maria D. Buss, e a especialista em Geociências Sandra Furtado, propõem questionar a formação socioespacial da bacia através do modelo histórico de apropriação dos recursos naturais disponíveis na região, marcados por um modo de interação insustentável. No contrassenso de uma perspectiva pautada no progresso, a paisagem na Bacia do Araranguá “revela as marcas de um passado onde a presença de diferentes etnias, relacionando-se com os recursos naturais, imprimiu características visuais e culturas impregnadas de significados”¹⁷³.

Logo, evidencia-se aqui não uma intensa exaltação de um crescimento avassalador repleto de contradições ou a necessidade de justificar os fatores que ocasionaram a estagnação econômica de um município e região, mas sim, refletir sobre como cada modelo de interação sociocultural entre ser humano/natureza possui suas particularidades e especificidades não capazes de serem mensurados em uma perspectiva progressivo-linear de análise. A História Ambiental, ao questionar as tradicionais divisões políticas, fontes, recortes de análise temporal, dentre outros aspectos, objetiva pensar as complexas redes que envolvem os mecanismos de relação que colocam a natureza na sociedade e vice-versa. Assim, “a história da bacia é a história de seu rio, dos seus vales e montanhas, campos e florestas. Mas é também a história de sua gente, que vive na bacia e que dela depende para viver, numa relação de solidariedade, em que a qualidade ambiental da bacia depende da qualidade de vida de seus habitantes”¹⁷⁴.

No tópico a seguir, objetiva-se analisar e contextualizar, estabelecendo-se uma relação de âmbito local/nacional acerca da ideia de recursos naturais, empreendida pelo governo federal nas décadas de 1930-40, como meio de compreensão das concepções de rio/natureza empregadas por autoridades municipais e comunidade araranguaense com seu meio natural.

¹⁷³ SCHEIBE, Luiz Fernando; BUSS, Maria Dolores; FURTADO, Sandra Maria de Arruda (orgs.). **Atlas Ambiental da Bacia do Rio Araranguá**: Santa Catarina/Brasil. Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2010, p. 22.

¹⁷⁴ Ibidem, 2010, p. 3.

4.1. RECURSOS NATURAIS COMO BENS DE CONSUMO

As mudanças socioeconômicas empreendidas na Bacia do Araranguá entre as décadas de 1930-1940, além de alterarem profundamente a paisagem local, dentre vários fatores, sedimentadas pela indústria carbonífera, até então carro chefe da economia regional, marcaram uma ambivalente percepção em torno da ideia de uso dos recursos naturais. Se, nesse contexto, a intensa busca pelo crescimento torna-se candente no sul catarinense, há também a existência de um debate preocupado com a esgotabilidade das matérias primas e a extinção de espécies vegetais e animais, fruto da ação humana, clamando pela necessidade de sua conservação.

Assim, pensar o uso dos recursos naturais e o papel que estes representariam para a industrialização do país contemplou uma série de medidas governamentais no período Vargas, expressa em um amplo leque de legislações instituídas entre de 1933-1934. Entre elas, cabe mencionar o Código Florestal, Código das Águas, Código de Caça e Pesca e o Código de Minas, além da realização da **Primeira Conferência de Proteção a Natureza**, em 1934. Para efetivação do estudo do objetivo proposto, elencou-se analisar especificamente os códigos Florestal e das Águas, ambos de 1934, e seu ambiente intelectual, como forma de compreender a concepção de rio, recursos hídricos e florestas estabelecidos na região, fruto de fricções e diferentes construções culturais que mediaram a interação da comunidade araranguense com o Rio Araranguá.

Torna-se indissociável da análise de tais medidas legislativas a presença de um grupo de intelectuais preocupados com a conservação dos recursos naturais. Ao questionarem o modelo intensivo de exploração econômica brasileira, pesquisadores como Alberto José Sampaio, Armando Magalhães Corrêa, Cândido de Mello Leitão e Frederico Carlos Hoehne objetivaram utilizar seus conhecimentos acerca da natureza, fundamentados na biologia, ecologia, biogeografia, zoogeografia e botânica, entre outras, para gerar um modelo de crescimento que equacionasse desenvolvimento econômico e conservação da natureza. A presença de instituições como o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Jardim Botânico e o Instituto Butant, teve fundamental importância na atuação desse grupo.

Esse não foi o primeiro grupo de cientistas que teve em seus trabalhos a preocupação com a conservação da natureza, articulando-a a uma proposta política e econômica de gestão do país na qual, de acordo com o historiador José Augusto Pádua, houve a existência de um grupo de críticos da estrutura monocultora brasileira desde fins do período colonial ao fim do período imperial, propondo métodos alternativos de trato com os recursos naturais de modo a evitar sua completa extinção e ruína, sem com isso deixarem de viabilizar o crescimento econômico do Brasil Imperial¹⁷⁵. É, porém, no período Vargas, que esse novo grupo de intelectuais conseguiu, através de sua atuação e pesquisa, concretizar medidas efetivas de proteção à natureza, gerando políticas de Estado institucionalizadas. Para que isso ocorresse, alguns aspectos foram preponderantes.

Alguns fatores foram decisivos para que a nova geração de protetores da natureza dos anos 1920-1940 obtivesse maior sucesso do que a anterior. O primeiro é o fato de a nova geração ser brasileira e identificada com ideias de teor nacionalista em voga. O segundo é que esses pensadores conseguiram maior penetração em associações da sociedade civil e, por meio delas, se fizeram ouvir. Por fim, eles conseguiram espaço suficiente no governo para institucionalizar parte de suas propostas.¹⁷⁶

Mais do que a preponderância de brasileiros nos grupos de pesquisadores dos anos 1920-1940, para Franco e Drummond, foi a articulação entre ciência e nacionalismo, presente em suas pesquisas, que garantiu a visibilidade e participação desses intelectuais no regime Vargas. A natureza, repleta de diversidade e particularidades, assinalaria um dos aspectos que denotaria para a singularidade de ser brasileiro. E, à medida que se intensifica sua devastação, principalmente o desmatamento, associado como causa do aumento da sensação de calor, diminuição da avifauna local, tornando a paisagem homogênea, ecos

¹⁷⁵ Para saber mais, ver em: PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 318.

¹⁷⁶ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009, p. 41.

conservacionistas passam a ganhar espaço perante as autoridades administrativas.

A natureza passa a ser entendida como um dos maiores patrimônios públicos brasileiros. A sua “contemplação despertava, geralmente, uma sensação de comunhão com o torrão natal, e essa admiração pelas maravilhas naturais era facilmente transferida para a nação, ideia força a partir da qual os indivíduos podiam afirmar uma origem comum e criar e identificar um espaço de pertencimento”¹⁷⁷. Mas a percepção da ideia de natureza, nesse contexto, possui uma clara ambivalência entre a natureza da riqueza econômica e a natureza de contemplação estética.

Nesse limiar dialético entre desenvolvimento e conservação, houve um intelectual em específico que teve profunda influência sobre a geração de Mello Leitão e Frederico Carlos Hoehne. Alberto Torres (1865-1917), jornalista, pensador político e jurista, dedicou suas pesquisas a pensar um modelo de organização social brasileiro específico, relacionado às possibilidades do país, de certa maneira apresentando ideias diferenciadas do grupo de intelectuais de seu período, que se estende de 1890-1910.

Esse grupo continha uma parte significativa de estrangeiros. Como Herman Von Ihering (1850-1930), Alberto Loefgren (1854-1918), Franz W. Dafert (1863-1933), e apenas um brasileiro, Edmundo Navarro de Andrade (1881-1941). Não obtiveram abertura (com exceção do último citado) para implementar suas ideias concernentes à criação de unidades de conservação, reflorestamento com espécies nativas e diminuição dos desmatamentos. De fato, Navarro de Andrade foi o único com respaldo, por possuir uma proximidade com o partido republicano e a elite rural paulista, sendo contrário à centralização do Estado e defendendo em suas pesquisas que o desmatamento das florestas não seria o principal fator das precipitações atmosféricas no país. Logo, abrindo margem para o reflorestamento com espécies exóticas, principalmente o eucalipto, aspecto extremamente questionado pelos demais intelectuais.

¹⁷⁷ OSTOS, NataschaStefania Carvalho De. **O Brasil e suas naturezas possíveis (1930-1945)**. Revista de Indias, Espanha, vol. 72, n. 255, 2012. p. 590.

Alberto Torres demonstrava-se um antagonista da ideia de progresso moderno. Para ele, esse movimento de crescimento contínuo, além de acelerar a destruição dos recursos naturais, coloca o ser humano em um abismo impassível de ser equacionado pela industrialização. Essa imprevidência, marcada em três séculos de ocupação humana em solo brasileiro, foi capaz de devastar mais recursos do que modelos milenares, como nas civilizações do Egito, Mesopotâmia e China. Sobre o sentido contraditório e coercitivo do progresso moderno, Torres questiona:

Essa aparente e instável civilização cuja altura, desigual e incoerente, atinge altitudes majestosas, em alguns pontos, de parcial e secundário interesse, para mostrar abismos profundos, em todos os que interessam à vida ordinária do homem, não resgata, com suas cidades, seus monumentos, suas estradas de ferro, todas as suas obras de arte, senão fração mínima da devastação da terra, e não representa, como estado moral e social, mais que uma situação de disciplina coercitiva, onde sentimentos e intenções, aparentemente puros, não passam de acomodações do egoísmo à vigilância social, e de passividade à sugestão de suas normas; e a menor crise, um pouco mais violenta, revela a tibieza da fictícia construção.¹⁷⁸

Se os grandes monumentos e signos da vida moderna representavam a força e imponência desse modelo de organização social, para Torres esses símbolos apontavam para a contradição e imprudência expressa na devastação das florestas, poluição dos recursos hídricos, e alienação do homem pelo homem. Torres propunha a elaboração de uma estrutura organizacional não importada de modelos europeus. Era através da análise das potencialidades locais, aliadas a medidas de conservação dos recursos naturais, utilizando-os de modo a não devastá-los, por meio de uma concepção racional, que o Estado deveria ser pautado.

Cabe salientar que a concepção de conservação em seu sentido moderno, implementado no Código Florestal de 1934, foi primeiramente utilizada por Torres. Para efetivação de suas ideias, o autor defendia a

¹⁷⁸ TORRES apud FRANCO; DRUMMOND, 2009, p. 35.

existência de um Estado forte, centralizador e intervencionista, capaz de formar uma nação que aliasse crescimento econômico e conservação dos recursos a serem explorados. Porém, no plano econômico, Torres ressaltava a vocação agrícola do país, renegando os modelos de industrialização que seriam implementados no período de Getúlio Vargas.

O seu modo de articular uma estrutura econômica sedimentada na proteção à natureza, através da ideia de conservação, foi de grande influência para os intelectuais dos anos 1920-1940. Dentre eles, Cândido Mello Leitão. Professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro e vice-presidente (1937-1939) e presidente (1943-1945) de associações científicas como a Academia Brasileira de Ciências, ao longo de sua obra buscou estabelecer uma conexão entre razão e sentimento, economia e estética. A natureza possuía um duplo sentido, no qual a ciência seria preponderante para restabelecer o vínculo dos seres humanos com esta, que se encontrava submergida por uma relação econômica predatória, presa a um imediatismo devastador do meio natural.

Uma das chaves para auxiliar a desconstrução desse paradigma, para Mello Leitão, seria enfatizar o papel da natureza presente na formação da identidade nacional. Mais do que uma potência econômica, o meio natural revelaria uma dimensão estética dotada de harmonia e capacidades transcendentais. Inserir esse componente nas análises científicas seria de suma importância para o autor.

É a partir desse pressuposto, de uma natureza de capacidades espirituais e regenerativas, que Mello Leitão visa implementar projetos de criação de unidades de conservação e parques naturais, pois valorizar “as selvas tropicais, sua riqueza, sua diversidade, seus mecanismos complexos de interação e adaptação, sua estética caracterizada pelo entrelaçamento das formas variadas de vida, tudo isso, compunha uma genuína e pouco explorada fonte de conhecimentos científicos”¹⁷⁹. Para efetivação dessas propostas, o autor defendia um estado centralizador, responsável por controlar o uso dos recursos naturais, inclusive nas propriedades privadas. Esse controle deveria estar alicerçado em

¹⁷⁹ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Cândido de Mello Leitão**: as ciências biológicas e a valorização da natureza e da diversidade da vida. História, Ciências, Saúde. Rio de Janeiro, v.14, n.4. Out./Dez. de 2007, p. 1279.

políticas públicas educacionais que viessem a ocasionar uma mudança na percepção dos seres humanos com relação à conservação do meio natural.

De modo geral, Mello Leitão objetivava uma natureza harmônica e idílica, mesclando aspectos do racionalismo iluminista com o transcendentalismo romântico. No entanto, “ele sabia que os equilíbrios naturais eram instáveis e tendiam a uma transformação constante, no sentido de uma diferenciação cada vez mais ampla das espécies. Contudo, via ordem e harmonia nesse processo natural”¹⁸⁰. Sua preocupação direcionava-se às consequências que a manutenção da monocultura predatória poderia ocasionar para a biodiversidade brasileira, sendo papel da ciência e da política impedir esse processo.

No mesmo viés, Francisco Carlos Hoehne, cuja atuação esteve diretamente ligada ao Instituto de Botânica do Estado de São Paulo, utilizou em seus estudos abordagens sistemáticas e de longa duração sobre a fauna e a flora nativas. Das diversas expedições participadas, coletou cerca de 10.000 espécies vegetais, das quais 4.000 eram distintas e 200 ainda não conhecidas pela ciência. Como seus demais colegas, o ritmo intenso de devastação da natureza o alarmava, tornando-se presente em sua obra uma percepção ético-moral do meio natural. Todo e qualquer plano econômico deveria estar pautado nas capacidades regenerativas dos recursos naturais, de modo a possibilitar uma interação duradoura e equilibrada.

Para Hoehne, as ações desenfreadas que, consequentemente, ocasionariam a esgotabilidade dos recursos naturais, eram fruto de duas possibilidades: da busca cega e contínua pelo lucro ou da ignorância. Assim, o papel da ciência, para além de mapear e conhecer as complexidades e vastidões que compõem o solo brasileiro, seria o de possibilitar a criação de uma perspectiva conservacionista da natureza e torná-la acessível ao maior número possível de pessoas, sem diferenciação de classes sociais. Aqui, o Estado também deveria mostrar uma face centralizadora, capaz de controlar os interesses privados em favor do bem público. Suas ações deveriam abranger políticas de reflorestamento com espécies nativas e a criação de reservas biológicas. Para cumprimento de tal objetivo, Hoehne esteve ligado à criação, em

¹⁸⁰ Ibidem, p. 1287.

1939, da **Sociedade de Amigos da Flora Brasileira**, em conjunto com o Instituto de Botânica.

A natureza harmônica, diferentemente do postulado na ideia de seleção natural de Darwin, no qual sobreviveria o mais apto por meio da competição (ideia questionada, de modo geral, pelos intelectuais dos anos 1920-1940), delineava-se pela cooperação. Através de uma “teia de múltiplas interdependências entre os seres”, a natureza apresentava, em sua totalidade, coerência e sentido capazes de elevar sua contemplação estética a dimensões transcendentais e espirituais. Essa dádiva, no entanto, assume uma hierarquia, pois Hoehne retomava na ideia de natureza “a metáfora judaico-cristã da criação do homem como o seu centro, porém na sua hermenêutica, a humanidade aparecia como parte integrante e integrada ao todo. Não havia a possibilidade de um conhecimento produzido de fora, à parte do mundo”¹⁸¹. Assim, caberia aos seres humanos a função de cuidar e manter aquilo que lhes foi entregue pelo criador.

Acerca da concepção transcendental da natureza relacionada à dimensão estética e ao seu uso econômico, que permeia esse círculo de cientistas, percebe-se a ressignificação de um amplo debate entre conservacionistas e preservacionistas nos Estados Unidos em fins do XIX.

Os conservacionistas propunham o uso racional dos recursos naturais, equacionando desenvolvimento econômico sem comprometer a existência das vegetações nativas, sem gerar desperdício, possibilitando um modelo de interação duradouro e disponível para as novas gerações. Outro aspecto salientado tange ao combate à concentração dos recursos naturais pelo interesse privado. Seus benefícios deveriam ser distribuídos de forma igualitária e justa para as camadas populacionais. Gifford Pinchot (1865-1946), político estadunidense, foi um dos principais expoentes dessa forma de manejo do meio natural, trabalhando conjuntamente com Roosevelt para a organização de conferências internacionais sobre conservação da natureza¹⁸².

¹⁸¹ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Frederico Carlos Hoehne**: a atualidade de um pioneiro no campo da proteção à natureza no Brasil. Ambiente e Sociedade, São Paulo, vol. VIII, n. I, jan./jun. 2005. p. 12.

¹⁸² FRANCO, José; DRUMMOND, José, 2009, p. 48.

Já os preservacionistas, influenciados pela literatura romântica e pela admiração estética da natureza, dotavam-na de transcendentalismo e espiritualidade. Os seres humanos não eram donos do meio natural, não tinham o direito de reivindicar sua posse, estes apenas faziam parte dele. Nomes como George Catlin, Henry David Thoreau, e em especial John Muir, defendiam e atuavam para a criação de Parques Nacionais, a fim de garantir a preservação dos recursos naturais, que rapidamente sucumbiam perante a expansão industrial estadunidense. Foi o caso da criação do Parque Nacional de Yosemite, em 1890, no estado da Califórnia¹⁸³.

Claramente, os intelectuais brasileiros formularam uma concepção de proteção à natureza que articulava aspectos de ambas as perspectivas. “Os conceitos de proteção, conservação e preservação eram intercambiáveis, indicando que a natureza deveria ser protegida, tanto como conjunto de recursos produtivos a serem explorados racionalmente, quanto como diversidade e objeto de contemplação estética”¹⁸⁴.

O grupo dos protetores da natureza dos anos 1920-1940 possuía uma clara pauta acerca das intervenções que deveriam ser tomadas para a conservação dos recursos naturais, como criação de unidades de conservação; reflorestamentos com espécies nativas; planos econômicos estabelecidos de acordo com as disponibilidades locais; ação de um estado centralizador; projeto de nação relacionado à diversidade do meio natural; ações de fiscalização e punição frente à devastação; políticas públicas educacionais; e compreensão da natureza como dimensão harmônica e estética. Esses pilares estiveram presentes na criação e culminação da **Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza**, realizada no Rio de Janeiro, entre 8-15 de abril de 1934.

Articulados às suas instituições de atuação, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro e a Sociedade dos Amigos das Árvores, esses intelectuais conseguiram, através de sua mobilização, um significativo apoio da sociedade civil, sobretudo de uma classe média urbana que visava a um plano de crescimento alternativo ao efetivado pelas elites rurais, que, após a queda da Bolsa de 1929 e a ascensão de Getúlio Vargas, registram uma significativa perda de influência político-

¹⁸³ Idem, p. 47.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 49.

econômica, de modo a tornar a causa da conservação da natureza um tema amplamente debatido, pressionando o governo a desenvolver políticas efetivas nesse setor. Processo do qual, além da criação de reservas naturais, resultou a criação de um amplo leque de legislações que viriam regulamentar as ações industriais do país. Destaca-se o Código Florestal Brasileiro e o Código das Águas, referentes de 1934.

Em ambos os códigos, torna-se candente o forte controle estatal e o intuito de regulamentar o pleno uso industrial, tanto das florestas quanto dos recursos hídricos. Concomitantemente à vontade de expansão econômica, questões relacionadas à consciência de esgotabilidade dos recursos naturais, das restrições à propriedade privada, da classificação das florestas, da criação de parques e da implementação da ideia moderna de conservação passam a abarcar as legislações. Em nota de abertura do Código das Águas, defende-se que:

Considerando que se torna necessário modificar esse estado de coisas, dotando o país de uma legislação adequada que, de acordo com a tendência atual, permita ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas.¹⁸⁵

Frente ao imperativo desenvolvimentista, algumas contradições passam a integrar os resultados obtidos com a criação dos códigos. Para a historiadora Natascha Carvalho de Ostos, esse processo acabou por gerar uma cisão da natureza, na qual uma era destinada à preservação, intocável, e outra destinada ao intenso uso industrial, tendo sua devastação legitimada. Na prática, entre 1930-1945 instituíram-se apenas três parques naturais destinados à preservação, e a manutenção e fiscalização¹⁸⁶ destes era dificultosa pela falta de ações práticas do Governo, que, à medida que os anos avançavam, através de um maciço investimento em ferrovias e rodovias, alçava um aumento vertiginoso da

¹⁸⁵ BRASIL. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. (Código das Águas). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm. Acesso em março de 2016.

¹⁸⁶ Art. 65. As funções de guarda, ou vigia florestal, em florestas sujeitas a regime especial, serão exercidas sem remuneração fixa, dando, porém, direito a 50% da importância arrecadada das multas em virtude de infrações por eles averiguadas, e a 20% do produto líquido das apreensões decorrentes das mesmas infrações. BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. (Código Florestal Brasileiro).

produção, e, conseqüentemente, de exploração dos recursos naturais, somados às concessões e isenção fiscal para a fixação de empresas. Assim, caminhou-se a passos lentos para a preservação, mas a passos largos e rápidos em matéria de devastação. Conclui Ostos: “o racionalismo econômico de caráter exploratório e devastador dos recursos naturais se sobrepôs a lógica da conservação proposta pelos intelectuais da época”¹⁸⁷.

O geógrafo Geraldo Inácio Martins, ao analisar a implementação do Código Florestal de 1934 e sua conjuntura político-histórica, questiona o que ele chama de “uma tradição autoritária nas práticas conservacionistas”, situada na crítica da sobreposição de medidas punitivas em detrimento de medidas preservacionistas.

A coerção, no entanto, tem mais espaço no Código Florestal Brasileiro de 1934 do que às preocupações com a conservação propriamente. A exemplo disso basta uma simples observação do número de artigos referentes à criação da polícia florestal, infrações e processos: dos 110 artigos do Código Florestal, 38 são dedicados a estabelecer os princípios de controle, coerção e punição daqueles que contradissem o interesse público. A este respeito há dois problemas fundamentais: monopólio e poder sobre as florestas e a construção da conservação por meio da supressão de direitos.¹⁸⁸

Para Martins, a estruturação coercitiva referente ao Código Florestal de 1934 acabou por deturpar o sentido de conservação e preservação articulados pelos intelectuais dos anos 1920-1940, reduzindo a esfera ativa de implementação de um projeto que visava a mudanças significativas na forma de interação entre os seres humanos e a natureza. Mas, se aparentemente no plano político sua implementação apresenta um aspecto negativo, elenca o autor que essa ferramenta possibilitou a determinação de instrumentos legais de conservação, de certa maneira tornando o meio natural um direito comum à nação, apesar das contradições discutidas.

¹⁸⁷ OSTOS, 2012, p. 604.

¹⁸⁸ MARTINS, Geraldo Inácio. **Conservação da Natureza e Território Nacional: conjuntura político-histórica e o Código Florestal Brasileiro de 1934.** Caminhos da Geografia, Uberlândia, v.15, n.50, jun./2014. p. 31-32.

No entanto, a centralização estatal obtinha grande apoio de setores do empresariado nacional e da classe média trabalhadora, principalmente relacionado à implementação do Código das Águas de 1934. Sua instituição acabou por abalar o monopólio constituído por multinacionais em setores de geração de energia, como a *Light and Power Ltda* (1897). “Essas multinacionais possuíam um grande poder político e econômico, pois, além de controlar os serviços de energia elétrica e iluminação pública, conseguiram o monopólio em outras áreas de serviços públicos, como telefonia e transporte público”¹⁸⁹. Ao longo do século XX, não faltavam críticas às tarifas e a seus preços abusivos.

A distinção promovida entre a propriedade do terreno e das demais fontes de energia hidráulica apontou para outro ponto que remeteria ao Estado o papel de principal interventor sobre o meio natural. Essa medida obrigou o setor privado a atuar no uso dos recursos hídricos mediante concessão federal. Embora o poder das multinacionais continuasse relevante, para o plano desenvolvimentista do período Vargas, o controle do setor de energia demonstrava-se crucial.

Porém, mesmo com um discurso em consonância com os ideias nacionalistas do período Vargas, nota-se que os objetivos dos protetores da natureza acabaram submersos no fluxo de crescimento econômico. Diante de sua movimentação, a parcela obtida em fins desse processo demonstrou-se insuficiente. Nesse contexto, cabe o manifesto de Francisco Carlos Hoehne em artigo ao jornal *A Gazeta*, em 21/09/1946, ao avaliar os rumos pelos quais o país enveredava, distanciando-se do campo objetivado pelos protetores e, conseqüentemente, diminuindo as chances de uma efetiva política conservacionista ser implementada.

Realmente! Acabrunhado está o coração de muita gente boa e honesta do nosso meio, ao contemplar os tristes espetáculos que se desenrolam diante dos seus olhos, porque lhes parece, que seivas de inteligência, programas de previdência, códigos florestais, leis coibitivas das atividades dos famigerados e contumazes dendroclastas, com a boa vontade e o bom senso, ruíram por terra!

¹⁸⁹ NETO, Thomaz Espósito. **Uma análise histórico-jurídica do Código de Águas (1934) e o início da presença do Estado no setor elétrico brasileiro no primeiro Governo Vargas.** Revista Eletrônica História em Reflexão: Dourados, MS, Vol. 9 n. 17, jan./jun. – 2015, p. 4.

Afigura-se que milhares de bons preceitos, de excelentes propósitos, de magníficos planos estudados e maturados por uma geração que chega ao seu clímax, são olvidados, estão em risco de se transformarem em objetos dignos de desprezo e de crítica acerba... Sem dúvida, muitos indagam: “Para onde iremos assim?”... Muitos dos que trabalharam com denodo e sacrifício para garantir reservas florestais destinadas a finalidades científicas e econômicas, sentem-se preteridos e exclamam: “Até quando, Senhor, até quando Senhor, repetir-se-ão em nosso país, as tentativas para criar uma mentalidade brasílica, para fazer surgir um patriotismo sadio e ativo, capaz de erguer-se contra os desmandos, contra as potestades sinistras que ameaçam transformar o nosso torrão num deserto, numa terra de dendroclastas impenitentes, reiteradores das façanhas de insensatos?!¹⁹⁰

A clara insatisfação de Hoehne estende-se ao grupo dos protetores da natureza, de maneira geral. Pois, mesmo com a criação de um relevante aparato institucional para conservação da natureza, prevaleceu o imperativo de desenvolvimento e progresso, invisibilizando as contradições inerentes ao seu modo de expansão, marcado por desmatamentos, diminuição de espécies vegetais e animais, poluição dos recursos hídricos, diminuição na qualidade de vida, entre outros.

Em âmbito local, essa sobreposição também se evidencia candente, no que tange às relações delineadas entre ser humano/natureza na comunidade araranguaense entre as décadas de 1930-1940, mesmo que em proporções particulares, pois nesse período a dinâmica industrial não havia atingindo seu auge, as percepções em torno das mudanças encontradas no Rio Araranguá atingem uma dimensão alarmante, denunciada por quem viveu e sentiu esse processo de refração ecológica, tema que será analisado no tópico a seguir.

¹⁹⁰ HOEHNE apud FRANCO; DRUMMOND, 2005, p. 17.

4.2. “OLHA A CRISE DE JANEIRO!”¹⁹¹: PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

A biodiversidade presente no Rio Araranguá envolve a abrangência de uma rede de interdependência e equilíbrio de ecossistemas que aponta para um complexo ciclo de vida que se produz e reproduz no rio. Dessa dimensão aflora uma gama variada e diversa de seres, micro-organismos, elementos inorgânicos e orgânicos que, sob específicas quantidades de oxigênio e presença de luz, formam e abastecem a fauna e a flora inseridas no rio e em seu leito. Assim, a grande quantidade de peixes, constantemente aludida nos mais variados relatos de moradores, pescadores, cientistas e políticos, representa apenas uma parcela da riqueza exposta na fertilidade disso que “não é apenas uma corrente líquida, mas é simultaneamente um prodigioso laboratório de extraordinária complexidade”¹⁹².

A abundância e fartura envoltas nas águas piscosas e límpidas do Rio Araranguá, para além de uma série de relações biológicas e químicas, internas à dinâmica da sua bacia hidrográfica, necessitam de uma camada de vegetações responsáveis por manter a fauna (nativa e migratória), a sedimentação territorial e redes de drenagem natural para controle das cheias esporádicas do rio. Assim, as diferentes formações de vegetação na região (Restinga, Mata Pluvial, Vegetação Rupícola, Matinha Nebular e Campo Planaltino), atuaram de forma sistemática para a manutenção da diversidade regional e, especificamente, do rio.

Esse conjunto de fatores formou um particular processo de interação ser humano/natureza, no qual, tamanha era a fartura encontrada às margens do Rio Araranguá, que os imigrantes europeus vindos para a região sul de Santa Catarina em fins do século XIX, em maioria alemães e italianos, ao estabelecerem suas primeiras moradias próximas ao rio, assustavam-se com os gritos de supostos fantasmas que habitavam a localidade. Em relato concedido ao Pe. João Leonir Dall’Alba, o senhor Pedro Marto Pereira, então com 78 anos de idade, nascido e criado em Araranguá, argumenta sobre os ocorridos:

Peixe nesse rio pegávamos a pilhas. Eu já morei na beira do rio, num lugar onde dava enchente de 3m de água. Mas o peixe era tanto!... Tinha dia de

¹⁹¹ JULIO, Ernesto José, op. cit. Entrevista.

¹⁹² HOBOLD, 2005, p. 281.

eu e um irmão pegar uma pilha de tainhões. Água linda, azulada de limpa. Tomávamos banho. Havia um porto muito bonito. Gostávamos de pescar. Tainha, corvina, miraguaia, tudo quanto era peixe a gente pegava de espinhel. Tainha pegava também no anzol. A miraguaia faz barulho, ronrona, quase uma batida, tum!... Esses alemães de que falei, logo que chegaram, pensaram que sua casa era assombrada. Precisou ir lá o Jardelino, um pescador daqui, ouvir e explicar para eles. Roncava no rio, mas refletia aqui em cima.¹⁹³

Os imigrantes europeus, com poucas informações e conhecimento das particularidades regionais relativas à vegetação, fauna, flora e possibilidades de uso agrícola, acabavam por estranhar e não compreender, em um primeiro momento, as dinâmicas do meio natural da região encontrada, diferentemente dos descendentes de açorianos, indígenas e negros, que conheciam os meandros da natureza, extraindo dela sua sobrevivência. No entanto, até para a segunda camada populacional destacada a natureza possuía uma face inexplicável, beirando o mistério e o fantástico.

Frente à percepção de uma natureza exuberante, dotada de um rio vivo e de beleza inconfundível, outras perspectivas passam a ascender no município de Araranguá, principalmente a partir da década de 1930, já enunciando as primeiras mudanças ambientais significativas geradas pelo modelo de organização socioeconômico que se consolidaria entre as décadas de 1930-1940. A dimensão dessas transformações foi tão significativa que, além de ser sentida e denunciada pela população estabelecida próxima às margens do Rio Araranguá, dependentes de sua qualidade ambiental para assegurar sua sobrevivência, já era alvo de debates e preocupações também por parte das autoridades administrativas locais.

Natural de Laguna, mudando-se para Araranguá em agosto de 1906, então com seus 17, 18 anos, o senhor Manuel Antônio Soares lembra da presença de áreas extensas de vegetações ao longo do município, frente a uma população residente ainda pequena, comparada ao território que poderia ser ocupado. Ao evocar a natureza e

¹⁹³ PEREIRA, Pedro Marto. Entrevista concedida a João Leonir Dalla'alba. Araranguá, ano de 1985. In: DALL'ALBA, 1997, p. 27.

exuberância do Rio Araranguá, aspecto comum nos relatos coletados por Dall’Alba, surge um ponto divisor no processo de interação ser humano/natureza. “Antes que chegasse esta água de mina aqui, era uma fartura. Coitado nenhum passava fome. Pescava-se bagre e miragaia de espinhel. Todo mundo pescava. Depois veio a água de mina e acabou com tudo”¹⁹⁴.

Mesmo na primeira metade do século XX, a população vivenciou e sentiu os impactos gerados pela produção carbonífera, que nesse período esboçava os primeiros passos de um modelo capitalista plenamente consolidado de extração. Frente a esse contexto, os relatos não deixam de mencionar a perda de biodiversidade, as dificuldades de vivência ocasionadas pela baixa da pesca em função da poluição, sobretudo decorrente dos dejetos de carvão despejados no Rio Mãe Luzia (afluente do Rio Araranguá) e os contínuos desmatamentos, alterando a paisagem local.

Essa ruptura na percepção de se viver o tempo e o rio, em meados da década de 1940, está diretamente ligada aos novos impulsos de crescimento econômico experienciados na região carbonífera devido à extração do carvão. Apesar de a produção do minério possuir ondas cíclicas de crescimento e crise desde 1919, é no impulso gerado pela Segunda Guerra Mundial que o carvão mineral irá se consolidar no mercado nacional, em grande medida, pela proteção governamental da Era Vargas em termos de novos investimentos em infraestrutura e pela criação de um mercado consumidor, ocasionados pelo decréscimo do carvão importado.

Além do já mencionado Decreto-Lei nº 2.667, de 03 de outubro de 1940, que estipulou o consumo mínimo de carvão nacional em 20% da produção, em alguns anos, como em 1942, por exemplo, em que “o governo federal reservou para si toda a produção de carvão de Santa Catarina e instituiu como medida de emergência a entrega obrigatória ao governo federal de todo o carvão nacional”¹⁹⁵, essas novas demandas nacionais aumentaram substancialmente a procura pelo minério catarinense, e com ele acentuaram-se ações de impacto sobre a natureza.

¹⁹⁴ SOARES, Manuel Antônio, op. cit. Entrevista. In: DALLA’ALBA, 1997, p. 48.

¹⁹⁵ SANTOS, 2008, p. 22-23.

Esse processo foi de grande impacto para os rios da região. Com a implantação do complexo de mineração da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) em 1941, a produção na região carbonífera cresce vertiginosamente, e seus dejetos, compostos por metais altamente poluentes, como cascata, desaguam no Rio Criciúma, que atinge o Sangão, chegando ao Mãe Luzia e, conseqüentemente, ao Rio Araranguá. As memórias sobre as primeiras percepções desses impactos são extensas e ricas, dotadas de um conteúdo crítico, principalmente por parte das populações que moravam próximas ao leito dos rios e que estabeleciam com estes uma próxima relação. No entanto, de maneira geral, essas vozes foram solapadas pela ideologia do progresso, em vertiginosa expansão. Tanto, que é nesse período, segunda metade da década de 1940, que Criciúma é cunhada com o termo de a “Capital Nacional do Carvão”.

A ideia de progresso acaba por gerar novos signos e costumes na região. A dinâmica industrial em franca expansão passa a associar a vida rural e a produção de subsistência como algo culturalmente atrasado. A modernização e os novos ditames de uma recente vida urbana seriam as condições naturais de um movimento linear de evolução da sociedade a ser seguido. O passado rural, diagnosticado como um tempo de sacrifício, serve como um mecanismo de exaltação do empreendedorismo e das transformações ocasionadas pela industrialização.

Esse discurso sedutor, que prometia bem-estar social e felicidade para a população, gerou profundas contradições, além das questões ambientais aqui discutidas: as extensas desigualdades sociais geradas por um crescimento desordenado e hierarquizado, as péssimas condições de trabalho para quem diariamente descia às minas (sem ter a certeza se iria retornar), os altos índices de mortalidade infantil, analfabetismo, más condições de moradia e falta de saneamento básico, dentre muitos outros aspectos. De maneira geral, “durante cerca de meio século, a ideologia do progresso do carvão obscureceu a visão e a consciência da população. Além de ofuscar o significado do custo ambiental da destruição dos ecossistemas naturais, os conflitos sociais foram silenciados”¹⁹⁶.

¹⁹⁶ CAROLA, 2014, p. 38.

O progresso, tão exaltado e buscado na região carbonífera, propulsor da liberdade, e solução para os problemas socioeconômicos enfrentados pelo sul catarinense, no mesmo período apresenta uma diferente vertente aos olhos do filósofo alemão, membro da escola de Frankfurt, Walter Benjamin. O progresso assume uma figura ambígua. Ao analisar o discurso metafórico expresso no quadro **Angelus Novus**, do poeta e pintor suíço naturalizado alemão Paul Klee, datado de 1920, eis que emerge a perspectiva de Benjamin:

Um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.¹⁹⁷

Nesse texto, escrito em plena Segunda Guerra Mundial, Benjamin evoca a ambiguidade presente nessa concepção de progresso. Ressalta o autor que, ao mesmo tempo em que os avanços da técnica e da ciência evocam transformações, até então impensáveis e inatingíveis para o ser humano, com descobertas e inovações no âmbito da saúde (aumento da expectativa de vida), de transporte, arquitetura etc., não são capazes de resolver problemas estruturais e elementares ligados à supressão das desigualdades sociais, além de estarem profundamente ligados à ideia de catástrofe. Assim, com o crescimento, concomitantemente, irrompe a destruição da natureza, o aperfeiçoamento das técnicas de guerra e a ascensão de regimes totalitários. A destruição demonstra-se inerente ao modo de vida moderno. O progresso, ao perpetuar um movimento linear pautado no crescimento e na expansão, reduzindo as distâncias, tornando a vida

¹⁹⁷ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 226.

confortável, instigando o consumo, a liquidez, contraditoriamente ameaça “destruir tudo o que temos, tudo o que somos, tudo o que sabemos”¹⁹⁸.

Do ponto de vista da História Ambiental, analisar a perspectiva de progresso, fortemente embasada na evolução técnico-científica e crescimento econômico, pilares das civilizações industriais do ocidente entre os séculos XIX e XX, remete a questionar a concepção antropocêntrica de vida exposta nesses ideais. Da mesma forma que alguns homens tiveram que custear os reveses do progresso para um suposto benefício coletivo, a natureza, e especificamente os rios, também estavam à mercê desse ímpeto desenvolvimentista. Sua degradação, assim como muitas vidas, foram, consequentemente, assimiladas como um custo necessário para o progresso ser atingido.

O progresso, delimitado através do grau de civilização a partir dos mecanismos de dominação da natureza, que destina o ser humano como exclusivo beneficiário desse processo, foi alvo de pesquisas do historiador britânico Keith Thomas. Ao problematizar a relação ser humano/natureza na sociedade contemporânea, Thomas objetivava compreender o conjunto de valores que fundamentaram a supremacia humana sobre o meio natural, elencando o período moderno como recorte temporal.

Desde o início dos tempos modernos, o predomínio humano sobre os animais e a natureza foi justificado de diferentes formas. As correntes de explicação com maior influência foram a religiosa, amplamente defendida pela Igreja nos séculos XV-XVI, e a científica, com a teoria mecanicista, entre os séculos XVII-XVIII. De maneira geral, essas teorias postulavam a visão tradicional de que “o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades”¹⁹⁹. Assim, a singularidade humana, marcada em sua capacidade de desenvolver a fala, a razão e, sobretudo, a religião, denotaria o direito “natural” de supremacia da civilização sobre a natureza. Embora, ressalta Thomas, nem todos os seres humanos estariam aptos a desfrutar das benesses do desenvolvimento. Alguns, segundo o conjunto europeu de valores ético-morais dos séculos XVI-

¹⁹⁸ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 24.

¹⁹⁹ THOMAS, 2010, p. 21.

XVIII, pelo fato de serem “naturalmente” inferiores (negros, índios, mulheres), deveriam estar a serviço de quem nutriria esse modelo de organização social.

Thomas salienta que, à medida que as contradições ocasionadas por esse descompasso entre ser humano/natureza acentuava-se, a ponto de degradar e interferir no equilíbrio dos ecossistemas, ocasionando a desestruturação de valores e modos de vida constituídos, críticas e resistências emergem desse processo, marcando o aparecimento de novas sensibilidades ambientais, de modo a possibilitar uma interação menos danosa e mais equilibrada com a natureza.

Se, em um primeiro momento, de acordo com a pesquisa de jornais de grande circulação regional na primeira metade do século XX, entre eles O Albor (Laguna), A Cidade (Laguna), a Imprensa (Tubarão), O Cruzeiro (Tubarão), Vanguarda (Araranguá) e Campinas (Araranguá), não há críticas à poluição do Rio Araranguá decorrente dos dejetos da produção de carvão, segundo os relatos dos que vivenciaram diretamente esse movimento ficam claros, no mesmo período, os impactos gerados pelo modelo insustentável de organização social implementado na região sul-catarinense. Sobre a chegada dos rejeitos de pirita nas águas então piscosas do Rio Araranguá, eis que o senhor Antonio Teófilo, então com 60 anos, relata:

Quando o rio não estava poluído o peixe se criava e crescia no rio mesmo. Só com quilo e meio ou mais é que ia para o mar. A vinda da poluição foi rápida. Num verão de seca havia muito peixe nas cabeceiras, bagres e tainhas, lá acima da Sanga do Marco. Aí deu uma trovoadas e com a água veio a pirita. Houve uma mortandade de peixe muito grande. Esteve até avião fotografando. Foi entre 1935-1940. Desde então está ali a água poluída, sem peixes.²⁰⁰

No que concerne à chegada da água de mina ao Rio Araranguá por meio da interligação com seu afluente (Rio Mãe Luzia), os relatos apresentam uma linha narrativa clara e similar. Geralmente, ocorre nos meses de dezembro a janeiro, movido pelas tempestades de verão, em que as fortes chuvas desembocam as águas poluídas, com alto índice de

²⁰⁰ TEÓFILO, Antônio. Entrevista concedida a João Leonir Dalla’Alba. Araranguá, ano de 1985. In: DALL’ALBA, 1997, p. 226.

acidez, em direção ao oceano. Tãmanha era a violência dessas águas poluídas sobre os peixes que, após as tempestades e a vinda da água de mina, o rio ficava com a pesca impraticável de 15 a 20 dias, forçando os pescadores a desenvolverem atividades complementares. Esse período era conhecido na região, entre os pescadores, como a “crise de janeiro”, relata o senhor Ernesto.

Aquilo quando vinha... Sempre a água de mina sempre vinha era mais no verão, né. Quando dava aquelas trovoadas, aquelas coisas. E era aí, tocava o rio, enchia o rio, vinha água de mina lá. Se fosse o mês de dezembro aí, janeiro, ah, tirava o peixe todo que tinha do rio pra lá pra cá assim, tudo pro mar. Aí dava a crise de peixe aqui. Janeiro de dezembro, janeiro, o peixe saía e custava a volta, porque a água de mina vinha contaminava tudo, né. Pra melhorar a água levava uns 15, 20 dias. É, não adiantava pescar, só no mar. Até o povo dizia assim, “olha a crise de janeiro!”. Porque se desse uma em janeiro, só o que defendia aqui era o marisco, que tinha muito, né. Aí a gente viajava nos mariscos aí.²⁰¹

Em discurso semelhante, o senhor Palmede Pedroso, pescador, recorda que além das questões elencadas, o efeito visual da vinda da água de mina era devastador. Era comum avistar grande quantidade de peixes mortos boiando na beira do rio. A água, tantas vezes elogiada e comparada às do Nilo, em função de sua particular especificidade de mudança de cor, assumia uma coloração preta de “sanga”. Em questão de horas, o Rio Araranguá, sinônimo de abundância e fartura, assumia uma face incompreensível, distante da perspectiva exaltada nos extensos relatos do século XIX e início do XX.

O rio, olha, no começo não tinha essa água ruim, água de mina. Mas depois quando eu comecei a pesca já. Quando vinha a água de mina aí, hoje até que vem pouca, mas antes vinha tanta água de mina, que o que dava de peixe morto nessas beradas aí... E depois, era assim, enquanto não esgotava toda aquela água, era quase uns trinta dias sem pega nada. Aquela água feia, preta de

²⁰¹ JULIO, Ernesto José, op. cit. Entrevista.

sanga. Vinha aquela água de mina, talhada, era difícil.²⁰²

A chegada da água de mina proveniente da atividade carbonífera ao Rio Araranguá impactou não só a vida dos pescadores profissionais, mas da comunidade araranguense como um todo. A pesca, para grande parte da população, não constitui uma profissão, mas sim uma importante forma de complemento alimentar. Praticada desde os anos iniciais da infância, o aprendizado das condições da maré, estação dos peixes, técnicas de pesca e o modo de preparo específico para cada espécie, davam-se no ambiente familiar, observando e ajudando os pais, tios, irmãos mais velhos.

Mas ao se utilizar diferentes formas de fonte oral, algumas considerações devem ser feitas como forma de se compreender o contexto em que essas foram produzidas, percebendo assim suas similitudes e disparidades. Os relatos coletados pelo Pe. Dall’Alba, na década de 1980, se relacionam a um período de amplo questionamento das contradições ambientais expressas na região sul de Santa Catarina, e especialmente dos rios. Nesse caso, tornou-se muito comum nos relatos dos pescadores atribuir partes dos questionamentos de seu presente ao seu passado. Isso ocorre com uma certa leveza, pois, diferentemente da década de 1940, a indústria carbonífera já havia perdido o título de primazia econômica da região, sendo amplamente questionada por diversos setores da sociedade, oferecendo mais um significativo aspecto que poderia motivar os pescadores a exporem seus relatos e críticas a esse modelo de produção econômica. Aqui, a ideia de progresso e desenvolvimento vinha constantemente sendo abalada, justamente pela necessidade de uma nova perspectiva ambiental da economia. Outro aspecto que pode interessar seria o fato de os pescadores (talvez em maioria aposentados ou gozando de uma certa estabilidade econômica) já não terem mais a preocupação diária de perder suas terras e ganha-pão pelo poder econômico das carboníferas.

Já os relatos do senhor Palmede e Ernesto, coletados em 2015, remetem à vivência de pescadores que possuíram ampla participação na comunidade pesqueira de Ilhas. Estes acompanharam os diversos movimentos e transformações da natureza e do Rio Araranguá, e também viram a profissão que lhes manteve o sustento diário perder a

²⁰² PEDROSO, Palmede Antônio, op. cit. Entrevista.

influência comercial na balança do município, sendo deslocada para novas atividades ligadas ao setor de serviços e indústrias. Nesses processos, marcados por mudanças e rupturas, ambos sentiram e posicionaram-se frente às dificuldades e contradições socioambientais enfrentadas.

No período em estudo, a diminuição da vegetação e suas refrações também foram salientadas. Sobre esse aspecto, analisa-se a obra de Aujor Ávila da Luz intitulada *Aspectos Fisiográficos e Biológicos da Orla Marinha de Araranguá*, de 1955. Natural de Palhoça (SC), atuou em diferentes áreas do saber, como História, Medicina e Ciência. Aujor percorreu a área litorânea do município, por volta de 70 km de extensão, com o intuito de analisar o processo de ocupação humana na região frente a uma adaptabilidade particular a questões meteorológicas e climáticas, envolvendo a salinidade, temperatura, umidade, diversidade da fauna e flora, etc. Ao deparar-se com o modo de vida da comunidade e com a presença da pesca para essas populações, Aujor não deixa de observar: “muitos exercem assim uma dupla atividade de lavrador e de pescador, procurando com os produtos do mar suplementar uma economia precária baseada numa lavoura pobre e primitiva, feita quase exclusivamente do plantio da mandioca em terrenos próprios ou alheios, onde trabalham de meia ou terço”²⁰³.

Embora o olhar de Aujor sobre o modo e a diversificação de alimentos encontrados na região seja depreciativo, já na primeira metade do século XX o autor não deixa de pontuar a recente perda de biodiversidade relacionada aos extensos desmatamentos. “Um exemplo se tem no recente aumento dos insetos depredadores das árvores frutíferas, consequência da diminuição do número dos pássaros, rareamento esse por sua vez resultado das devastações das matas, tão necessárias para a vida e procriação destes”²⁰⁴.

Nas últimas duas décadas da primeira metade do século XX, o município de Araranguá passa a sentir o revés ambiental causado por um modelo de desenvolvimento regional que acentuou o descompasso entre o ser humano e a natureza. O Rio Araranguá passa a responder de maneira cada vez mais intensa aos pesados influxos de dejetos de metais

²⁰³ LUZ, Aujor Ávila da. **Aspectos Fisiográficos e Biológicos da Orla Marinha de Araranguá**. [s.n.], 1955, p. 50.

²⁰⁴ Ibidem, p. 6.

poluentes em seu leito, ocasionando críticas não apenas dos que diretamente necessitavam de seus recursos para assegurar sua sobrevivência, mas despertando a preocupação das autoridades administrativas. Em carta datada de 22 de fevereiro de 1945, o prefeito de Araranguá, Rui Stockler de Souza, expõe suas preocupações com as alterações presentes na qualidade hídrica do rio, alertando para a necessidade de medidas que venham a reverter um quadro que, se não tomado com a devida atenção, poderia acabar tornando-se irreversível.

No município vão decrescendo, assustadoramente os cardumes e isto porque as águas do “Mãe Luzia”, utilizadas na lavagem do carvão no Vizinho Município de Criciúma estão envenenando, lenta, mas gradativamente, as do rio Araranguá, tornando nelas quase que, senão totalmente impossível qualquer manifestação de vida. Seria racional e conveniente que quem de direito torna-se obrigatória as medidas que o caso requer.²⁰⁵

A carta, endereçada ao departamento de estatística do Estado de Santa Catarina, visava à coleta de dados para a produção de revistas com fins turísticos. O intuito era salientar as belezas e requintes de cada município do estado como meio de estímulo ao comércio e à economia. No entanto, após destacar a fertilidade do Rio Araranguá, ressaltando a grande quantidade de tainhas, bagres, jundiás, robalos, traíras e carás, entre outras espécies de peixes, Stockler expõe suas preocupações quanto às ameaças postas à qualidade hídrica, em aparente queda, do Rio Araranguá. Embora, exista um vontade em direção a se estabelecer mudanças quanto à gestão do rio, não há, claramente identificada, a noção de poluição ou de degradação ambiental do meio natural, e nem um plano coerente para reverter tal quadro. O manifesto direciona-se a uma ideia de cautela. Cabe notar a própria falta de autonomia do prefeito perante o município com a nova questão que surgira, que, mesmo diagnosticando o problema, se vê de mãos amarradas em termos de articulação e vontade estatal para uma ação concreta.

²⁰⁵ SOUZA, Rui Stockler de. (Correspondência da Prefeitura Municipal de Araranguá). 22/02/1945, Araranguá. [Para] Diretor do Departamento de Estatísticas (nome não informado). Florianópolis. 1f. Informações relacionadas a pesca no município de Araranguá.

Elenca-se a perspectiva de cautela, pois a ideia de impacto e degradação ambiental em Araranguá, aliada às medidas de preservação e recuperação ambiental (destacadas anteriormente), demonstram-se aspectos de análise apenas na década de 1980. Isso ocorreu em função da presença de movimentos ambientalistas que iriam questionar os impactos ambientais gerados pela produção carbonífera, agricultura irrigada, desmatamentos e despejo de dejetos de esgotos (industriais e domésticos) no Rio Araranguá. Logo, a percepção das mudanças ambientais ocorridas no meio natural e, especificamente, no rio, entre as décadas de 1930-40, por parte das administrações locais de Araranguá, envolve a necessidade de preservação, porém, num tom mais alarmista do que efetivamente com um plano de gestão concreto, embora tornem-se presentes no documento as ideias de poluição e de esgotabilidade dos recursos presentes no rio. Como visto em tópicos anteriores, havia um grupo de intelectuais atuantes e com concepções conservacionistas formuladas agindo de forma significativa na elaboração de códigos e medidas governamentais, de âmbito federal, acerca do uso equilibrado dos recursos naturais, mas a perspectiva de conservação ambiental sobre o Rio Araranguá parece ser sobrepujada pela indústria carbonífera.

No entanto, Rui Stockler demonstra-se preocupado, também pelo fato de que, em contraste com o município de Criciúma, que desfrutava da expansão vertiginosa da produção carbonífera, em 1945, Araranguá não possuía uma produção econômica sólida que oferecesse uma segurança à balança comercial do município. Com uma agricultura de exportação pouco expressiva, Stockler ainda se deparava com a visível perda da qualidade ambiental dos recursos hídricos do Rio Araranguá, responsável por manter a produção e a diversificação alimentar dos trabalhadores.

O Rio Araranguá, que no decorrer de sua história possuiu diversas atribuições e significados, termina a primeira metade do século XX com um semblante diferente do evidenciado em décadas e séculos anteriores. O Iriranguá, identificado pelos Xokleng nos séculos XVIII-XIX, ou o lar de assombrações, para os imigrantes italianos e alemães do último quarto do XIX, até então sinônimo de abundância e fartura, a partir da década de 1940 assume outra característica. Se a comparação com o Rio Nilo ocorria pela semelhança das águas límpidas que trocavam de cores, oscilando entre um tom verde e azulado, com a intensificação da produção carbonífera, o Rio Araranguá ganha uma nova cor, principalmente no período de verão, porém, desta não há que

se orgulhar, pois é a cor de barro e de lama das águas piritosas que desciam do Rio Mãe Luzia, que passam a identificar seu novo semblante.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O modo de interação entre ser humano e natureza no município de Araranguá/SC, na primeira metade do século XX, apresentou uma série de especificidades e particularidades de âmbito social, cultural e ambiental. O Rio Araranguá, local de fartura, que no entremear das noites denotava para palco de estranhas ocorrências, racionalmente inexplicáveis, sedimentou perante a população ribeirinha um modelo de organização social articulado aos ciclos biológicos do meio existente. Apesar dos sacrifícios citados pela comunidade, em função das dificuldades concernentes ao acesso a direitos, como transporte coletivo, alfabetização, tratamento médico, emprego, dentre muitos outros aspectos, a natureza e o rio possibilitavam à comunidade assegurar sua sobrevivência e desenvolver métodos de transpor as dificuldades enfrentadas.

O fantástico, nesse contexto, assumia uma função norteadora de práticas e significados, em que a percepção de fartura associava-se à ocorrência dos causos e aparições. O caracaxá, o menino que pedia travessia pelo rio, a mãe do ouro e todos os demais seres que compunham o imaginário local, marcavam uma natureza provedora e acolhedora, no sentido de possibilitar o modo de vida da comunidade araranguaense. Porém, a natureza e o rio deveriam ser respeitados. Propulsores de abundância e fertilidade, também possuíam seus mistérios e perigos. Até os mais corajosos, ao depararem-se com esses seres, demonstravam crenças e respeito. Claro que havia os que provocassem essas entidades, no entanto, após elas responderem aos insultos, não permanecia ninguém no local para diagnosticar se esses causos são ou não reais.

Essa perspectiva do sobrenatural, presente no leito do Rio Araranguá abrangia um complexo sistema de signos, inclusive possuindo um forte apelo educacional e religioso para a comunidade. Além de indiretamente mediar atividades como a pesca, como salientado no decorrer da pesquisa, o fantástico, no caso das bruxas, tinha forte influência pedagógica para as crianças. Por meio desses contos, seus pais e demais familiares impunham limites e padrões comportamentais às crianças travessas. Nesse caso, mudando de hábitos (exemplo: não ficando até tarde na rua ou em lugares que desagradavam seus pais) para evitar serem capturados pelas bruxas.

Mas à medida que transcorrem no município de Araranguá e região os ímpetus desenvolvimentistas pelo progresso econômico, nas décadas de 1930-1950, essas relações com o meio natural passam a sofrer interferências. Na busca por uma atividade que solidifique economicamente o município perante o sul do estado, objetiva-se implementar mudanças em termos de infraestrutura capazes de possibilitar a estabilidade econômica que o município buscara. Assim, auxílios e investimentos por parte do governo do estado são empreendidos. Desse período em diante, efluem nos relatos as mudanças ambientais sentidas pelas populações ribeirinhas.

Para o município de Araranguá, esse modelo de progresso econômico buscado apresenta-se dotado de contradições e rupturas. Perante iniciativas tomadas pelas autoridades administrativas municipais e os ínfimos auxílios do governo do estado em termos de concessão de recursos, Araranguá não consegue transpor o seu modelo agrícola baseado na exportação de itens primários. Curiosamente, o crescimento desejado não se realizou, embora os prejuízos ambientais fossem duramente sentidos no período analisado. Isso se deu pela polarização entre a parte norte da bacia do Araranguá, industrializada, especialmente Criciúma, e a parte sul, inteiramente agrícola.

É com a produção carbonífera que economicamente o sul do estado catarinense esboça a consolidação econômica desejada ao longo da primeira metade do século XX. Inicialmente pertencente a Araranguá, devido ao crescimento da extração e exportação do carvão, impulsionado pelos dois conflitos mundiais, Criciúma emancipa-se de Araranguá em 1925, e sedimenta sua economia com base na extração do “ouro negro”. É com a expansão desse modelo extrativista de minério que a região sul-catarinense vê sua paisagem local ser vertiginosamente transformada. E em Araranguá não foi diferente. A micro-bacia do Rio Mãe Luzia, localizado em Criciúma, responsável por receber os dejetos da produção carbonífera, constitui um dos principais afluentes do Rio Araranguá. Assim, o Rio Mãe Luzia transportava para o Rio Araranguá suas águas altamente ácidas e piritosas, deixando em seu caminho uma perda inestimável de recursos e biodiversidade.

Somados aos déficits causados pela produção de carvão, à medida que se intensifica em Araranguá o crescimento populacional, a serra e o machado duramente destruíam as vegetações nativas de Mata Atlântica. Assim, o município de Araranguá não atinge, no período

estudado, o crescimento objetivado, porém altera drasticamente sua paisagem local, o que foi sentido e interferiu no modo de vida das populações que diretamente dependiam de seus recursos naturais, e especificamente do rio, para assegurar sua sobrevivência.

Embora esses efeitos nocivos em termos de degradação ambiental tenham sido expressivos, devido às contradições do modelo de organização socioeconômico empreendido na região sul-catarinense, esse processo histórico possuiu peculiaridades que devem ser ressaltadas, no sentido de se evitar anacronismos nas discussões ambientais no município de Araranguá. Apesar de alterar a paisagem e as relações humanas com a natureza, o grande estado de degradação ambiental do Rio Araranguá irá acontecer e ser denunciado apenas na década de 1980, década em que se constatarem altos índices de desmatamentos, inclusive das matas ciliares, despejo de agrotóxicos, dejetos industriais e domésticos, poluindo cerca de 2/3 dos recursos hídricos da bacia do Araranguá, despertando a militância de movimentos ambientalistas que denunciavam, profundamente, o estado de refração ecológica em que se encontrava o rio e a biodiversidade local. Logo, os impactos ambientais salientados ao longo da pesquisa foram expressivos, mas de menor escala se comparados ao enunciado na década de 1980.

Assim, o estado de degradação ambiental sentido pela comunidade ribeirinha na primeira metade do século XX alterou os ciclos hidrológicos do rio e dificultou as atividades de pesca. Se antes do aparecimento da água de mina a fartura e quantidade de peixes não era problema, após a presença dos resíduos piritosos tal fato passa a mudar. Se antes se enchiam canoas com quantidades exorbitantes de 200, 300 a até 500 kg, a partir da década de 1940 passa a impressionar os pescadores a visão do número de peixes mortos envoltos nas águas lamacentas, cor de barro, provindas dos rejeitos da produção carbonífera. Além de que, à medida que transcorrem os decênios para a segunda metade do século XX, não só as atividades dos tropeiros e carreteiros perdem espaço e influência no setor econômico regional, mas a pesca também vê diminuídos seus tradicionais espaços para uma nova dinâmica delineada na região.

Objetivou-se, no decorrer da pesquisa, salientar o papel fantástico atribuído ao Rio Araranguá, não isolando-o de seu sentido cotidiano, das atividades profissionais e de lazer. Tampouco dos

processos socioeconômicos que imperavam no município e na região do sul do estado catarinense. Apesar dos ímpetus de desenvolvimento e progresso, dotados de particularidades (em dimensão inferior ao delineado nas grandes metrópoles do país, mas nem por isso menos devastadores do meio), delineou-se no município de Araranguá um particular modo de interação entre ser humano/rio, em que diferentes percepções ambientais, baseadas nos ciclos da biodiversidade local, efluíram para uma temporalidade repleta de especificidades para com o meio natural. Assim, conclui-se esta breve dissertação não no sentido de se esgotar as possibilidades de análise do tema tratado, mas sim buscando abrir leques e alternativas para novos olhares e conotações que marcam os processos de interação entre os seres humanos e a natureza.

6. REFERÊNCIAS:

ADAMI, Rose Maria; CUNHA, Yasmine de Moura da; FRANK, Beate. **Caderno do Educador Ambiental das Bacias dos Rios Araranguá e Urussanga**. Blumenau, SC: Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí, 2010. 133 p.

ARRUDA, Gilmar (org.). **A Natureza dos Rios: história, memória e territórios**. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2008. P. 7-25.

ARRUDA, Gilmar. **Descendo o Rio: alguns apontamentos para uma história ambiental do rio Tibagi-PR**. In: _____. FRANCO, José Luiz de Andrade. et al (org.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. P. 203-223.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens Pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. 356 p.

BECKER, Jean-Jacques. **O Handicap do a Posteriori**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELOLLI, Mário; GUIDI, Ayser; QUADROS, Joice. **A História do Carvão de Santa Catarina**. Volume I. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. 2002, p. 295.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985 253p.

BERMAN, Marshall. **Tudo que e solido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAROLA, Carlos Renato; DASSI, Nilso. **Era Uma Vez o Rio Mãe Luzia**. Criciúma: UNESC, 2014, 160 p.

CAROLA, Carlos Renato. **Progresso, Tecnologia e Insensibilidade Socioambiental: a extração do carvão na primeira metade do século XX (1880-1950)**. In: CAROLA, Carlos Renato (org.). **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina impactos sociais e ambientais**. Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc, 2010.

CAROLA, Carlos Renato. **Natureza Admirada, Natureza Devastada:** história e historiografia da colonização de Santa Catarina. Revista Varia História, vol. 26, n. 44: p. 547-572, jul/dez 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos Mitos Brasileiros.** São Paulo: Global, 2002.

CHARTIER, Roger. **“Cultura Popular”:** revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 179-192.

COMASSETTO, Vilmar. **Água, meio ambiente e desenvolvimento na bacia do Araranguá (SC) 2008.** 338 p. (Tese de Doutorado em Geografia – UFSC).

DALL'ALBA, João Leonir. **Histórias do Grande Araranguá.** Araranguá (SC): Gráfica Orion Editora, 1997. p. 517.

DALL'ALBA, João Leonir. **Memórias do Araranguá.** Araranguá. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1987.

DE LUCA, Wanda Hahn. **Minhas Raízes.** Alegria de viver. Araranguá: [s. n.], 2003, 106 p.

DE SOUZA, Gabriel Cruz. **Dos Guarani aos Brasilíndios:** permanências e descontinuidades no Distrito de Hercílio Luz, séc. (XVIII-XXI), Araranguá, Santa Catarina. 2009. 49 f. Monografia (Graduação em História), Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma, SC.

DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 111p.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso.** São Paulo: Ed. Unesp. 2006, 313 p.

FEBVRE, Lucien. **O Reno:** história, mitos e realidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 286

FRANCO, José Luiz de Andrade Franco. **Apontamentos para uma reflexão sobre o conceito de natureza.** Revista Múltipla, Brasília, v. 8, n. 14, p. 125/137. Junho de 2003.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Cândido de Mello Leitão**: as ciências biológicas e a valorização da natureza e da diversidade da vida. História, Ciências, Saúde. Rio de Janeiro, v.14, n.4. Out./Dez. de 2007. P. 1265-1290.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Frederico Carlos Hoehne**: a atualidade de um pioneiro no campo da proteção à natureza no Brasil. Ambiente e Sociedade, São Paulo, vol. VIII, n. I, jan./jun. 2005.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. P. 267.

HARO, Martim Afonso Palma de. **Ilha de Santa Catarina** Relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Editora da UFSC; Editora Lunardelli, 1996. 236 p.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 255 p.

HOBOLD, Paulo. **A História de Araranguá**: complementada por Alexandre Rocha. Araranguá: [s.e], 2005. 311p.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções**. São Paulo: Ed Brasiliense. 3ª ed. 1990

JEHA, Julio; NASCIMENTO, Lyslei, Nascimento (Orgs.) **Da Fabricação dos Monstros**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu**: São Paulo, 1890-1940. São Paulo: Alameda, 2006. 229 p.

KURY, L. B. **Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar**. Intellèctus (UERJ), Rio de Janeiro, v. Ano 2, n.3, p. 1-11, 2003.

LAVINA, Rodrigo. **Indígenas de Santa Catarina**: história de povos invisíveis. In: _____. BRANCHER, Ana (org.) **História de Santa Catarina** (estudos contemporâneos). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. 214 p.:

LEONARDI, Victor. **Os Historiadores e os Rios: natureza e ruína na Amazônia**. Brasília: Editora UnB, 1999, 272 p.

LUZ, Aujor Ávila da. **Aspectos Fisiográficos e Biológicos da Orla Marinha de Araranguá**. [s.n.], 1955. 54p.

LUZ, Wladimir. **Uma História Diferente**. Memórias. Araranguá: [s. n.], 2008, 117 p.

MACIEL, Sérgio G. **Raízes locais do atraso industrial de Araranguá**. Criciúma, 2006. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade do Extremo Sul Catarinense.

MACEDA, Elison de. **Tropeiros e Carreteiros em Araranguá – SC (1920-1950)**. 56 f. Monografia (Pós-Graduação em História), Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC.

MARTINS, Geraldo Inácio. **Conservação da Natureza e Território Nacional: conjuntura político-histórica e o Código Florestal Brasileiro de 1934**. Caminhos da Geografia, Uberlândia, v.15, n.50, jun./2014. p. 18-35.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume, 2007, 144p.

MARZANO, Luigi. **Colonos e Missionários Italianos nas Florestas do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1985, p. 200.

NETO, Thomaz Espósito. **Uma análise histórico-jurídica do Código de Águas (1934) e o início da presença do Estado no setor elétrico brasileiro no primeiro Governo Vargas**. Revista Eletrônica História em Reflexão: Dourados, MS, Vol. 9 n. 17, jan./jun. – 2015. 16 p.

NODARI, Eunice Sueli. **Fronteiras fluídas: florestas, rio Uruguai e a ocupação da região**. In: Zarth, Paulo A. (org.) **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida, Chapecó: UFFS, 2012, p. 229.

OSTOS, NataschaStefania Carvalho De. **O Brasil e suas naturezas possíveis (1930-1945)**. Revista de Índias, Espanha, vol. 72, n. 255, 2012. p. 581-614.

PÁDUA, José Augusto. **As Bases Teóricas da História Ambiental**. Revista Estudos Avançados, vol. 24 (68), 2010. p. 81-101.

PAULA, Karuna Sandi de. **Travessia por “Terceira Margens” de um Rio: natureza e cultura no rio Jaguaribe-CE (séculos XIX-XX)**. 2011. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humana - Universidade Federal de Pernambuco. 2011.

PESANHA, Fábio Santana. O Rio Como Insólito na Terceira Margem do Homem. In: **Anais do V Paineis Reflexões sobre o Insólito na Narrativa Ficcional/I Encontro Nacional Insólito como Questão na Narrativa Ficcional, O Insólito em Questão: reflexões sobre o insólito na narrativa ficcional**. 2009, Rio de Janeiro, UERJ, p. 28-34.

ROCHA, Micheline de Matos (org.). **Do Pino do Meio-Dia a Meia Noite Velha**. Alguns causos dos pescadores de Ilhas. Araranguá: [s.n], 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem a Curitiba e Povíncia de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, 209 p.

SANTOS, Juliana Vamerlati. **Um olhar sócio-ambiental da história : a trajetória do movimento ambientalista e seus conflitos com a atividade carbonífera no sul de Santa Catarina (1980-2008)**. Florianópolis, 2008. 1 v Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. p. 15.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHEIBE, Luiz Fernando; BUSS, Maria Dolores; FURTADO, Sandra Maria de Arruda (orgs.). **Atlas Ambiental da Bacia do Rio Araranguá: Santa Catarina/Brasil**. Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2010. 64 p.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 537 p.

THOMAS, Keith. **Religião e o Declínio da Magia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

THOMPSON, E. P. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. São Paulo: Editora Unicamp. 2001, p. 286.

THOMPSON, Paul Richard. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 385 p.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980

VOVELLE, Michel. **Imagens e Imaginário na História** fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Editora Ática, 1997. 407 p.

WORSTER, Donald. **A Natureza e a Desordem da História**. In: _____. DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José L. de Andrade; SILVA, Sandro D. e; TAVARES, Giovana G. (org.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 375.

WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. p. 198-215.

WORSTER, Donald. **Pensando Como Um Rio**. In: _____. ARRUDA, Gilmar (org.). **A Natureza dos Rios: história, memória e territórios**. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2008. P. 27-46.

FONTES:

Jornal Campinas, Araranguá, Abril de 1936 (Arquivo Histórico Municipal de Araranguá).

Vanguarda, Araranguá, 1929 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

O Albor, Laguna, edições de 1930-1950 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

A Imprensa, Tubarão, edições de 1930-1950 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

A Razão, Tubarão, edições de 1930-1950 (Biblioteca Municipal do Estado de Santa Catarina).

DOCUMENTOS:

Correspondências de Governo do Município de Araranguá 1900-1950 (Arquivo Histórico Municipal de Araranguá).

Relatório de Presidentes da Província de Santa Catarina, 1843-1880. In: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina

ENTREVISTAS:

Ernesto José Julio, 82 anos, entrevista realizada no dia 11/06/2015.

Ivone Gonçalves Julio, 78 anos, entrevista realizada no dia 11/06/2015.

Palmede Antônio Pedroso, 75 anos, entrevista realizada no dia 10/06/2015.

ENTREVISTAS REALIZADAS PELO Pe. JOÃO L. DALLA’LBA:

Custódio Sebastião de Souza, entrevista realizada no ano de 1985.

Manuel Antônio Soares, então com 95 anos, entrevista realizada no ano de 1985.

Pedro Francisco do Porto, então com 66 anos, entrevista realizada no ano de 1985.

Pedro Marto Pereira, então com 78 anos, entrevista realizada no ano de 1985.

Valvi Vieira, entrevista realizada no ano de 1986.